



**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
CAMPUS BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

FRANCISCO ALCIONE AFONSO DA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS ENFRENTADOS NO PROCESSO SELETIVO DO
IFB, CAMPUS GAMA**

BRASÍLIA-DF

2025

FRANCISCO ALCIONE AFONSO DA SILVA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS ENFRENTADOS NO PROCESSO SELETIVO DO
IFB, *CAMPUS* GAMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Brasília, *Campus* Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues

Brasília-DF

2025

S586 Silva, Francisco Alcione Afonso.
Desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, campus
Gama. / Francisco Alcione Afonso da Silva. – Brasília, 2025.
183 f. : il. color.

Orientador: Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Brasília, Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica, 2025.

1. Processo seletivo. 2. Acesso e ingresso. 3. IFB. 4. PROEJA. 5. Sorteio. I.
Rodrigues, Rodrigo Soares Guimarães. (orient.). II. Título.

CDU 37.014.53

Elaborado com os dados fornecidos pelo autor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

ATA DE DEFESA DE MESTRADO

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas da manhã, reuniu-se a banca de defesa de mestrado do trabalho intitulado: "**Desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, Campus Gama.**", apresentado pelo estudante Francisco Alcione Afonso da Silva. Compuseram a banca examinadora os professores Zora Yonara e Thiago de Faria e Silva. Após a exposição oral, o estudante foi arguido pelos componentes da banca, que se reuniram reservadamente e decidiram pela **APROVAÇÃO** do trabalho. Os trabalhos da banca foram encerrados às onze horas e vinte cinco minutos. Para constar, redigi a presente Ata, que, aprovada por todos os membros da banca, vai assinada por mim, Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues, presidente da banca examinadora, e pelos demais membros.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues (Orientador)

Prof. Dr^a. Zora Yonara (Membro Externo)

Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (Membro Interno)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Rodrigo Soares Guimaraes Rodrigues**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 29/09/2025 08:56:21.
- **Thiago de Faria e Silva**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 29/09/2025 08:58:55.
- **Zora Yonara Torres Costa**, ASSISTENTE SOCIAL, em 29/09/2025 14:02:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/09/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 647660

Código de Autenticação: a8f4432fe9



ATA DE DEFESA PÚBLICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

No dia 31 de julho de 2025, às 09h, no(a) Plataforma Online Google Meet - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, localizado na SGAN 610, Brasília, ocorreu a defesa pública do Produto Educacional do mestrando Francisco Alcione Afonso da Silva, intitulado "Guia do processo Seletivo Proeja - IFB campus Gama". Reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos(as) professores(as): Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues (presidente e orientador), Dr. Thiago de Faria e Silva, Dra. Zora Yonara Torres Costa, afim de arguirm o mestrando. Aberta a sessão pelo presidente, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo, em seguida, questionado pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram o produto educacional:


(x) validado

() não validado


Observações/Recomendações:

Banca Examinadora:  Documento assinado digitalmente
RODRIGO SOARES GUIMARAES RODRIGUES
Data: 30/09/2025 15:07:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues
(presidente e orientador)

 Documento assinado digitalmente
THIAGO DE FARIA E SILVA
Data: 01/10/2025 11:34:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (membro interno)

 Documento assinado digitalmente
ZORA YONARA TORRES COSTA
Data: 01/10/2025 15:56:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Zora Yonara Torres Costa (membro externo)

Brasília, 31 de julho de 2025.

ERRATA

Durante a análise dos dados levantados com a aplicação do questionário e com a entrevista semiestruturada, a redação final desse texto acabou sofrendo alteração em seu título e no objetivo geral para que traduzisse melhor o propósito da pesquisa. Como o contato pessoal e por e-mail com os participantes da pesquisa aconteceu no primeiro momento da coleta de dados, como estava previsto inicialmente no projeto de pesquisa, o TCLE já estava confeccionado com o título anterior e foi assinado pessoalmente e eletronicamente pelos participantes. Portanto, na página 165, na qual encontra-se o Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização de questionário –, nos 1º e 2º parágrafos, e no Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização de entrevista, parágrafo 1º e 2º da página 169, bem como nos Anexos C, D, E, F, G e H, onde se lê: “Processo seletivo no IFB: Origem, atual prática, perspectivas, alternativas, desafios e possibilidades”; “Objetivo geral investigar o processo de seleção do Instituto Federal de Brasília e os movimentos que o constituem, com o propósito de descrever como ocorre hoje o percurso de acesso à instituição, com vistas a descrever falhas e potencialidades, bem como legitimar a melhoria da democratização do mesmo”, leia-se: “Desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, *Campus Gama*”; Objetivo geral: investigar os desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, *Campus Gama*.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a minha família, aos meus professores e aos colegas de trabalho do IFB Campus Gama. Sem vocês essa conquista não seria possível.

Essa experiência de estudo solidificou ainda mais em mim o caminho da humildade, humanidade e empatia imprescindíveis para tornar-me um ser humano melhor.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFB), campus Brasília, pela oportunidade de qualificação na realização do mestrado.

Aos servidores(as) colegas da comissão de processo seletivo do Campus Gama e ao Coordenador do CAIE/PREN Reitoria pelas informações prestadas à pesquisa.

Aos professores da banca de qualificação e defesa, obrigado pelas contribuições que enriqueceram esta pesquisa, pela ajuda e paciência com a qual guiaram o meu aprendizado.

Ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues, obrigado pela compreensão e leveza que me conduziu no processo da pesquisa.

A todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho, minha gratidão.

O ProfEPT é uma pós-graduação stricto sensu na modalidade de Mestrado Profissional. A CAPES criou essa modalidade ao perceber a demanda de perfis profissionais de alta qualidade para atuar nos serviços e publicou em 2009 a Portaria Normativa nº 17 na qual considerou o estreitamento das relações entre as universidades e o setor produtivo, através da utilização de conhecimento científico (Brasil, 2009).

RESUMO

A presente dissertação, defendida na linha 2 de pesquisa - Organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) situado no macroprojeto nº 6 do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Brasília, teve como objetivo geral investigar os desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, *Campus* Gama. Nos últimos anos tem se constatado no âmbito do Instituto Federal de Brasília-IFB, instituição que compõe a Rede Federal, que houve avanços no acesso e na oferta de vagas, contudo, há desafios e dificuldades na ocupação total das vagas no curso integrado PROEJA. Partimos do problema: Como ocorre o processo seletivo no IFB atualmente? Quais problemáticas circundam este processo? Quais os fatores que levam ao não preenchimento das vagas nas chamadas regulares e remanescentes do curso Técnico Integrado PROEJA do IFB campus Gama? Como corrigir as questões percebidas e ampliar a democratização do acesso à instituição? Buscou-se o referencial teórico nas bases educacionais no contexto histórico e político da EPT, ancorado no materialismo histórico dialético (Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005); Pacheco (2010); em dissertações de mestrado profissional, artigos, e normativas aplicadas ao processo seletivo do IFB. Pesquisa de abordagem qualitativa e quantitativa e natureza aplicada. Quanto aos objetivos e procedimentos pesquisa documental, bibliográfica e exploratório-descritiva. Foi dada ênfase à pesquisa documental referente ao recorte temporal estabelecido, analisando o contexto histórico da rede federal e documentos institucionais - PDI, PPI e Editais de processos seletivos do IFB aplicado ao processo de ingresso discente do IFB, *Campus* Gama, voltado ao curso técnico Integrado PROEJA para análise de possíveis vagas ociosas após as chamadas regulares e remanescentes do período de 2019 a 2023. Foi realizada sondagem junto aos atores das comissões de processo seletivo do Campus Gama, por meio de questionário e entrevista semiestruturada. Com os dados obtidos e analisados elaborou-se uma proposta de Produto Educacional (PE) Guia do processo seletivo em vídeo, voltado para melhor orientar, ampliar e divulgar a forma de ingresso ao curso Integrado PROEJA no IFB campus Gama. Os resultados apontam que atualmente o IFB assegura 60% das vagas como políticas de ações afirmativas legais, sendo um percentual acima do obrigatório pela Lei de Cotas nº12.711/2012. Os dados sugerem que nos últimos cinco anos houve queda no número de inscritos, de matrículas e existência de vagas ociosas após as chamadas regulares, referente ao curso técnico integrado PROEJA do campus Gama, apontando para a necessidade da instituição qualificar os procedimentos de divulgação das especificidades do processo de ingresso. Para os servidores, o processo seletivo conduzido por coordenação em vez de comissão traria melhoramentos e novas perspectivas para os trabalhos. Contudo, a forma de acesso e ingresso aos cursos técnicos do IFB pelo sorteio foi sugerida por significativa parcela de candidatos, e pelos servidores foi vista como justa e democrática.

Palavras-chave: Processo seletivo. Acesso e ingresso. IFB. PROEJA. Sorteio.

ABSTRACT

This dissertation, presented within Research Line 2 – *Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (PTE)*, part of Macroproject No. 6 of the Graduate Program in Professional and Technological Education (PROFEPT) at the Federal Institute of Brasília (IFB), aimed to investigate the challenges and perspectives related to the student selection process at IFB, Gama Campus. In recent years, there has been progress in terms of access and the offer of seats within the Federal Institute of Brasília (IFB), a member institution of the Federal Network. However, challenges and difficulties remain, particularly in fully occupying available seats in the Integrated PROEJA course. This study addressed the following research questions: How is the selection process currently conducted at IFB? What issues surround this process? What factors contribute to unfilled seats during regular calls in the Integrated Technical PROEJA course at IFB Gama Campus? How can these issues be addressed to expand democratization of access to the institution? The theoretical framework was based on historical and political contexts of PTE, grounded in historical-dialectical materialism (Frigotto, Ciavatta, and Ramos, 2005; Pacheco, 2010), as well as professional master's dissertations, scholarly articles, and regulations relevant to IFB's selection process. The research employed both qualitative and quantitative methods and is of an applied nature. In terms of objectives and procedures, the research included documentary, bibliographic, and exploratory-descriptive studies. Documentary research focused on the established time frame and involved analyzing the historical context of the federal network and institutional documents—PDI, PPI, and IFB's selection notices—related to student admission at IFB Gama Campus, specifically for the Integrated PROEJA course. The goal was to identify vacant seats following regular and supplementary selection calls from 2019 to 2023. A survey was conducted with members of the selection process committees at Gama Campus through questionnaires and semi-structured interviews. Based on the data collected and analyzed, an Educational Product (EP) was developed: a video-based Selection Process Guide aimed at improving orientation, outreach, and dissemination of information about admission to the Integrated PROEJA course at IFB Gama Campus. The results show that IFB currently reserves 60% of its seats for legally mandated affirmative action policies, a percentage exceeding the requirements of Brazil's Quota Law (Law N^o.12.711/2012). The data suggest that over the past five years, there has been a decline in applications, enrollments, and an increase in vacant seats after regular calls for the Integrated Technical PROEJA course at Gama Campus. This highlights the need for the institution to improve its dissemination strategies regarding the specificities of its admission process. Staff members indicated that managing the selection process through a coordination unit rather than a committee could bring improvements and new perspectives to the work. Furthermore, a significant number of candidates suggested the use of a lottery system for course admission, which staff members also viewed as fair and democratic.

Key-words: Selection process; Access and admission; IFB; PROEJA; Lottery.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proporção entre as formas de ingresso adotadas na rede.....	39
Figura 2 – Linha do tempo dos processos seletivos do IFB.....	46
Figura 3 – Processo Seletivo IFB.....	57
Figura 4 – Digitação do número de embaralhadas.....	64
Figura 5 – Embaralhar.....	65
Figura 6 – Semente manual.....	65
Figura 7 – Gerar sorteio.....	66
Figura 8 – Lista de sorteados.....	66
Figura 9 – Remanejar vagas remanescentes.....	66
Figura 10 – Funcionalidade do sorteio - Remanejamento automático.....	67
Figura 11 – Sorteados.....	68
Figura 12 – Resultado do sorteio em PDF.....	69
Figura 13 – Número de inscritos para ingressar no IFB nos últimos 5 anos.....	74
Figura 14 – Dados acadêmicos – IFB.....	75
Figura 15 – Na sua opinião qual a melhor forma do processo seletivo discente do IFB?.....	89
Figura 16 – Na sua opinião, a forma de seleção do IFB pelo sorteio eletrônico pode ser visto como um facilitador e promotor de um acesso mais democrático?.....	90
Figura 17 – Na sua opinião qual etapa do processo seletivo os candidatos ao curso PROEJA apresentam mais dúvidas?.....	91
Figura 18 – Na sua opinião qual das opções pode contribuir para ampliar a divulgação do processo seletivo discente no IFB e atingir melhor seus objetivos institucionais?..	92
Figura 19 – Quais dificuldades organizacionais você identifica no trabalho que envolve o processo seletivo discente na instituição?.....	94
Figura 20 – Tela inicial do sistema SGPS.....	98
Figura 21 – Menu editais - visualização do ano e número do edital no sistema SGPS.....	98
Figura 22 – Pergunta Questionário x campus (PDF).....	98
Figura 23 – Seleção de item do questionário: Na sua opinião, qual deveria ser a forma de ingresso nos Cursos do IFB?.....	99
Figura 24 – Relatório de item referente ao <i>Campus</i> Gama em PDF.....	99

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 1 - Tipos de processo por unidade da Rede Federal e vagas (2019).....	40
Quadro 1 - Resultados de busca na CAPES.....	17
Quadro 2 - Resultados de busca na BDTD.....	18
Quadro 3 - Ano e evento da história da educação profissional e tecnológica (cf. Souza; Medeiros Neta, 2021, p. 111, 112).....	23
Quadro 4 - Rede Federal de Educação profissional científica e tecnológica e os principais números na atualidade.....	31
Quadro 5 - Sugestões de inovações socioeducacionais inclusivas de processos seletivos de instituições federais.....	36
Quadro 6 - Evolução do Processo de Seletivo do IFB - Cursos Técnicos, período 2019-2023.....	73
Quadro 7 - Evolução do Processo Seletivo - Período, quantitativo de vagas, inscritos, matrículas e vagas ociosas - Curso Técnico Integrado em Administração PROEJA - <i>Campus Gama</i>	76
Quadro 8 - Processo Seletivo – matrículas, vagas, inscritos, ingressantes e concluintes – Curso Técnico Integrado em Administração PROEJA - <i>Campus Gama</i> Plataforma Nilo Peçanha – Período base 2019-2023.....	78
Quadro 9 - Resumo dos principais dados das respostas do questionário - Questões 1, 2, 3, 4, 8, 10, 12 e 13 e a análise extraída.....	93
Quadro 10 - Respostas dada pelos candidatos/estudantes da questão nº 27 do questionário socioeconômico dos processos seletivos 2019 - 2023 do IFB <i>Campus Gama</i>	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDAE – Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social
CAIE – Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CEP – Conselho de Ética em Pesquisa
DICOM – Diretoria de Comunicação Social
DF – Distrito Federal
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EP – Educação Profissional
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FIC – Formação Inicial e Continuada
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF's – Institutos Federais
IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFES – Instituições de Educação Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério de Educação e Cultura
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PNP – Plataforma Nilo Peçanha
PNE – Plano Nacional de Educação
PPI – Pretos, Pardos e Indígenas
PREN – Pró-reitoria de Ensino
PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PPP – Projeto Político Pedagógico
PREN – Pró-Reitoria de Ensino
PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos
RA – Região Administrativa
RA – Registro Acadêmico
RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RIFB – Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
SGPS – Sistema de Gestão de Processo Seletivo
SPS – Sistema de Processo seletivo
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL.....	20
2.2 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	24
2.2.1 Cenário político atual de expansão dos institutos federais.....	32
2.3 O CAMINHO HISTÓRICO DOS PROCESSOS SELETIVOS DOS CURSOS TÉCNICOS NA REDE FEDERAL NO BRASIL E IMPLICAÇÕES DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO, IGUALDADE E MERITOCRACIA.....	33
2.4 ORIGEM E ATUAL PRÁTICA DO MODELO DE SELEÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB.....	41
2.4.1 Atualização da lei de cotas – Lei nº 12.711/2012.....	49
2.4.2 Como é feita a distribuição das cotas.....	50
2.5 O <i>CAMPUS</i> GAMA E O CONTEXTO DO CURSO NA MODALIDADE PROEJA...51	
2.6 O PROCESSO SELETIVO DOS CURSOS TÉCNICOS NO IFB <i>CAMPUS</i> GAMA.....	53
2.6.1 Fluxo de trabalho, limites e desafios da comissão do processo seletivo no IFB <i>Campus</i> Gama.....	62
2.7 A BAIXA DEMANDA PARA O PREENCHIMENTO DAS VAGAS NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO MODALIDADE PROEJA DO <i>CAMPUS</i> GAMA.....	72
2.7.1 Análise documental.....	73
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	85
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	89
4.1 ANÁLISE DE ITEM DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DO PERFIL DO CANDIDATO NO PROCESSO DE INSCRIÇÃO – SELEÇÕES (2019-2023) IFB <i>CAMPUS</i> GAMA PELO SISTEMA SGPS.....	97
4.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA APLICADA A SERVIDOR(A) DE COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO DO IFB <i>CAMPUS</i> GAMA.....	102
5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	107
6 DISCUSSÃO.....	117

6.1 ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO: TECNOLOGIA, LINGUAGEM E INCLUSÃO DIGITAL.....	117
6.2 BARREIRAS HISTÓRICAS E RESISTÊNCIAS ATUAIS: A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO CULTURAL E DA ESCUTA DOS SUJEITOS.....	119
6.3 CONTRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES DE REPLICAÇÃO.....	121
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL (Versão Final).....	137
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Questionário).....	165
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE (Entrevista).....	169
ANEXO C – TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU VOZ.....	173
ANEXO D – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	174
ANEXO E – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	177
ANEXO F – INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL.....	179
ANEXO G – TERMO DE CIÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE.....	182
ANEXO H – TERMO DE CIÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE.....	183

1 INTRODUÇÃO

Após uma década da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, com os Institutos Federais (IFs) em todos os Estados Brasileiros, criado pela Lei n. 11.892/2008 (Brasil, 2008), comemora-se avanços no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que oferta desde as etapas da Educação Básica à Pós-graduação. Contudo, não se desconsidera as recorrentes altas taxas de evasão e abandono. Esta vertente nos remete à reflexão sobre as políticas de educação profissional que tem como referência a produção de conhecimento, a formação humana integral sem desconsiderar as lutas sociais (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Nos últimos anos, tem se constatado no âmbito do Instituto Federal de Brasília (IFB), instituição que compõe a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT, que apesar dos avanços, na oferta de cursos e vagas, tem se constatado em seus processos seletivos dificuldades e desafios no preenchimento das vagas ofertadas no IFB *Campus* Gama, na modalidade técnico integrado – PROEJA.

Assim percebe-se a importância de se pesquisar o fenômeno da existência das vagas ociosas após as chamadas regulares. Nesse sentido, necessário se faz refletir quais as estratégias institucionais o IFB tem se apropriado para a ocupação das vagas nos seus processos de seleção, visando a permanência e êxito dos estudantes cumprindo assim o seu papel social, formadora e inclusiva.

Devido a atuação profissional do mestrando, percebeu-se a necessidade de pensar no problema de pesquisa: Quais os desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do Instituto Federal de Brasília IFB, *Campus* Gama? Como ocorre o processo seletivo no IFB atualmente? Quais os fatores que levam ao não preenchimento das vagas após as chamadas regulares e remanescentes do curso Integrado PROEJA do *Campus* Gama? Como corrigir as questões percebidas e ampliar a democratização do acesso à instituição?

A pesquisa procurou compreender a origem, a atual prática, perspectivas, alternativas, desafios e possibilidades do processo seletivo organizado pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), por meio de documentos institucionais e legais, identificando as complexidades nos editais de seleção e o entendimento da política de acesso pelo sorteio eletrônico. Acrescenta-se ainda, o fato de se perceber os desafios dos trabalhos desenvolvidos por servidores de comissão de processo seletivo, tem um

sentido significativo para o pesquisador, porque foi fruto do trabalho diário na área de seleção e ingresso no IFB *Campus* Gama no período de 2013 a 2023.

Diante o exposto, este estudo teve como objetivo geral investigar os desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, *Campus* Gama. E como objetivos específicos: a) descrever como ocorre o processo seletivo do IFB com base nos documentos norteadores da instituição e nos objetivos propostos para a seleção; b) identificar no processo seletivo do período de 2019 a 2023, bem como na plataforma Nilo Peçanha, possíveis vagas ociosas após as chamadas regulares e remanescentes no curso Técnico Integrado em Administração-PROEJA do IFB *Campus* Gama; c) realizar levantamento junto aos servidores das comissões de processo seletivo, sobre quais as maiores dificuldades e desafios dos trabalhos de seleção e ingresso, e d) implementar uma proposta de produto educacional que amplie e divulgue a forma de ingresso do curso técnico integrado PROEJA do IFB, *Campus* Gama.

O fenômeno estudado foi o Processo Seletivo de Ingresso Discente no Instituto Federal de Brasília. Utilizamos como *lôcus* da pesquisa o *Campus* Gama, que compõe uma das 10 unidades do IFB. A oferta de cursos segue o previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e fundamenta-se, entre outros, em consultas à sociedade na região e vocação em que o *Campus* está inserido e nas áreas de conhecimento contempladas pelos eixos tecnológicos (IFB-PDI, 2019/2023).

O processo seletivo no *Campus* Gama, ocorre a cada semestre (2 entradas por ano letivo). Trata-se de uma forma de classificação dos candidatos e estudantes para ocuparem as vagas referentes aos cursos técnicos ofertados pela instituição. A seleção é realizada de forma que todos os campi do IFB são envolvidos, tendo um edital unificado e conduzido por uma Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil (CAIE), da Pró-Reitoria de Ensino (PREN), localizada na Reitoria do IFB e em parceria com as Comissões de Processo Seletivo e Registro Acadêmico (RA) de cada *Campus*.

O Processo Seletivo é constituído de 3 (três) fases distintas, chamadas de: interna, externa e fase mista. A fase interna é composta da juntada de documentos para constituir o processo físico ou eletrônico que conterà todas as informações da seleção e concentra-se na Reitoria do IFB, por meio de reuniões e deliberações da PREN junto aos Diretores-gerais dos Campi (IFB, 2023a). As fases externa e mista são as etapas do processo seletivo que estarão disponíveis à comunidade e a operacionalização de etapas da seleção pelos servidores das comissões dos campi e publicações pela Diretoria de Comunicação Social (DICOM) do IFB, a saber:

publicação do edital, inscrição, entrega da documentação comprobatória da reserva de vaga, avaliação complementar da autodeclaração (heteroidentificação), sorteio eletrônico público, resultado do sorteio e convocação de candidatos para matrícula.

Ademais, o processo seletivo do IFB segue a legislação vigente, dentre elas, a que regula as reservas de vagas, a chamada Lei de Cotas nº 12.711/12. Portanto, é um trabalho complexo, contínuo e essencial para que o IFB funcione e cumpra sua missão, pois trata-se da porta de entrada para o acesso e ingresso da comunidade aos cursos técnicos da instituição, direito fundamental do cidadão e dever do Estado.

As formas de ingresso estudantil nos IFs sofreram modificações e geraram impacto para sociedade em face da evolução, das políticas de inclusão, da democratização do acesso e da verticalização da oferta¹ na educação profissional nos institutos federais nos últimos anos em todos os níveis e modalidades. Assim necessário se faz a compreensão dos processos educativos frente aos desafios atuais. Para entender melhor esse fenômeno, buscamos nas bases das teorias educacionais, o contexto histórico e a política da Educação Profissional e Tecnológica (EPT); a democratização do acesso; a legislação aplicada ao IFB e com base em pesquisas já realizadas.

Nesse sentido, um estudo recente de Castro (2022), aborda os tipos de seleção e ingresso (provas, análise curricular, sorteio) adotados no âmbito da Rede Federal, ao realizar uma análise crítica desses modelos. Segundo Ambrosini e Escott (2020, p.44), “percebe-se que existe muita complexidade nos processos seletivos, com editais pouco acessíveis e compreensíveis pelos estudantes, os quais, muitas vezes, não entendem o sistema de ingresso”. Os autores destacam o desafio da democratização do acesso em relação ao público dos institutos federais que são estudantes pobres, oriundos da escola pública, portanto esta pesquisa, para além do processo de seleção, procura analisar os movimentos que o constituem, com vistas a

¹ A verticalização da oferta, segundo a Lei 11.892/2008, os Institutos Federais, enquanto instituições de EPT, devem dar prioridade aos níveis educacionais mais básicos, permitindo ao estudante progredir, gradativamente. “A ideia básica gira em torno de promover a elevação da escolarização de um mesmo aluno, oportunizando-lhe um itinerário formativo que permita iniciar sua formação técnica em curso de qualificação profissional, por exemplo, ingressando posteriormente em um curso técnico de nível médio e, mais tarde, incentivado pela instituição, concluindo sua formação em um curso superior” (Moraes, 2016, p. 9). Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>. Acesso em: 12 de jul. 2023.

descrever como ocorre esse percurso e também possíveis falhas, os desafios e potencialidades, bem como legitimar a melhoria da democratização do acesso.

A literatura e as pesquisas em EPT fazem coro quando afirmam que ampliou-se significativamente os cursos e vagas ofertadas, contudo, contrasta, por vezes, com a dificuldade na ocupação dessas vagas (Ambrosini, 2019). Isso nos instiga e nos inquieta enquanto sujeito pesquisador. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa potencializará o que já está posto em relação ao processo seletivo, de modo a colaborar e também aperfeiçoar o trabalho. Este exercício pode ser valioso para a atuação dos servidores do IFB e nas atividades de gestão, ensino e pesquisa, pois permite um espaço de autorreflexão para o aperfeiçoamento de suas práticas, propósitos e realizações.

O interesse em desenvolver esta pesquisa sobre processo de seleção e ingresso do IFB, além do já exposto, nos move e nos inquieta a busca para compreender melhor sobre a temática com base em estudos em artigos, teses e dissertações de mestrado profissional, documentos e legislação aplicada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A análise buscou fundamentos na literatura e pesquisadores que pensam educação quanto a relação educação e trabalho (Frigotto, Ciavatta; Ramos, 2005), formação histórica, marcada pela categoria da dualidade estrutural, o seu desenvolvimento, expansão e contradições (Pacheco, 2010), bem como numa perspectiva crítica e descritiva da democratização do acesso e formas de processos seletivos aplicados na rede federal (Coutinho e Melo, 2011; Ambrosini e Escott, 2020; Jardim, 2023; Gumerato, 2021; Martins e Costa, 2021; Silva e Borges, 2019).

A realidade da evasão e da baixa procura para o preenchimento das vagas tanto dos cursos superiores quanto do nível técnico nos Institutos Federais requer atenção tendo em vista a demanda pela ampliação da educação no ensino público e firmada no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE, Lei 13.005/2014). Neste documento a meta de número 11, visa “Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público” (Brasil, 2014). Significa garantir que 50% dessas matrículas estejam na rede pública até 2024.

Nesse sentido, é fundamental prezar por um melhor aproveitamento dos recursos públicos. Para Veloso *et al.* (2015), embora o critério de alocação de recursos financeiros dependa, entre outros fatores, do número de alunos ingressantes a cada

ano, as vagas ociosas sempre representam custos às instituições federais, à medida em que devem estar presentes todos os insumos para a oferta do total das vagas.

Esse cenário produz entraves, prejudicando a democratização do acesso ao ensino profissional e tecnológico. Nesse sentido, segundo Ambrosini (2019) quem sai perdendo é a sociedade que, ao não se efetivar o ingresso, por conseguinte, não haverá permanência, e se não verá o real desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, a partir do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

A relevância social do estudo a ser investigado se justifica pelo fato de que as pesquisas sobre seleção e ingresso discente na educação profissional no IFB e no âmbito da EPT têm apresentado fatores ligados, por exemplo, à falta de informações sobre o curso anteriores ao ingresso; complexidade dos processos seletivos; desemprego e questões financeiras, formas inclusivas como o sorteio e a reserva de vaga regulada pela Lei de Cotas. Outros fatores, como a exclusão social por métodos de seleção que privilegiam a meritocracia e dificuldades dos candidatos de acompanhar o processo de seleção até o fim.

Para compreendermos ainda mais o estado arte no campo acadêmico, buscamos no banco de teses e dissertações da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, realizada em julho de 2023, e priorizamos alguns critérios relacionados ao tema *processo seletivo*, e obteve-se os seguintes resultados (Quadro 1).

Quadro 1 - Resultados de busca na CAPES

Estratégia de busca	Número de trabalhos encontrados
"Processo seletivo" AND "PROEJA"	11
"Acesso" AND "ingresso rede federal"	54
"Processo seletivo" AND "IFB"	0

Fonte: o autor (2023)

Por fim, pesquisamos ainda a título de exemplo, em busca à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), realizada em agosto de 2023, obteve-se os seguintes resultados (Quadro 2):

Quadro 2 - Resultados de busca na BDTD

Estratégia de busca	Número de trabalhos encontrados
----------------------------	--

"Processo seletivo" AND "EPT"	2
"Matrícula" AND "PROEJA"	30

Fonte: o autor (2023)

Essa busca sugere que existem estudos sobre o tema, assim o presente estudo complementa o cenário encontrado no banco de dados da CAPES e BDTD. Portanto, nos deparamos com a necessidade de se compreender melhor as políticas e procedimentos dos processos seletivos e quais são os fatores que geram a baixa procura nos processos de seleção voltado ao curso técnico integrado PROEJA.

Entende-se que esta pesquisa é original e poderá contribuir com a gestão do processo de ingresso dos cursos técnicos do *Campus* Gama e no âmbito do IFB, instituição que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, uma vez que há carência de trabalhos na literatura e de iniciativas institucionais e oficiais nesse sentido. Ademais o presente estudo e seus resultados poderá favorecer intervenções pontuais que se façam necessárias, nos campos, pedagógico, administrativo, de ingresso, e em outros de cunho organizacional e social, de forma que contribua para minimizar a baixa demanda no curso PROEJA, bem como as barreiras de acesso. Outro possível benefício esperado desta pesquisa é a ampliação do alcance da comunicação institucional do IFB. Mapeando cenários e tecendo caminhos, espera-se que a comunidade acadêmica tenha subsídios para compreender melhor a atual forma de ingresso e, conseqüentemente, tornar-se mais consciente a respeito da instituição educacional.

A proposta desta pesquisa torna-se relevante para este programa de pós-graduação, contribuindo para melhorias do Processo Seletivo do IFB *Campus* Gama. Com a proposta do Produto Educacional (PE) espera-se deixar para os setores envolvidos no ingresso inicial, o atendimento à comunidade mais eficaz e ágil, facilitando, dessa forma, a rotina diária de atendimento dos servidores do setor.

É de fundamental importância pesquisar as políticas públicas, a legislação pretérita e vigente, as particularidades, os procedimentos envolvidos, e a atuação da instituição para entender como se dá o acesso e ingresso no Instituto Federal de Brasília. Estudos apontam que a ampliação das escolas federais de EPT, passaram de 140 (entre os anos de 1909 e 2002) para 644 unidades entre 2003 e 2016, envolvendo investimentos expressivos (Oliveira; Escott, 2015).

Tornar a educação profissional no âmbito do IFB mais atrativa para os jovens e mais conectada com a realidade e com práticas do mundo do trabalho do século XXI, é um dever e envolve sua missão. Outro desafio dos sistemas de educação e formação profissional é adaptar sua capacidade de resposta às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade. Concebemos o processo de seleção como porta de entrada para o ingresso de adolescentes, jovens e adultos na educação profissional e tecnológica.

Nesse sentido, a importância deste estudo, na análise dos movimentos que o constituem, bem como de suas potencialidades e fragilidades, que vão da democratização do acesso à baixa demanda no preenchimento das vagas. Urge que as políticas públicas, bem como os processos internos em *lócus* (em cada *Campus*) na educação profissional sejam efetivas para garantir o acesso, a permanência e êxito dos estudantes nos cursos da educação profissional de nível técnico, visando oferecer uma formação capaz de acompanhar as constantes mudanças tecnológicas e sociais.

Cabe destacar que esta pesquisa resultou em um Produto Educacional (PE), apresentado em apêndice, um vídeo “Guia do processo seletivo – PROEJA IFB, *Campus* Gama”, voltado para ampliar e divulgar o processo seletivo ao público de estudantes/candidatos ao curso técnico integrado PROEJA da instituição e contribuir para amenizar as principais dificuldades e desafios percebidos no processo seletivo.

O trabalho está estruturado em Introdução; Referencial Teórico e suas subdivisões em: Breve histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil; Criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; O caminho histórico dos processos seletivos dos cursos técnicos na Rede Federal no Brasil; Origem e atual prática do modelo de seleção empreendido no Instituto Federal de Brasília; O *campus* Gama e o contexto do curso na modalidade PROEJA; O processo seletivo dos cursos técnicos no IFB, *Campus* Gama; A baixa demanda para o preenchimento das vagas no curso Técnico Integrado modalidade Proeja do *Campus* Gama. Por fim, apresentamos a metodologia, a análise dos dados, plano de desenvolvimento do produto educacional, discussão, as considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

O histórico da formação do trabalhador no Brasil começou desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os indígenas e os escravizados. Nesse sentido, a história traz o seguinte registro: “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (Fonseca, 1961, p. 68). Desse modo, é imprescindível fazermos uma revisão histórica da configuração da educação profissional e tecnológica no Brasil para compreendermos a atualidade.

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800 com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava às camadas menos privilegiadas da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros ofícios. De acordo com Garcia (2000), com a chegada da família real portuguesa em 1808, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, considerado o primeiro estabelecimento concebido pelo poder público, com o objetivo de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal.

Passados um século após esses fatos históricos, já se compreendia que somente por meio da Educação Profissional se poderia modificar a realidade brasileira. Esse marco foi em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha criou as primeiras 19 Escolas de Aprendizes Artífices, pelo Decreto nº 7.566 (Brasil, 1909) destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito, dando origem ao que, atualmente, conhecemos como Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – REPCT. A sua existência, aliando tradição e inovação, presente em todo o território nacional, difundindo a cultura científica e tecnológica, promovendo o desenvolvimento nacional e conforme as palavras de seu patrono criador (Nilo Peçanha): “O Brasil de hoje saiu das Academias, o Brasil de amanhã sairá das Oficinas” (MEC, 2022, p.1).

A justificativa em torno do debate, reconhecimento e que reflete na política brasileira é que do Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está

fundamentada numa história lutas, desafios e desejos de transformação neste processo de construção a mais de cem anos,

[...] cujas atividades iniciais eram instrumento de uma política voltado para as “classes desprovidas” e hoje se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a Educação Profissional e Tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos (Ministério da Educação, 2009, p.7).

O surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices se dá nos primórdios da industrialização do Brasil, em um contexto caracterizado pela rearticulação da produção em torno de um mercado com base na força do trabalho livre. Segundo o professor Luiz Antônio Cunha, de acordo com o decreto 7.566/1909,

[...] se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime, que é dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (Cunha, 2005, p.66).

Percebe-se que o surgimento da educação profissional no Brasil teve caráter assistencialista, mas concordamos que as pessoas menos favorecidas passaram a ter efetivo acesso gradual às conquistas científicas e tecnológicas.

Até este momento a história vislumbrava que o Brasil iniciava o movimento na direção da industrialização, e ainda que na transição agrário-exportador para a manufatura se fizesse perceber por pequenos sinais, incipientes, ali já se começava descortinar outro padrão de desenvolvimento econômico, desde o marco inicial de uma política nacional de formação profissional (Cunha, 2005). Ainda segundo este autor, a partir de 1927 a oferta do ensino profissional tornou-se obrigatória nas escolas primárias mantidas pela União, que surgiram num contexto do modelo agrário-exportador, porém em um tempo de industrialização. Consequentemente, elas desempenharam papel relevante no enfrentamento dos desafios surgidos ao longo do processo de desenvolvimento econômico do país.

A professora e pesquisadora Marise Ramos investiga a história e política da educação profissional e tecnológica no Brasil e as mudanças pelas quais passaram o

ensino médio no século XX, a partir da década de 1930 com atenção às nuances das leis da educação no Brasil:

O marco de nossa análise é a década de 1930, na qual se realiza – de forma não convencional, explica Florestan Fernandes – a revolução burguesa, no Brasil, instaurando-se, assim, o modo de produção propriamente capitalista e, com ele, o processo de industrialização. A partir deste a formação dos trabalhadores torna-se uma necessidade econômica e não mais uma medida exclusivamente social como em sua gênese, quando se destinou a proporcionar ocupação aos desvalidos da sorte e da fortuna, nos termos do decreto de Nilo Peçanha, de 1909 (Ramos, 2014, p.9).

No livro “História e política da educação profissional” de autoria de Ramos (2014), a sua discussão e fundamentação teórica sobre o Estado capitalista brasileiro, está configurada numa perspectiva crítica. A autora entende que o movimento histórico da política da EPT, reflete a própria formação do Estado brasileiro. Suas transformações e características no decorrer do século XX e início do século XXI, são analisadas com base no pensamento crítico de uma série de autores, como: Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Carlos Nelson Coutinho, Assim:

Compreende-se que o movimento histórico da política de educação profissional no Brasil expressa a própria constituição do Estado brasileiro e suas transformações ao longo do século XX e da primeira década do século XXI. Sua especificidade é, então, analisada com base no pensamento crítico de intelectuais como Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Carlos Nelson Coutinho. Essas referências demonstram que a modernização tecnológica no Brasil foi de origem estrangeira, definida por Florestan Fernandes como uma modernização do arcaico, marcada, inicialmente, pelo embate entre um projeto de desenvolvimento autônomo e outro associado e subordinado ao grande capital. Essa análise identifica a existência de uma estratégia de desenvolvimento nacionalista em alguns períodos da história do país [...] (Ramos, 2014, p.13).

Na obra em tela, percebe-se uma pauta fundamental, principalmente em “[...] demonstrar que a política de educação profissional é resultado de disputas e tendências complexas ao longo da história do país, frente a uma correlação de forças entre as classes que disputam o poder e a direção econômica e política da sociedade” (Ramos, 2014, p.8). Essa análise da história e política da educação profissional reflete uma correlação de forças ou ideias, ou seja, a disputa de classes. A concepção de divisão de classe (burguesia e proletariado) tem base no materialismo histórico-dialético de Karl Marx e defendido por pesquisadores e autores brasileiros de bases conceituais da EPT, com destaque para (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Souza e Medeiros Neta (2021), compreendem que a história da Educação Profissional no Brasil não é homogênea e que ao longo do percurso, passou por configurações de espaço e tempo distintos. Assim, é imprescindível para o estudo da temática a análise documental e discussões bibliográficas e conceituais. A história da Educação Profissional no país é, portanto, [...] “marcada por datas e legislações que se tornaram “divisores de água” no que diz respeito ao debate sobre a gestão, à organização e à formação para o trabalho no Brasil” (p. 111).

No quadro seguinte, destacamos eventos singulares da história da Educação Profissional e Tecnológica.

Quadro 3 - Ano e evento da história da educação profissional e tecnológica (cf. Souza; Medeiros Neta, 2021, p. 111, 112).

Ano	Evento
1909	Criação das Escolas de Aprendizes Artífices pelo Decreto nº 7.566;
1937	Criação dos Liceus Industriais pela Lei nº 378;
1942	Criação das Escolas Industriais e Técnicas por meio do Decreto nº 4.127, bem como a criação das Leis Orgânicas do Ensino que estruturaram o Ensino Industrial, reformou o Ensino Comercial e o Normal, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
1959	Criação das Escolas Técnicas Federais;
1994	Lei nº 8.948, que gradualmente transformou as Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação e Tecnologia;
2008	Instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT) e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Fonte: Elaboração própria conforme dados da pesquisa (Souza; Medeiros Neta, 2021)

Desde a sua origem, sobretudo com a sua consolidação histórica, a Rede Federal esteve norteadada por princípios, voltados para uma formação ampliada do ser humano e com um olhar voltado para uma educação profissional para a classe trabalhadora. Temos constatado a configuração de uma tônica na literatura, o valor desse modelo de educação se constitui como um instrumento de inclusão e superação de dicotomias da dualidade histórica.

Nesse sentido:

[...] é importante aprofundar as pesquisas sobre o como construir uma EPT amparada nessas bases e como pesquisar práticas educativas e experiências enriquecedoras pautadas nesses princípios, voltados para uma formação

ampla do ser humano e não uma mera formação instrumental para o mercado de trabalho, forjada na dualidade histórica entre educação profissional para as classes populares e ensino superior para as elites (Silva et al., 2021, p. 101).

Diante da importância do ensino profissional para o desenvolvimento do país, a rede federal passou por diversas fases, contextos políticos, modificações e debates sobre essa modalidade de ensino que vêm permeando sua história. Segundo Frigotto (2010, p.26):

a educação básica superior e profissional se definem no embate hegemônico e contra hegemônico que se dá em todas as esferas da sociedade e, por isso, não pode ser tomada como um fator isolado, mas como parte de uma totalidade histórica complexa e contraditória.

Portanto parte-se do entendimento que há um jogo de disputas no campo educacional profissional e que precisa ser analisada conforme uma abrangência histórica.

Desde os primórdios do ensino profissional, e da criação de cursos voltados para o ensino de profissões no Brasil, perpassam por debates e reflexões sobre critérios e estratégias para a oferta e ocupação das vagas. Estes fatores iremos abordar nos próximos tópicos.

2.2 CRIAÇÃO E EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Educação Profissional e Tecnológica assume valoroso papel social e planejado para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na rede federal, cuja visibilidade social começou a tomar forma com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em intenso andamento, e com a diversificação das atividades de ensino visando a atender os mais distintos públicos nas modalidades: presencial, semi-presencial e à distância.

De acordo com Pacheco *et al.*, (2010), o cerne da concepção política que criou os **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia** (grifo nosso), começou a ganhar força e notoriedade a alguns anos:

Em 2005, o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações dele, e o governo anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal (Pacheco *et al.*, 2010 p. 73).

Para este autor, considerado principal articulador político da criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, IFs criados pela Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008, representam a nova expressão da Educação Profissional e Tecnológica brasileira. Os Institutos Federais de Educação, surgiram com a concepção da oferta da EPT focada no processo de formação humana integral unindo o tripé ensino, pesquisa e extensão. Assim,

Essa concepção tem como centralidade o indivíduo e seu coletivo e não o mercado de trabalho. O projeto, inovador e ousado, propunha profundas alterações na educação profissional e tecnológica brasileira. (Aguiar; Pacheco, 2017, p. 14).

Portanto, a EPT proposta pelos IFs, reforça a visão de uma política pública e desempenha um papel social importante, pois são instituições de ensino onde convergem para além do mercado de trabalho com suas pesquisas tecnológicas e práticas inovadoras.

Segundo (Pacheco *et al.*, 2010), algumas considerações importantes sobre o contexto político de surgimento dessas instituições começam pelo papel estratégico que assumiria essa modalidade da educação no atual governo da época. A ideia da criação dessas instituições surgiu no bojo do segundo mandato do presidente Lula, o qual, dentre outros aspectos, seria marcado pela determinação do presidente em garantir à educação e, particularmente, à educação tecnológica um lugar privilegiado nas políticas do seu governo.

A reforma da Educação Profissional, ocorrida em 1997, legitimou um dos projetos que estavam em discussão na sociedade civil. Trata-se da regulamentação pelo Decreto nº 2.208/97 que trouxe uma reforma e legitimou um projeto não consensual, provocando, por um lado, o dissenso quanto à sua implementação e, por outro, a desestruturação das redes de ensino preexistentes (Pacheco, 2010). O Decreto nº 2.208/97, é visto como um decreto “vilão” pelos educadores progressistas, tendo em vista ser uma política de educação profissional desarticulada com a educação básica. Portanto, para Pacheco (2010), somente após a revogação desses

óbices legais, pôde-se pôr em prática a visão estratégica encampada pelo atual governo. Nesse sentido, as considerações de Ramos (2014) são certeiras,

A revogação do Decreto n 2.208/97 realizada em 23 de julho de 2004, buscando restabelecer os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica como um direito das pessoas e uma necessidade do país foi, sem dúvida, um momento histórico. O conteúdo do Decreto n. 5.154/2004, por sua vez, reveste-se de alguma polêmica, mas tem possibilitado debates importantes e perspectivas progressistas para a política de educação profissional, especialmente em relação à possibilidade de integração com o ensino médio (Ramos, 2014, p.10).

A revogação do Decreto nº 2.208/97, realizada em julho de 2004, buscou restabelecer os princípios norteadores de uma política de educação profissional articulada com a educação básica, tanto como um direito das pessoas quanto como uma necessidade do país (Ramos, 2014). O que se esperava era que

Um novo decreto seria um dispositivo transitório que, enquanto garantisse a pluralidade de ações, sistemas e instituições de ensino, mobilizasse a Sociedade Civil em torno do assunto. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p.1090).

Com a intenção de (re)construção de princípios e fundamentos da formação dos trabalhadores para uma concepção emancipatória. Para estes autores,

A problematização sobre a política de educação profissional, que tem como referência a produção de conhecimento na área e as lutas sociais, desafiou-nos a analisar o percurso tomado por essa política no Governo Lula, que representa, na verdade, a disputa entre os setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira pela hegemonia nesse campo (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p.1089).

Reconhecendo essa lacuna como necessidade dos trabalhadores, Ciavatta (2005) reforça que a nova normativa que substitui o Decreto nº 2.208/97, o então Decreto 5.154/2004 (Brasil, 2004) visou à integração entre educação básica e o ensino profissional. Esse documento reforça que se trata de:

Superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico- tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (Ciavatta, 2005, p. 2).

A reorganização e expansão da Rede Federal, representam avanços na democratização do acesso da EPT. Assim, “a partir do Decreto nº 5.154/2004, a integração curricular surge como nova possibilidade de uma formação completa, com qualidade, que considera as múltiplas dimensões formativas” (Ambrosini, 2019 p, 20). Desse modo, tem-se a possibilidade de desenvolver a educação integrada, objetivando a uma formação que garanta aos sujeitos o direito à educação básica e a sua indissociabilidade com a educação profissional. Estes são propósitos da Educação Profissional e Tecnológica.

Segundo Silva e Borges (2019), entre 2003 e 2016, e de acordo com dados do MEC (Ministério da Educação), foi empreendido a construção de mais de 500 novas unidades, a saber 38 Institutos Federais presentes em todos estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. É formada também por instituições que não aderiram aos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008), mas que oferecem educação profissional em todos os níveis. Trata-se de dois CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica), 25 escolas vinculadas a Universidades, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica. A mudança segue transformando os 38 Institutos Federais em instituições acreditadoras e certificadoras, onde

Não se pretende que eles atendam a toda a demanda dos muitos brasileiros que, após uma vida de trabalho, buscam certificar seus conhecimentos práticos, mas, sim, indicar a difusão desse ato de reconhecer. Nesse processo de certificação para a inclusão, o IF submete o trabalhador ou a trabalhadora a uma avaliação. Havendo deficiências de formação, o IF assume a responsabilidade de suprir o conhecimento necessário para, então, certificar o profissional, dando testemunho de sua capacidade (IFB, 2012, p.14).

Os termos acreditadoras e certificadoras são processos instituídos de qualidade na EPT. Nestes termos, a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008 estabelece no parágrafo segundo do Art. 2º que “no âmbito de sua atuação os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais” (Brasil, 2008).

Os Institutos Federais, no Artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, são definidos como instituições de

educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (Brasil, 2008).

A referida norma apresenta, respectivamente, nos artigos 6º e 7º, as finalidades e características e os objetivos dos Institutos Federais. Quanto às finalidades e características, seriam:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos [...] com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior [...];
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular [...];
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino [...];
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais [...] (Brasil, 2008, cap. II, art.6, seq. II).

Quanto aos objetivos dos Institutos Federais, encontramos:

- I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores [...];
- III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas [...];
- IV - desenvolver atividades de extensão [...] em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- VI - ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia [...];
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica [...];
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu [...]; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado [...] (Brasil, 2008, cap. III, art.7, seq. III).

A Lei nº 11.892/2008, define nos seus objetivos que os Institutos Federais deverão garantir prioritariamente parte de suas vagas para atender ao previsto o Inciso I (cursos de nível médio na forma integrada e educação de jovens e adultos) e na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º, prioriza os cursos de licenciatura. Pode-se afirmar pela definição dos objetivos dos Institutos Federais revela o compromisso do governo federal com a forma integrada de articulação entre o ensino médio e a formação profissional, bem como também contempla o público da educação de jovens e adultos e a formação de professores, uma das metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Ampliando a discussão, também foi colocada como responsabilidade dos Institutos Federais e das demais instituições que compõem a Rede Federal, a implantação de programas de Educação de Jovens e Adultos, conforme previsto no Decreto no 5.840/2006, que criou o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos-PROEJA (Brasil, 2006). Reconhecido como um movimento e política social para atendimento adequado às demandas na democratização do acesso (Pacheco, 2008), sendo também articulador desse projeto, retrata a importância da instituição do PROEJA no bojo da criação dos IFs:

O que nos move é o compromisso com nosso povo, particularmente, com os historicamente excluídos. Todo o nosso trabalho só adquire sentido como parte de um projeto maior identificado com a liberdade, com a solidariedade e com a igualdade. Por isso, insistimos tanto na implantação do PROEJA, na integração entre o ensino médio e os cursos técnicos, no diálogo qualificado de nossas escolas com os movimentos sociais para atendimento adequado de suas demandas, na democratização do acesso. É verdade que como agentes públicos temos responsabilidades com toda a sociedade, mas nosso compromisso maior tem de ser com aqueles que foram historicamente alijados das políticas públicas (p. 4).

No centenário da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no ano 2008, o Governo Federal, na gestão do presidente Lula, comprometeu-se – amparado pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008) – a patrocinar uma ambiciosa expansão da rede federal, construindo novos campi dos Institutos Federais (IFs), em todas as Unidades da Federação. Isto posto, nos faz concordar que a criação dos novos campi, para além de um complexo de obras, representou a consagração como política pública, do

compromisso social, e norteou sobretudo o governo federal de caráter político ideológico de esquerda² nos últimos anos.

De acordo com Silva (2018), a educação profissional recebeu no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) expressivos investimentos. Desde então passou a atrair o olhar dos interessados para a oferta em sua modalidade técnica. Neste contexto desde os primórdios

De 1909 a 2002 foram construídas 140 escolas técnicas federais no País, entre 2003 e 2010 o Ministério da Educação construiu 214 escolas técnicas e em 2014 a rede federal de escolas técnicas passou a contar com um total de 562 unidades em 512 Municípios e presença em todos os estados, com investimentos de R\$ 678 milhões apenas em 2014 (Silva, 2018, p.131).

Ainda no contexto da expansão da Rede Federal, a Lei 11.892/2008 (Brasil, 2008) demarcou uma nova etapa para a educação profissional no País ao criar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi³, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica.

Com a criação dos Institutos Federais, a função programática Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, que era da ordem de R\$1,2 bilhão, em 2003, passou para R\$ 2,3 bilhões, em 2009, e atingiu na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012, a marca de R\$ 5.040 bilhões. A participação da educação profissional no orçamento do MEC em 2012 aproxima-se dos 8% do total do Ministério. Em 2003, essa participação era de 6%, representando um crescimento de 30% (Pacheco, 2012, p. 14).

Segundo Pacheco (2012, p. 13), secretário da SETEC/MEC à época, a primeira fase desse processo de expansão implantou-se escolas federais de formação

² No espectro político, a esquerda se caracteriza pela defesa de uma maior igualdade social. Normalmente, envolve uma preocupação com os cidadãos que são considerados em desvantagem em relação aos outros e uma suposição de que há desigualdades injustificadas que devem ser reduzidas ou abolidas. Fonte: Esquerda: o que é, o que defende e partidos. Disponível em: <https://www.significados.com.br/esquerda/aceso>. Acesso em: 24 de nov. de 2023.

³ Os Institutos Federais são instituições, pluricurriculares e multicampi (reitoria, *Campus*, *Campus* avançado, polos de inovação e polos de educação a distância), especializados na oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades da Educação Nacional, oferta os diferentes tipos de cursos de EPT, além de licenciaturas, bacharelados e pós-graduação stricto sensu. Fonte: MEC (2023). Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura_organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal/instituicoes-da-rede-federal. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

profissional e tecnológica em vários estados, com o intuito de fornecer cursos articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho.

Quanto ao aspecto da localização física dos novos Institutos Federais, temos: “[...] no processo de expansão foram priorizados critérios técnicos, em detrimento de critérios políticos, como tem sido comum nas gestões públicas, para a definição das áreas geográficas e municípios onde deveriam ser instaladas as novas unidades” (Pacheco, 2012, p. 17).

No entanto, Castro (2022, p.47) em sua dissertação de mestrado, discorda da afirmação de Pacheco, pois acredita que “interesses políticos ainda se sobressaem a questões técnicas na escolha de locais para implantação de novas unidades”. Acreditamos que os IFs, possuindo autonomia financeira, de gestão e características de universidades (geralmente instalados em locais mais afastados dos centros urbanos), foram pensados e construídos em locais apropriados. Importante destacar que as novas unidades tinham como objetivo político combater as desigualdades locais e regionais, atuando e contribuindo na formação de trabalhadores.

O quadro abaixo mostra o resumo em números da Rede Federal composta em sua maioria pelos Institutos Federais-IFs. São 1,5 (um milhão e meio de matrículas); 680 (seiscentos e oitenta unidades); 11,8 (onze mil e oitocentos cursos) e 82,9 (oitenta e dois mil e novecentos, entre professores e técnicos).

Quadro 4 - Rede Federal de Educação profissional científica e tecnológica e os principais números na atualidade

Matrículas	Unidades	Cursos	Professores e técnicos
1,5 milhões	680	11,8 mil	82,9 mil

Fonte: Elaboração própria conforme dados do MEC (2023).

Segundo o ex-reitor do IFB, Wilson Conciani (Gestão 2011-2018), muito além da expansão material da Rede, manifestou a expansão conceitual da própria Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira, agora compreendida, não como mera qualificação ou treinamento, mas como formação para a vida, para o trabalho e para o exercício da cidadania, por intermédio da elevação da escolaridade, da verticalização do ensino e da capacitação para a excelência. Ainda de acordo com Conciani, por ocasião das comemorações do Centenário da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, no ano de 2012 que valoriza e percebe a envergadura dos Institutos Federais e o legado desta instituição para o estudante e jovem trabalhador:

Tão importante quanto os marcos legais, entretanto, é a concepção revolucionária dos Institutos Federais. Com estrutura multicampi e territorialidade definida, os IF intervêm no espaço como agentes fomentadores, identificam problemas e criam soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo de cada região. Fundamentados na verticalização do ensino, os IF permitem que docentes atuem em diferentes níveis e compartilhem espaços pedagógicos – inclusive laboratórios – com discentes. Dessa forma, possibilitam que seus estudantes tracem itinerários formativos que podem ir da Formação Inicial a um Curso Técnico ou mesmo a um Doutorado. Essa concepção garante ao jovem trabalhador iniciar os estudos e ir aonde a vontade, o talento e o empenho o levarem. Ou seja, abre ao trabalhador de qualquer idade a oportunidade de dar continuidade a sua formação intelectual e profissional dentro de uma instituição que não trabalha apenas pela formação profissional, mas também pela formação humana integral e integrada (Conciani, 2012, p. 13,14).

Estes termos proferidos por quem geriu essa instituição, são impactantes porque apontam o início e também a projeção de futuro. Expressam uma mensagem no sentido de pertencimento a todos que passaram, estão atuando e os que ainda vão ingressar nesta Instituição, sejam estudantes, servidores ou gestores. Os IFs, portanto, têm na sua origem uma concepção revolucionária no sentido de trazer uma proposta inovadora como a estrutura multicampi e territorialidade delineada. Os IFs por meio de seus agentes, intervêm no espaço com ações que estimulam, identificam problemas e criam soluções tecnológicas visando o desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo de cada região do país.

2.2.1 Cenário político atual de expansão dos institutos federais

A expansão dos institutos federais ainda está em vigor e o IFB contará com dois novos campi, Sol Nascente e Sobradinho, (regiões administrativas do Distrito Federal). Trata-se de projeção de investimentos da política do atual presidente da República, Lula da Silva, anunciado em março de 2023, a criação de 100 novos Institutos Federais. Por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), serão investidos R\$ 3,9 bilhões em obras, sendo R\$ 2,5 bilhões para a criação de novos campi e R\$ 1,4 bilhões para a consolidação de unidades dos IFs já existentes, como a construção de refeitórios estudantis, ginásios, bibliotecas, salas de aula e aquisição de equipamentos (MEC, 2024). Compreendemos que esses investimentos constituem uma das principais pautas da política do atual governo de bandeira progressista, contrastado com a política liberal do governo anterior. O objetivo da nova expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

Tecnológica é aumentar a oferta de vagas na educação profissional e tecnológica (EPT), criando oportunidades para jovens e adultos, especialmente os mais vulneráveis.

Considerando a situação dos Institutos Federais como o IFB que compõem a Rede Federal, oportuniza aos jovens uma educação integral que possibilita um futuro ingresso no mundo do trabalho com os cursos de nível técnico e a possibilidade de continuidade dos estudos em nível superior. Assim a importância de democratizar o acesso à educação profissional e tecnológica para a classe trabalhadora, a fim de que também tenham condições de usufruir de um ensino público de qualidade e outros bens sociais. Portanto, considera-se que a expansão da Rede Federal, por meio dos Institutos Federais, ampliou significativamente os cursos e vagas ofertadas, porém há desafios na ocupação dessas vagas, bem como outros limites e desafios, vistos no âmbito do acesso e ingresso.

2.3 O CAMINHO HISTÓRICO DOS PROCESSOS SELETIVOS DOS CURSOS TÉCNICOS NA REDE FEDERAL NO BRASIL E IMPLICAÇÕES DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO, IGUALDADE E MERITOCRACIA

O percurso histórico de acesso à educação profissional e tecnológica: perpassa por reflexões sobre igualdade/desigualdade social, inclusão/exclusão e meritocracia. De início é importante considerar que a ampliação e a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), assim como a universalização da educação básica, jamais ocuparam posição de destaque entre as prioridades das elites brasileiras (Frigotto, 2010). Frigotto discute os conflitos entre meritocracia e inclusão no acesso à educação, abordando essas questões no contexto da educação profissional e das políticas públicas educacionais no Brasil.

As políticas públicas voltadas para ampliar e democratizar o acesso enfrentam significativas limitações impostas pelas estruturas de poder que permeiam a sociedade. Além disso, os recentes retrocessos no campo educacional, decorrentes da atual conjuntura social, econômica e política do país, não podem ser ignorados ao se analisar o acesso à EPT (Ambrosini, 2019).

Tomamos como principais referências os trabalhos de Coutinho e Melo (2011); Ambrosini e Escott (2020); Silva e Borges (2019); Martins e Costa (2022).

Os processos seletivos para os cursos técnicos surgiram a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices, no ano de 1909, e são realizados por meio de um edital que define critérios para classificação, seleção e aprovação dos alunos. A seleção por provas é o mecanismo mais tradicional de ingresso e apresenta as mais altas taxas de seletividade e exclusão social. Esses concursos acentuam essas diferenças e restringem as oportunidades para aqueles que, por cursarem escolas de melhor padrão de qualidade, conseguem ser selecionados nos exames, contribuindo para a reprodução e a manutenção das desigualdades sociais (Coutinho; Melo, 2011, p. 23).

As experiências dos processos seletivos por meio de ações são analisadas a partir de extratos teóricos da igualdade e da inclusão explicitado por Boaventura Santos (1999) *apud* Coutinho e Melo (2011). Num ordenamento democrático todos são iguais e têm direito ao acesso aos bens públicos, no caso, a educação. Ambrosini e Escott (2020), com base nesse modelo expõem como ocorre a relação igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão, na atual sociedade capitalista:

[...] a modernidade, na medida em que foi pautada pelo desenvolvimento do capitalismo, por um lado, manteve os ideais de emancipação e igualdade social, mas por outro, foi desenvolvendo um sistema regulatório, onde foram geridos processos de exclusão e desigualdade, frutos do modo de produção capitalista (Ambrosini; Escott, 2020, p. 49).

Estes pesquisadores consideram essencial apreender esse processo de desigualdade e exclusão para entender em que medida o acesso à educação pública pode ser entendido ou como inclusão ou como igualdade na sociedade capitalista. O acesso e educação passa pela escola, em seu privilegiado espaço de promoção do Estado democrático de direito, assim não pode exercer uma prática negativa em relação ao que defende e colocar em xeque seu papel transformador da realidade, pois a educação é um direito fundamental que contribui para a conquista de todos os demais direitos.

Nas políticas de acesso na EPT, entre a tradição e a inclusão, discute-se que para garantir o máximo de inclusão, os critérios de admissão eram simplificados, permitindo que mais estudantes acessassem essa educação pública e voltada ao trabalho. Nos primórdios, segundo o Decreto nº 7.566/1909 que criava as Escolas de Aprendizes Artífices no artigo 5º, as exigências principais para ingresso incluíam a comprovação de idade entre 10 e 13 anos, condição econômica desfavorável e aptidão para o aprendizado do ofício, além de outros requisitos. Se por um lado, essas escolas facilitavam o acesso à educação profissional aos mais pobres, o acesso a

cursos de formação, voltadas para carreiras de maior prestígio social, aplicavam processos seletivos mais rigorosos (Silva e Borges, 2019).

Essa dualidade reflete um modelo histórico que buscava oferecer oportunidades, mas que também reproduzia certas divisões sociais e econômicas no acesso à educação e formação profissional, tópico que ressoa nas discussões contemporâneas sobre políticas de inclusão, e formas de seleção e ingresso na rede federal.

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) as políticas de acesso foram modificando-se com o tempo, assim como a própria EPT que, com o passar dos anos, sofreu alterações que refletiram intenções governamentais, mutações sociais e movimentos no cenário educacional e profissional (Frigotto, 2010). A história da educação profissional e tecnológica reflete como esse tipo de educação foi marcada por um dualismo estrutural, ou seja, desde a sua origem havia uma educação propedêutica e geral que foi destinada às elites e grupos mais favorecidos e a educação profissional, inicialmente de cunho assistencial, e depois destinada a formar mão-de-obra para o mercado de trabalho (Moura, 2007). Estes autores pesquisam a concepção quanto à relação entre educação e trabalho, o que acaba perpassando pelas políticas de acesso.

De acordo com Ambrosini (2019):

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais, ampliou significativamente os cursos e vagas ofertadas nesse segmento educacional. Essa expansão contrasta, por vezes, com a dificuldade no preenchimento de vagas e com processos seletivos cada vez mais disputados, que muitas vezes excluem os estudantes pobres, provenientes da escola pública. Um dos fatores que leva a esse problema refere-se à complexidade dos processos seletivos, com editais pouco acessíveis e compreensíveis pelos estudantes, que muitas vezes não entendem o sistema de ingresso e também pouco compreendem o sistema de reserva de vagas para o ensino público (Ambrosini, 2019, p.18).

Se por um lado os editais trazem complexidades pela própria natureza dos certames e instâncias administrativas e burocráticas típicas de serviço público, as instituições como o IFB são obrigados por força de lei e dos órgãos de fiscalização e controle do serviço público a especificar os trâmites e etapas como as leis, os tipos de reservas de vagas, a documentação, a heteroidentificação, o sorteio etc, tornando os editais extensos e de difícil compreensão para os estudantes/candidatos, por outro lado, urge que as complexidades e possíveis entraves burocráticos dos editais fiquem

com a instituição e não para os candidatos.

Segundo Coutinho e Melo (2011), os processos seletivos para ingresso nos cursos técnicos constituem-se em um instrumento meritocrático, para definição daqueles que terão direito a um recurso não disponível para todos. Nesse processo, apontam a ocorrência de exclusão de alunos egressos de escola pública e a necessidade de implantação de políticas afirmativas, com vistas à democratização do acesso. Segundo os autores, as formas de acesso abrangendo os processos seletivos se constitui de três formas:

Atualmente, são três as formas de acesso envolvendo processos seletivos: ingresso por meio de sorteio público, ingresso pelo exame de seleção e ingresso por intermédio de um sistema misto: sorteio público e exame de seleção. O que devemos considerar nessas experiências é que nem o sorteio público e nem o exame de seleção garantem, de forma permanente, a inclusão de alunos de escolas públicas (Coutinho; Melo, 2011, p.29).

Nesta pesquisa Coutinho e Melo (2011) expõem a realidade dos processos seletivos das escolas da rede pública federal na atualidade, no que se refere à adoção de mecanismos que visam à inclusão de estudantes oriundos de escolas públicas, contudo tecem críticas de que nenhum dos modelos, ou seja, exame de seleção (provas) nem o sorteio, são garantia de inclusão de estudantes de escola pública. Os autores sugerem inovações de caráter inclusivo, na expectativa de contribuir para a reversão do quadro de exclusão que ainda se faz presente nesse contexto. Estas inovações foram propostas por uma série de instituições, consolidadas e reconhecidas da rede federal a saber: CEFET-MG; IFE-RN e Colégio Pedro II-RJ, mostrada no quadro a seguir:

Quadro 5 - Sugestões de inovações socioeducacionais inclusivas de processos seletivos de instituições federais

Instituição da Rede Federal	Experiências inclusivas	Fundamentação	Objetivos
CEFET-MG	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pró-Técnico ▪ Programa Artes e Ofícios. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ▪ Criado em 1979 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Democratizar o acesso a alunos de baixa renda e de segmentos sociais excluídos, oriundos da escola pública ▪ Trabalhar os conteúdos programáticos das

			disciplinas e as questões dos cadernos de provas dos processos seletivos
IFE-RN	Experiências do processo seletivo Criação do Curso Pró-Técnico no então CEFET-RN, em 1974	Professores são contratados e remunerados por meio de convênio com o Ministério do Trabalho	Destinar uma bolsa de estudos aos alunos filhos de trabalhadores sindicalizados.
Colégio Pedro II	Experiências do processo seletivo	Processo de implantação de ações afirmativas no Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, por meio de um convênio com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro.	Admitir, oferta de 50% das vagas para alunos de renda familiar inferior a três salários mínimos.

Fonte: Elaboração própria conforme dados de Coutinho e Melo (2011).

Sob essa perspectiva, isso pode ser traduzido em uma forma de sistematizar um potencial inclusivo para estudantes das escolas públicas, por meio de alguns objetivos e ações a seguir relacionadas:

Objetivos

- Possibilitar maior inclusão sistemática e permanente de alunos de escolas públicas nos cursos técnicos das escolas da rede federal;
- Assegurar os recursos necessários no orçamento anual das instituições para a implantação da proposta;
- Estabelecer metas de inclusão traduzidas na forma de indicadores e revisá-las anualmente;
- Desenvolver estudos e pesquisas a fim de oferecer subsídios ao fortalecimento e à renovação dos programas de inclusão;
- Desenvolver e socializar uma base confiável de dados com vistas a estruturar um sistema de informação dos processos seletivos.

Ações

- Realizar mudanças na legislação e nos procedimentos normativos das escolas da rede federal;
- Ampliar a oferta de vagas e dos cursos Pró-Técnico gratuitos nas escolas da rede federal.
- Desenvolver e socializar uma base confiável de dados com vistas a estruturar um sistema de informação dos processos seletivos.
- Realizar campanhas de conscientização, divulgação, oficinas e palestras sobre os processos seletivos e o perfil dos cursos técnicos para a comunidade escolar pública;
- Isentar os alunos de escolas públicas da taxa de inscrição;
- Conceder transporte e alimentação aos alunos de escolas públicas;

- Realizar as inscrições para os processos seletivos nas escolas públicas municipais e estaduais (Coutinho; Melo, 2011, p. 31, 32).

As ações afirmativas das escolas da Rede Federal e seus resultados, apresentados pelos autores acima citados, demonstra a busca por propostas inclusivas, na medida do possível, para o desafio colocado e o anseio de contribuir com vistas a reverter as tendências que se observam de exclusão de alunos de escolas públicas ainda presentes na rede federal. Diante dessas ideias adotadas no passado recente é preciso pensar em inovação emancipatória efetivas para o processo seletivo para o atual momento. De todo modo nos permite refletir e compreender sobre as bases em que deve assentar propostas de inovações e experiências para a construção de novos projetos pedagógicos para atingir os objetivos para o acesso inclusivo no âmbito do IFB. Ademais, podem ser inspiradoras frente aos desafios e perspectivas do processo seletivo do IFB *Campus Gama*, considerando a realidade da instituição.

Para Martins e Costa (2021) a junção de formas de ingresso é mais adequada com os princípios da Rede Federal, como:

A combinação de duas ou três modalidades de seleção é mais adequada aos princípios de formação omnilateral da Rede Federal. É importante que os gestores e a comunidade acadêmica realizem estudos para identificar a melhor forma de seleção para os cursos, de acordo com o perfil do egresso e com os arranjos produtivos profissionais e socioculturais (p.22).

Historicamente as instituições federais de ensino, em sua maioria, optam por processos seletivos por provas. Silva e Borges (2019); Castro (2022); Martins e Costa (2021), ratificam que nos processos seletivos há claramente uma tendência tradicional meritocrática na aplicação de provas. A crítica que se faz a esse critério de admissão no bojo EPT dos IFs a qual concordamos que “O problema é acentuado quando as próprias instituições escolares são fundadas em pressupostos teóricos que concebem a formação escolar de maneira omnilateral e não fragmentada” (Martins e Costa, 2021, p. 20).

Um estudo de Silva e Borges (2019, p. 40) mostra que, de 47 instituições da rede federal analisadas que ofertam o ensino médio integrado, por força da lei nº11.892/2008, valem-se de processos seletivos diversificados para o preenchimento das vagas. Os métodos mais utilizados são provas e 37 (trinta e sete) unidades optaram por esse modelo; a análise curricular 6 (seis) ficou em segundo lugar; e

apenas 4 (quatro), se utilizam do sorteio público em seus processos seletivos. A Figura 1 mostra melhor esse cenário.

Figura 1 - Proporção entre as formas de ingresso adotadas na rede



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados de Silva e Borges (2019).

Segundo Silva e Borges (2019), o grupo de institutos federais que optou por sorteio público em seus processos seletivos foram os seguintes Institutos Federais dos Estados do Acre (IFAC), Amapá (IFAP), Distrito Federal (IFB) e Santa Catarina (IFSC). Neste estudo observou-se que as instituições da rede federal, em maior número, optam por processos seletivos por provas seguidas por análises de histórico escolar. Nestas verificou-se maiores índices de eficiência, de conclusão e menores percentuais de evasão escolar. Entretanto, um ponto interessante observado foi que nas instituições optantes por sorteio público, registrou-se um número inferior de retenção (Silva; Borges, 2019). Não obstante, o fato de poucos IFs adotarem o sorteio, não o torna menos importante, sobretudo quando se considera o aspecto de inclusão educacional de estudantes nos seus processos de ingresso inicial.

Na pesquisa de Martins e Costa (2021) encontramos dados similares que convergem com Silva e Borges (2019) em relação à forma de ingresso nos cursos técnicos da Rede Federal conforme verificamos na Tabela 1.

Tabela 1 - Tipos de processo por unidade da Rede Federal e vagas (2019)

TIPOS DE PROCESSO	UNIDADE DA REDE	VAGAS OFERTADAS
Sem processo	11 (1,8%)	1.005 (0,7%)
Vestibular	340 (56, 8%)	86.597 (57,2%)
Vestibular e redação	56 (9,3%)	12.823(8,5%)
Vestibular e provas discursivas	8 (1,3%)	1.919 (1,3%)
Análise de currículo	135 (22,5%)	32.965(21,8)
Sorteio	11 (1,8%)	5.173 (3,4%)
Vestibular/análise de currículo	1(0,2%)	258 (0,2%)
Vestibular/sorteio	8 (1,3%)	1.656 (1,1%)
Vestibular/exame de aptidão	2 (0,3%)	1.929 (1,3%)
Vestibular e redação/exame de aptidão	8 (1,3%)	1.927 (1,3%)
Vestibular/entrevista/análise de currículo	1 (0,2%)	185 (0,1%)
Vestibular/análise de currículo/chamada pública	18 (3%)	5.042 (3,3%)
Total	599 (100%)	151.483(100%)

Fonte: O autor conforme dados de Martins e Costa (2021, p.18).

Os dados da Tabela 1 nos permite compreender que a forma de ingresso pelo modelo meritocrático de vestibular (provas de múltipla escola) está presente na maioria das unidades da Rede Federal (56, 8%). A leitura dos autores nos alerta referente a critérios de admissão por meio de provas, uma vez que estas valorizam mais as capacidades cognitivas de memorização do que outros aspectos humanos, como o político, o social, estético e cultural. A análise curricular é a segunda forma mais empreendida na Rede Federal, 22,5%, enquanto o modelo do sorteio apresenta apenas 1,8% (11 unidades da rede) (Martins; Costa 2021, p. 20). Assim como no estudo de Silva e Borges (2019), a política do sorteio parece corresponder a uma dimensão pouco visível nas formas de ingresso, o que muitas vezes oculta a importância estratégica destes processos.

2.4 ORIGEM E ATUAL PRÁTICA DO MODELO DE SELEÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB

Após anos de funcionamento e mudanças legislativas, a Escola Técnica de Brasília, antes pertencente à Secretaria de Educação do DF, foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília ou Instituto Federal de Brasília (IFB), consolidado a partir de 2008, com a Lei 11.892 (Brasil, 2008) que criou os Institutos Federais. O IFB é uma instituição de educação pública e gratuita, sendo uma Autarquia Federal. De acordo com o Decreto de Lei nº 200/1967 (Brasil, 1967), uma Autarquia é classificada nesta categoria, uma vez que é entidade autônoma e descentralizada. Fiscalizada pelo Governo Federal, esse tipo de órgão possui recursos próprios e certa independência para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira.

De acordo com a Lei n. 11.892 (Brasil, 2008), que instituiu a Rede Federal, as instituições integrantes do sistema educacional possuem “autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (art. 1º). A relativa autonomia também serve para definir a forma de acesso e ingresso dos estudantes, seja por meio de processo seletivo, sorteio público, análise de currículo, entrevista, prova de aptidão, chamada pública ou alguma combinação desses modelos.

O IFB é constituído por uma Reitoria e dez *campi*, instalado em todas as regiões administrativas do Distrito Federal, caracterizado como instituição de educação superior, básica e profissional. Com ações de pesquisa que buscam a articulação com o ensino e a extensão, o IFB oferta desde cursos de nível Médio Integrado, PROEJA⁴ (na forma integrada), subsequente, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e também de graduação e pós-graduação.

Com a expansão do IFB desde 2010, houve maior procura pela oferta das vagas, o que tornou necessário aplicar um processo seletivo para classificação dos candidatos que poderão acessar essa nova instituição vista como de excelência entre as instituições públicas e privadas da capital. Entendemos que esse empreendimento de novas escolas (novos campi do Instituto Federal de Brasília), a oferta de variados

⁴ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Destinados a quem concluiu o Ensino Fundamental e tem mais de 18 anos. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/estude-no-ifb/perguntas-frequentes>. Acesso em: jul. de 2023.

cursos e o ingresso de novos estudantes vem ampliar a Rede Federal na perspectiva de colaboração com os demais sistemas de ensino para o fortalecimento da EPT. A investigação no modelo de seleção discente empreendido no IFB está embasada em documentos oficiais do IFB, normativas nacionais da educação, em dissertações de mestrado profissional, artigos, e de vivências práticas do mestrando como servidor membro de comissão de processo seletivo no *Campus Gama*.

A Constituição Cidadã (Brasil,1988) estabelece no artigo 206, inciso I, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola como um dos princípios norteadores das ações de ensino no Brasil. Essa visão é reforçada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 9.394/96, Art. 3º “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1996).

O Regimento Geral do IFB no Art. 149, preconiza “A admissão aos cursos técnicos de nível médio e aos cursos da educação superior ministrados no IFB dar-se-á mediante processo de seleção” (IFB, 2021, p.52). Nos dois artigos seguintes o documento preceitua que o processo de seleção pode ser distinto em função da área de conhecimento do curso, e o quantitativo das vagas para os cursos técnicos e superior dos campi é regido por edital expedido pela Pró-Reitoria de Ensino:

Art. 150. O processo de seleção, diferenciado em formas, em função das áreas de conhecimento nas quais se situam os diversos cursos, visa avaliar e classificar os candidatos para o curso respectivo. Art. 151. A fixação de vagas para a admissão aos cursos técnicos de nível médio e aos cursos da educação superior de todos os campi é determinada por edital expedido pela Pró-Reitoria de Ensino (IFB, 2022, p.52).

O foco desta pesquisa é o processo seletivo dos cursos técnicos de nível médio. Nesse sentido, e em diálogo com outros documentos, colocamos na íntegra o que expressa o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI⁵ 2019/2023.

Dessa forma, os processos de ingresso nos cursos do IFB devem prever ações afirmativas e de caráter inclusivo, tendo como instrumento de seleção,

⁵ O Plano de Desenvolvimento Institucional é um dos documentos mais importantes da instituição e que reúne os princípios e diretrizes institucionais para um período de cinco anos. O processo de reconhecimento de cursos e credenciamento institucional pelo Ministério da Educação avaliam, entre outros documentos, o PDI da instituição. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/institucional/pdi/28416-pdi-2019-2023-do-ifb-e-atualizado>. Acesso em: jul. de 2023.

a ser aplicados de maneira isolada ou em associação, questionários de trajetória de vida, sorteios públicos, palestras específicas, uso das notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (especialmente por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU/MEC e do SISUTEC) e Teste de Habilidades Específicas quando aplicáveis. Além disso, buscando garantir condições igualitárias de permanência do estudante, devem ser realizadas ações voltadas à sua inclusão social, à produção de conhecimento, à melhoria do desempenho escolar, ao provimento de condições de acessibilidade e à melhoria da qualidade de vida, prioritariamente àqueles com maior índice de vulnerabilidade social (PDI IFB, 2021, p.54).

Esse documento norteador do Instituto Federal de Brasília deixa claro a concepção de inclusão e igualdade de condições para o acesso nos seus processos de ingresso discente, deixando margem para uso de distintos instrumentos de seleção – questionários de trajetória de vida, sorteios públicos, palestras e uso das notas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM abrangendo do nível médio ao nível superior e estimulando a permanência no âmbito do IFB.

A trajetória da pesquisa nos levou a entender a origem e chegar a atual prática da política de ingresso desde o surgimento do IFB. Para esse empreendimento, foi realizada consulta em editais de processo seletivo anteriores, disponíveis no site do IFB e verificamos que em seu percurso histórico, o processo de seleção pelo modelo de provas foi utilizado no ano de 2009 (ano de início de funcionamento do IFB). A partir do segundo semestre de 2010, até o atual momento o IFB se apropriou do sistema do sorteio eletrônico nos seus processos de verificação ou validação em seus processos seletivos, para os candidatos e estudantes terem acesso aos cursos técnicos.

Segundo uma pesquisa de Castro (2022), desenvolvida no âmbito dos Instituto Federal de São Paulo (IFSP), o modelo de provas, de certo modo, poderia afastar jovens e adolescentes das classes menos favorecidas, egresso das escolas públicas. Corroborando com (Castro, 2022) entendemos que o modelo meritocrático por provas tende a ser favorável ao estudante egresso de escola particular em contraste com o estudante da periferia da rede pública.

Na busca de mais referencial para a compreensão e que justifique o sorteio público na seleção discente do IFB, segue o seguinte argumento:

Nós sempre tivemos uma visão, de modo geral os educadores precisam ter uma visão contra o exame de seleção de aluno. O exame de seleção, ele é excludente, ele é elitista, facilita quem pode pagar um colégio, um bom cursinho. Nós achamos que a melhor forma era o sorteio [...]. Com resistência de parte dos dirigentes das instituições, nós resolvemos deixar a critério de

cada instituição. O IFB e outros adotam o sorteio. Essa história que favorece a evasão, baixa o nível, isso aí é conversa que não tem nenhuma sustentação na vida real [...]. A melhor escola pública aqui do Rio Grande do Sul é o Colégio de Aplicação da UFRGS, é o mais antigo, tem mais de cinquenta anos, sempre adotou o sorteio (Eliezer [...], 2021, 19 min 58 s).

Portanto, no começo do pleno funcionamento, dos Institutos Federais, não obstante, e com algumas resistências de alguns dirigentes das instituições, o professor Eliezer Pacheco já defendia a política do sorteio nos IFs, destacando a Escola de Aplicação da UFRGS e o IFB, como instituições de referência que aplicam essa política de acesso. Para Martins e Costa (2021, p. 22):

A autonomia pedagógica das instituições de ensino permite aos gestores das unidades da Rede Federal adotarem modelos mistos ou processos seletivos próprios para cada curso técnico ofertado.

Ressalte-se que esse contraste, não significa o apoio destes autores à tese no modelo meritocrático, mas, a saber, devido a autonomia pedagógica das instituições federais, seus gestores podem optar por mais de uma forma de processo seletivo.

O IFB, entre os Institutos Federais, a partir de 2010, adotou uma nova política em seus processos de seleção e ingresso nos seus cursos técnicos nas modalidades de Ensino Médio Integrado, PROEJA e Subsequente. O método empreendido se constitui no **Sorteio eletrônico** (grifo nosso). O sorteio eletrônico ocorre por meio de uma plataforma eletrônica, nomeada de Sistema de Gerenciamento do Processo Seletivo (SGPS⁶). O sistema tem o objetivo de apoiar o gerenciamento de processos seletivos do IFB, e possui as seguintes funcionalidades: Permite qualquer candidato realizar sua inscrição em algum edital de processo seletivo do IFB; torna os editais em aberto disponíveis para o candidato; permite acesso às funcionalidades do sorteio para os servidores(as) das comissões de processo seletivo.

Desde o seu estabelecimento e funcionamento em 2009, o IFB utilizou por breve período como já descrito, do modelo de provas⁷ ou vestibular como processo

⁶ SGPS - Sistema de Gerenciamento do Processo Seletivo. Trata do processo de inscrição e seleção por meio de sorteio dos inscritos para ingresso nos cursos do IFB PREN/DRDE. Fonte: Plano de Dados Abertos 2022-2024 (p. 26) https://diretorios.ifb.edu.br/diretorios/1830/arquivos/download/PDA_2022-2024.pdf. Acesso em: 8 de ago de 2023.

⁷ Quanto ao uso de provas, cabe esclarecer: no nível de Graduação e Pós-graduação stricto sensu (que não é objeto dessa pesquisa), o IFB se utiliza da nota do Enem pelo sistema do SISU e de provas objetivas, respectivamente em seus processos seletivos. Fonte: Formas de ingresso. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/estude-no-ifb/processo-seletivo>. Acesso em: jul. de 2023.

de verificação ou validação para o acesso aos cursos técnicos, seguindo a tradição da rede federal. Diante de certa disparidade entre o ensino privado e público, este método de certo modo, poderia afastar estudantes jovens e adolescentes das classes menos favorecidas, egresso das escolas públicas (Castro, 2022).

Em 2010, o IFB mudou a política de acesso aos cursos técnicos para o modelo do sorteio público. Dessa forma, o método do sorteio está de acordo como sugere as políticas expressas em documentos oficiais, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023 do IFB, os processos de acesso e ingresso nos cursos do IFB devem prever ações afirmativas e de caráter inclusivo (PDI/IFB, 2019).

Nesse sentido, a forma de ingresso pela modalidade sorteio eletrônico tem orientado a concepção de processo seletivo e ingresso de estudantes no IFB por mais de uma década, vislumbrando, portanto, que esse modelo de seleção abrange uma postura democrática, e apontando para uma política mais inclusiva. Nessa linha de política que pode ampliar o acesso, concordamos com Pacheco (2015) que menciona a modalidade **sorteio** e as **cotas** (grifo nosso) como excelentes experiências e que podem ser implementadas e ampliadas:

Essencial à realização desses objetivos é a adoção de medidas consistentes para democratizar o acesso aos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sob pena de a expansão e a qualificação desse sistema serem apropriadas pelas minorias já tão privilegiadas. Temos excelentes experiências em andamento que podem ser ampliadas e disseminadas com a brevidade possível. Cotas para oriundos da escola pública e afrodescendentes, sorteio etc. são iniciativas que podem e devem ser implementadas (Pacheco, 2015, p.11,12).

O IFB como escola recente foi levada a desempenhar funções novas e decisivas na reorientação, no funcionamento, na diversificação e na expansão e divulgação de seus cursos à comunidade local. A instituição adotou, assim, progressivamente, técnicas de planejamento como estratégias de política de ingresso.

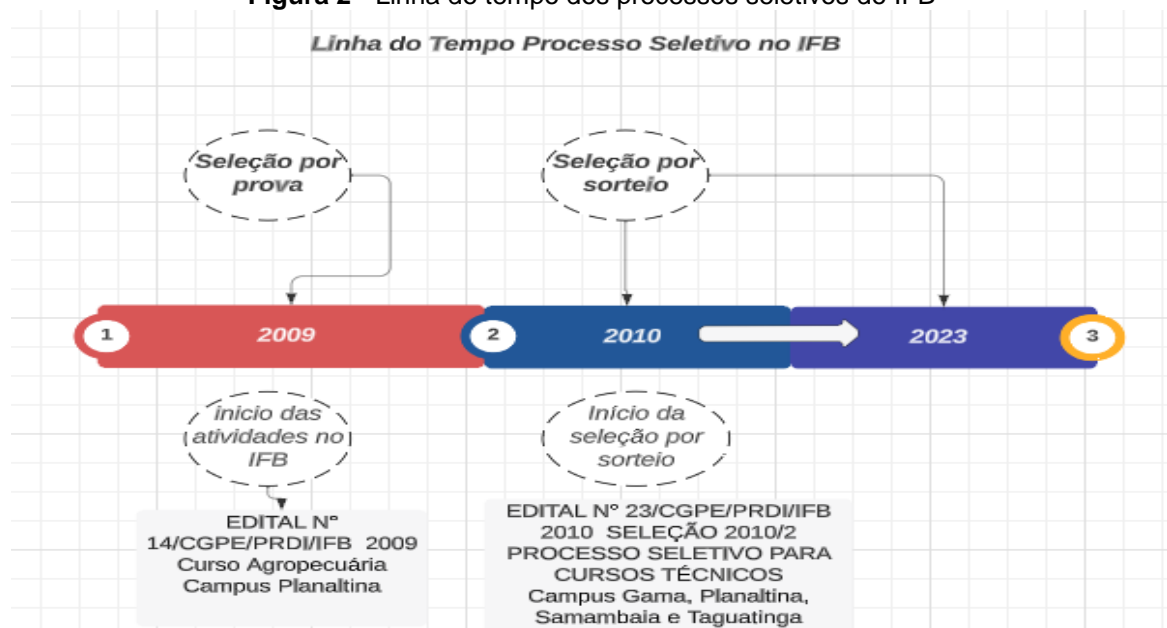
Os processos de seleção e ingresso no âmbito dos institutos federais é desafiador e instigante, contudo, constitui uma porta de entrada para mudança de vidas. Concebemos que as portas de ingresso discente no IFB têm mudado vidas de jovens trabalhadores. Os processos de seleção, também se constituem um processo educativo, pois perpassa diversos fatores sensíveis: institucional, legal, social e por que não dizer, também pedagógico, pois abrange várias, fases e nuances que gera desafios e aprendizado para os envolvidos, principalmente ao candidato e futuro

estudante, que antes de tudo é a este ser humano a qual se destina a oferta das vagas dos cursos técnicos gratuitos do IFB.

Expostas essas questões, os processos históricos a seguir descrevemos como chegamos até o debate empreendido em relação ao processo seletivo no IFB. Voltaremos no tempo para entender como chegamos aqui. A pesquisa nos levou a investigar como e em que período ocorreu o início da aplicação da forma de seleção discente por sorteio. Para tal, no período da coleta de dados da pesquisa, enviamos um e-mail institucional para a Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil (CAIE) da Reitoria do IFB com o objetivo obter informações acerca do tema. Esse critério foi escolhido por se acreditar que essa Coordenação do IFB possuía atores que atuam diretamente na gestão do processo de acesso e ingresso discente e possuiriam informações e dados essenciais para a pesquisa. Com as respostas obtidas e consultando os editais mais antigos no site da instituição, elaboramos a seguinte linha do tempo abaixo para entender como chegamos aqui.

A Figura 2 ilustra o resgate do recorte temporal, tendo o ano de 2009 como ponto de partida - marcando também o início das atividades do IFB – e o ano de 2010 a 2023 como ponto de chegada. Nos períodos 2009 à 2010, procuramos elencar também o seu respectivo edital. Em relação aos processos seletivos, podemos nomear esse último período de um novo ciclo da forma de ingresso de estudantes no IFB.

Figura 2 - Linha do tempo dos processos seletivos do IFB



Fonte: Elaboração própria conforme dados da pesquisa

Assim, por breve período (ano de 2009), a instituição realizou seu processo de seleção e ingresso pelo modelo meritocrático por prova. Naquele momento, o IFB acabou adotando o modelo por prova, confirmando assim a tendência majoritária das instituições federais de seguir uma prática tradicional meritocrática na aplicação de provas (Silva e Borges, 2019; Castro, 2022). A mudança para a política de seleção por sorteio se deu em 2010, e se manteve até aos dias atuais.

É importante considerar que a ampliação e a democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), assim como a universalização da educação básica, jamais ocuparam posição de destaque entre as prioridades das elites brasileiras (Frigotto, 2010). Este autor discute os conflitos entre meritocracia e inclusão no acesso à educação, abordando essas questões no contexto da educação profissional e das políticas públicas educacionais no Brasil. As políticas públicas voltadas para ampliar e democratizar o acesso enfrentam significativas limitações impostas pelas estruturas de poder que permeiam a sociedade. Além disso, os recentes retrocessos no campo educacional, decorrentes da atual conjuntura social, econômica e política do país, não podem ser ignorados ao se analisar o acesso à EPT (Ambrosini, 2019).

O primeiro objetivo específico desta pesquisa é: a) Descrever como ocorre o processo seletivo do IFB com base nos documentos norteadores da instituição e nos objetivos propostos para a seleção. Para atender este objetivo buscamos na leitura e análise de documentos institucionais e constatamos as diretrizes de ingresso discente no IFB: “Os processos seletivos do IFB têm como preceitos as perspectivas de ingressos apresentadas no Projeto Pedagógico Institucional aprovado pela Resolução nº 008/2012 – CS/IFB, e todos os outros normativos internos correlatos” (IFB 2023, p. 23). A forma de seleção discente, contido no Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFB justifica que:

O acesso aos cursos técnicos e de formação inicial e continuada dá-se, principalmente, por meio de sorteio, possibilitando aos grupos historicamente excluídos do processo educacional formal sua reinserção nas instituições de educação” (PPI - IFB, 2017, p. 26).

O processo seletivo discente por sorteio eletrônico nas instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia é uma prática que visa democratizar o acesso à educação pública. Portanto com a finalidade de atender às exigências da

legislação, as diretrizes estabelecidas pelo IFB, e as necessidades da sociedade, esta forma de seleção busca garantir igualdade de oportunidades a todos os candidatos, independentemente de sua condição socioeconômica ou histórico acadêmico.

Com base no resgate histórico, documentos e linha do tempo podemos afirmar que o processo de seleção do IFB, aplicado atualmente aos cursos técnicos integrados, PROEJA, subsequente e FIC, não se aplica o processo de provas, vestibulares ou seleção de alunos pelas melhores notas. Neste sentido, entendemos que o processo de seletivo no IFB é democrático pelo que expressa as políticas inclusivas, de igualdade, as políticas afirmativas e condições de acesso e permanência, contidas nas normativas internas do IFB e da educação nacional em geral como já descrevemos anteriormente (PDI, Regimento Geral, PPI, LDBEN) e ainda pelos seguintes motivos e sistemáticas:

- A seleção para os cursos técnicos consiste na convocação de candidatos/estudantes que obtiverem uma classificação aleatória no sorteio eletrônico dentro do quantitativo de vagas ofertadas e de acordo com a reserva escolhida;
- Todos os editais com oferta de cursos técnicos do IFB, realizam sucessivas chamadas. Explicando melhor, ocorre que após as matrículas da primeira chamada, todos os candidatos da lista de espera preliminar são convocados para a manifestação de interesse pelas vagas remanescentes - a manifestação deverá ser feita de forma on-line pelo mesmo sistema de inscrição - Assim é formada uma lista de espera definitiva, alargando as chances para o estudante/candidato ingressar no IFB.
- O processo seletivo por sorteio eletrônico público é seguro e garante a lisura no acesso dos candidatos ao IFB, com critérios elucidativos exposto aos candidatos por meio dos editais e do sistema eletrônico desenvolvido pela instituição.

Os pontos descritos acima são impressões e constatações do pesquisador deste trabalho com base nas experiências e vivências na atuação como membro ou presidente da Comissão de Processo Seletivo do IFB, *Campus* Gama, desde o seu ingresso em 2013, como servidor do quadro técnico-administrativo em educação. Além disso, tomamos como referências os editais e normativas internas da instituição, e dos princípios norteadores para seleção, bem como o Sistema de Gestão de

Processo Seletivo (SGPS), a plataforma eletrônica do IFB onde consta os dados do processo seletivo.

As políticas de inclusão – inclusive as formas de processos de seleção de estudantes por sorteio do Instituto Federal de Brasília, absorvem jovens e adultos em situação de risco social e de interiorização, que contemplam a população menos favorecida, nas regiões em torno do Distrito do Federal, que ao nosso ver e de acordo com Saviani (1977), quando se reflete nas políticas públicas na educação em geral, pode ser encarada como uma forma de compensação de parte da dívida histórica e social com a educação no Brasil.

2.4.1 Atualização da lei de cotas – Lei nº 12.711/2012

O Plenário do Senado Federal aprovou recentemente na data 24/10/2023, o projeto que reformula e amplia o sistema de cotas no ensino federal. O PL (Projeto de Lei) nº 5.384/2020 (Brasil, 2020) prevê que, entre outras mudanças, os candidatos cotistas passarão a concorrer também nas vagas gerais, e apenas se não conseguirem nota para ingresso concorrerão às vagas reservadas pela lei de cotas. Além de aprimorar a política de cotas para ingresso nos estabelecimentos federais de ensino superior ou de ensino médio técnico, o texto altera critérios socioeconômicos (que levam em conta a renda e a formação em escola pública) e insere os quilombolas entre os beneficiados pela reserva de vagas, que já inclui pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

No que se refere a proposta,

O projeto, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), foi relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que manteve o texto aprovado na Câmara e rejeitou oito emendas apresentadas em Plenário à proposição. Qualquer alteração faria com que a proposta retornasse à Câmara, e a nova política de cotas não poderia ser aplicada pelo Ministério da Educação a partir de 1º de janeiro de 2024 (Agência Senado, 2023 p.1).

Reconhecendo a importância da Lei de cotas, nas palavras do Senador da República Paulo Paim (PT- RS):

A Lei de Cotas não é atividade perpétua, é transitória. Sonho em um dia poder dizer "não precisamos mais de Lei de Cotas. Antes da Lei de Cotas, as universidades tinham apenas 6% de pobres, vulneráveis, indígenas, pretos e pessoas com deficiência. Depois que surgiram as cotas, somos mais de 40%.

É o Brasil negro, indígena, deficiente se encontrando na sala de aula (Agência Senado, 2023, p.1).

O texto do Projeto de Lei nº 5.384, que atualiza a lei de cotas de autoria da deputada Maria do Rosário PT/RS, resultou na Lei 14.723/23 (Brasil, 2023) que por sua vez alterou a Lei de Cotas nº 12.711/2012 (Brasil, 2012). De acordo com o portal do MEC (2024, p.1):

A Lei de Cotas, sancionada em 2012, é fruto da luta dos movimentos negros e de outros movimentos sociais pelo acesso ao ensino superior. Ao longo dos anos, eles se uniram a pesquisadores, parlamentares e órgãos de controle para garantir que, no devido tempo, a revisão da Lei de Cotas se efetivasse. Em 2023, ela foi aprimorada.

A nova norma foi sancionada pelo presidente Lula em novembro de 2023. A Lei de Cotas reserva no mínimo 50% das vagas em universidades e institutos federais para pessoas que estudaram todo o ensino fundamental ou o ensino médio em escolas públicas. Cabe aqui esclarecer que a Lei de cotas leva em consideração os critérios escola pública e renda, de forma que um aluno negro que cursou o ensino fundamental ou médio em escola particular, por exemplo, não é alcançado pela Lei.

2.4.2 Como é feita a distribuição das cotas

No atual sistema de cotas, dentro do critério de 50% das vagas para oriundos do ensino público, metade das vagas são preenchidas por negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência (PcD) e de baixa renda. A partir do novo texto, o processo seletivo observará a proporção de pessoas que se encaixam nas cotas raciais por unidade da Federação, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela proposta, os quilombolas também serão incluídos no sistema (Brasil, 2023).

Atualmente, metade de todas as vagas para alunos oriundos de escola pública é assegurada às famílias que ganham até 1,5 salário mínimo por pessoa. Com a atualização da proposta, a renda familiar máxima será de um salário mínimo (que hoje corresponde a R\$ 1.320) por pessoa. A normativa está em consonância com a estratégia do PNE referenciada na meta 11.13 “reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível

médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei” (Brasil, 2014, s/p).

Costa (2022), torna claro para a compreensão do significado e objetivos da lei de cotas na seguinte síntese:

A lei de cotas como uma forma de reparação histórica, significa que estamos revendo as injustiças sociais em relação ao não acesso aos direitos sociais, assim a reparação compreende ações promotoras de equidade e minimização das injustiças sociais e para o enfrentamento da desigualdade racial (p.6).

Concordamos da mais alta importância a atualização da lei de cotas na tentativa de fazer justiça social para as pessoas que mais precisam. A Constituição Federal (Brasil, 1988) reconheceu como foco de reparação e justiça social as desigualdades econômicas, raciais e geográficas historicamente conhecidas no país. Eis o fundamento constitucional para a Lei de Cotas, necessária, mas incapaz de reparar todas as desigualdades educacionais do país.

A atualização da lei de cotas estabelece que, dentro do percentual de vagas reservadas a alunos da rede pública, metade (50%) devem ser para estudantes com renda familiar mensal por pessoa igual ou menor a um salário mínimo e a outra metade com renda maior que esse valor. Portanto, agora com a alteração da Lei de cotas que resultou na Lei 14.723/23 (Brasil, 2023), a exigência da renda familiar per capita foi encurtada, passando de 1,5 para 1 salário mínimo. Ressalta-se que os candidatos cotistas, desde que sejam oriundos de escola pública, independente de renda, ainda poderão ser beneficiados, pois são alcançados pela lei de cotas pelo critério escola pública. Assim muitos estudantes da classe trabalhadora poderão ser incluídos no ensino público federal.

2.5 O *CAMPUS* GAMA E O CONTEXTO DO CURSO NA MODALIDADE PROEJA

O Instituto Federal de Brasília, *Campus* Gama, encontra-se, atualmente, instalado na Rodovia DF 480, setor de múltiplas atividades, na entrada do Gama. O *Campus* está localizado na Região Administrativa II (antiga Cidade Satélite) e atende estudantes oriundos de diversas Regiões Administrativas do DF, assim como de outras cidades do entorno pertencentes ao Estado do Goiás (PPP/Gama, 2019).

O Gama é uma das Regiões Administrativas mais antigas do Distrito Federal e nasceu com a construção de Brasília, fundada em 1960. Começou a ser formada pela transferência de famílias de outras regiões do DF para esta cidade (CODEPLAN, 2012). Atualmente, conta com uma infraestrutura independente de outras Regiões Administrativas e se tornou um polo de referência com diversas atividades culturais e de produção.

Segundo o Projeto Político Pedagógico do *Campus* Gama (PPP, 2019), no dia 07 de julho de 2010, foi realizada a aula inaugural do *Campus* Gama, no auditório da Administração Regional de Santa Maria. Já em maio de 2010, as atividades administrativas do *Campus* foram transferidas para o prédio da antiga Biblioteca do Gama, cedido pelo Governo do Distrito Federal, em 2009. Novos cursos foram ofertados ainda em 2010, com as aulas sendo ministradas em escolas da região por meio de convênios firmados com a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

As atividades acadêmicas do *Campus* Gama tiveram início no primeiro semestre de 2011 com a oferta dos cursos técnicos em Agronegócio e em Cooperativismo. O ano de 2012 também marcou o início dos cursos de Química, incluindo o Técnico em Química, na modalidade subsequente, e Licenciatura em Química, que foi o primeiro curso superior do *Campus* Gama. Essas atividades começaram no espaço provisório da antiga biblioteca e foram transferidas para o prédio definitivo do *campus* no segundo semestre daquele ano (PPP/Gama, 2019).

Quanto a inserção da modalidade PROEJA no IFB/Gama, temos:

O Curso Técnico Integrado na modalidade PROEJA iniciou no Campus Gama com a oferta do Curso Técnico Integrado em Administração na Modalidade PROEJA. O PROEJA em Administração teve sua primeira turma em meados de 2014 com a oferta de 40 vagas para o público com idade mínima de 18 anos e como forma de ingresso vinculou a participação em palestra orientativa obrigatória no Campus do curso ofertado e inscrição pelo site do processo seletivo no link <http://processoseletivo.ifb.edu.br>. (PPP/Gama, 2019, p.24).

Para verificar esse registro resgatamos na página do IFB e confirmamos que foi no segundo semestre de 2013 que ocorreu o lançamento do primeiro edital do processo seletivo na modalidade PROEJA do *Campus* Gama. Trata-se do Edital nº 77/RIFB, de 01 de novembro de 2013. O curso ofertado foi o Técnico Integrado em Administração e a forma de seleção foi por sorteio eletrônico e participação em palestra orientativa obrigatória no *Campus* (IFB, 2013). O início das aulas da primeira turma ocorreu em meados de 2014. Esse curso permite aos estudantes a conclusão

do ensino básico juntamente com a formação técnica profissional. Assim, o cenário do ingresso por sorteio se mantém até hoje.

O IFB *Campus* Gama busca ampliar sua oferta de cursos, e pretende oferecer, na modalidade de educação de jovens e adultos de nível médio, integrada à educação profissional, o curso de Técnico em Administração. De acordo com o Projeto Pedagógico/Plano de Curso Técnico em Administração (PPC/Gama, 2016), o curso tem como objetivo

atender aos diversos níveis e modalidades da educação profissional, possibilitando o desenvolvimento integral do discente, de forma ágil e eficaz, por difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais considerando as características e vocações das Regiões Administrativas (RA) mais afetadas pela oferta de cursos no Campus Gama (PPC/Gama, 2016, p.13).

No âmbito produtivo, o DF manteve-se na oitava posição entre as maiores economias do Brasil desde o início da série, em 2010. O setor de serviços é o que mais se desenvolve na capital (CODEPLAN, 2012). Estes dados confirmam que o Distrito Federal apresenta economia em expansão, com visível crescimento na demanda por profissionais qualificados para suprir as necessidades das áreas de comércio, indústria e serviços e corroborando com os objetivos e necessidades de cursos na área de Administração e Gestão no *Campus* Gama (PPC/Gama, 2016).

2.6 O PROCESSO SELETIVO DOS CURSOS TÉCNICOS NO IFB *CAMPUS* GAMA

De acordo com Coutinho e Melo (2011), tradicionalmente a forma de construção dos processos seletivos dos cursos técnicos das escolas da rede federal são conduzidos por comissões:

Os editais dos processos seletivos dos cursos técnicos são elaborados pelas comissões permanentes das escolas da rede federal [...], a fim de legitimar a seleção dos alunos que irão ingressar na Educação Profissional Técnica de Nível Médio dessas instituições. O que podemos constatar, numa primeira análise, é que esses editais refletem, de maneira direta ou indireta, os valores e os interesses que as instituições concebem sobre a inclusão social dos alunos de escolas públicas. Ao apresentarmos as experiências sobre a inclusão social dessas instituições, podemos perceber, numa primeira análise, que a inclusão social se apresenta também em outras atividades educacionais complementares, como forma de compensar a possível exclusão do processo seleção (Coutinho; Melo, 2011, p.26).

Os editais de processos seletivos, inevitavelmente refletem a intencionalidade das políticas públicas de ampliação e democratização do acesso. Visto a complexidade dos editais de seleção e ingresso, apreendemos que é necessário um conjunto de esforços mais direcionado, no sentido de aprimorar a comunicação e a compreensão dos candidatos sobre os editais e regras que norteiam o processo de ingresso discente.

Importante esclarecer que quando neste capítulo bem como em todo o trabalho a descrição dos procedimentos do processo seletivo, não são realizados independente e isoladamente no *Campus* Gama, pois os editais são unificados e integrado por sistema eletrônico e normas dispositivos legais como a Lei 12.711/12, e outros normativos internos gerais válidos para todos os campi do IFB, exceto os cursos de formação inicial e continuada (FIC), delegado a competência aos campi (IFB, 2023a).

No IFB, a Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil (CAIE), setor da Pró-Reitoria de Ensino-PREN do IFB, é a responsável pela publicação dos editais e diretrizes gerais do processo seletivo dos cursos técnicos em todos os campi. Uma comissão de seleção instituída por portaria e assinada pelo diretor geral do IFB *Campus* Gama é a responsável pela operacionalização dos certames in loco. Os servidores que compõem os quadros operacionais e táticos do processo seletivo do IFB são técnicos administrativos, enquanto que os cargos estratégicos da instituição das seleções são compostos por professores e técnicos administrativos (Jardim, 2023).

Conforme o documento interno elaborado pela Coordenação de Acesso e Ingresso Discente (CAIE) da instituição sobre o Processo Seletivo dos Cursos Técnicos pelo SGPS tem a seguinte orientação e diretriz:

O processo seletivo conduzido pela coordenação de acesso e ingresso estudantil (CAIE) é constituído de 3 (três) fases distintas, as quais são: Fase Interna, Fase Externa e Fase Mista [...]. Ainda na fase interna, é por meio de reuniões e deliberações da Pren junto aos Diretores gerais dos *Campi* e demais servidores que ocorre a definição do cronograma do processo seletivo, o qual ficará expresso no edital. Como também da solicitação da Pren aos *Campi* da Portaria de composição da comissão de processo seletivo de cada *Campus* que ficará responsável e terá o objetivo de operacionalizar algumas fases do processo seletivo dentro do *Campus*, como exemplo: avaliação da documentação para a reserva de vaga em todos os editais que tenha tal etapa e demais logísticas e situações para o pleno funcionamento do certame; [...]. Tais portarias farão parte do processo do edital correspondente (IFB, 2023a, p.2).

O documento elaborado pela coordenação central de acesso e ingresso do IFB trata das fases e demais orientações técnicas e administrativas sobre o processo seletivo comum a todos os campi. Os trabalhos da comissão local do *Campus* Gama serão detalhados mais adiante.

A seleção para as vagas dos cursos técnicos, acontece por sorteio público de vagas, seguindo as etapas abaixo conforme descrito nos editais e em formas de ingresso no site da instituição (IFB, 2023b):

1. O candidato se cadastra no sistema, na página processoseletivo.ifb.edu.br;
2. Se quiser concorrer por Reserva de Vagas - Pessoa com Deficiência (PcD), oriundo de Escola Pública (EP), Autodeclarado Preto, Pardo ou Índio (PPI), Baixa Renda (até 1,5 salário mínimo por pessoa da família) -, deve preparar a lista de documentos que comprovem os requisitos e levar no *Campus* do curso escolhido no período de inscrições;
3. Após se inscrever e entregar a documentação exigida no edital de seleção, é necessário acompanhar as listas de sorteados (ampla concorrência e reserva de vagas) que são divulgadas no *site* do IFB;
4. Se for sorteado, será convocado para matricular-se no *Campus* do curso escolhido no período determinado no edital de seleção;
5. Se não for sorteado na primeira chamada, deve continuar acompanhando o processo seletivo pois, se ainda houver vaga remanescente, o interessado acompanha os demais editais para manifestação presencial ou on-line de interesse pela vaga.

O IFB trabalha com a política de reservas de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, pessoas com deficiência, pessoas que se autodeclaram preto, pardo ou indígena e para os que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. A pessoa com deficiência deve apresentar laudo médico que comprove a situação. Para comprovar ser oriundo de escola pública o candidato a vaga deve apresentar o histórico escolar original ou declaração que comprove que tenha cursado o ensino fundamental e/ou médio integralmente em escola pública.

Para pleitear uma vaga nos cursos técnicos do IFB, o candidato/estudante deverá escolher entre dois tipos de concorrência: Vagas universais de Ampla Concorrência (AC) e Reservas de vagas. Reserva de vagas são para os estudantes

que cursaram todo o ensino fundamental ou ensino médio em escola pública e se enquadram em ações afirmativas legal e institucional, conforme a Lei 12.711/2012.

As ações afirmativas legais são compostas por nove categorias que variam conforme a renda da família, pessoa com deficiência e autodeclaração de condição étnico-racial. Passamos a descrição da sigla de cada tipo de reserva de vaga, conforme descrito no Edital 5/2023 de processo seletivo do IFB:

5.2 A seleção será realizada por meio dos seguintes tipos de vagas:

a. Ampla concorrência:

a.1. Vagas Universais, ampla concorrência (AC);

b. Ações Afirmativas Institucionais:

b.1. Vagas para pessoa com deficiência (PCD);

b.2. Vagas para candidatos de agricultura familiar (AF);

c. Ações Afirmativas Legais:

EP1: Vagas para candidatos egressos de escola pública (EP), com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita ($\leq R$), que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (PPI) e que sejam pessoas com deficiência (PCD) = (EP/ $\leq R$ /PPI/PCD);

EP2: Vagas para candidatos egressos de escola pública (EP), com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita ($\leq R$) e que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (PPI) = (EP/ $\leq R$ /PPI);

EP3: Vagas para candidatos egressos de escola pública (EP), com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita ($\leq R$), que sejam pessoas com deficiência (PCD) = (EP/ $\leq R$ /PCD);

EP4: Vagas para candidatos egressos de escola pública (EP), com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita ($\leq R$) = (EP/ $\leq R$);

EP5: Vagas para candidatos egressos de escola pública (EP), com renda familiar bruta superior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita ($> R$), que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (PPI), que sejam pessoas com deficiência (PCD) = (EP/ $> R$ /PPI/PCD);

EP6: Vagas para candidatos egressos de escola pública (EP), com renda familiar bruta superior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita ($> R$), que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (PPI) = (EP/ $> R$ /PPI);

EP7: Vagas para candidatos egressos de escola pública (EP), com renda familiar bruta superior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita ($> R$), que sejam pessoas com deficiência (PCD) = (EP/ $> R$ /PCD);

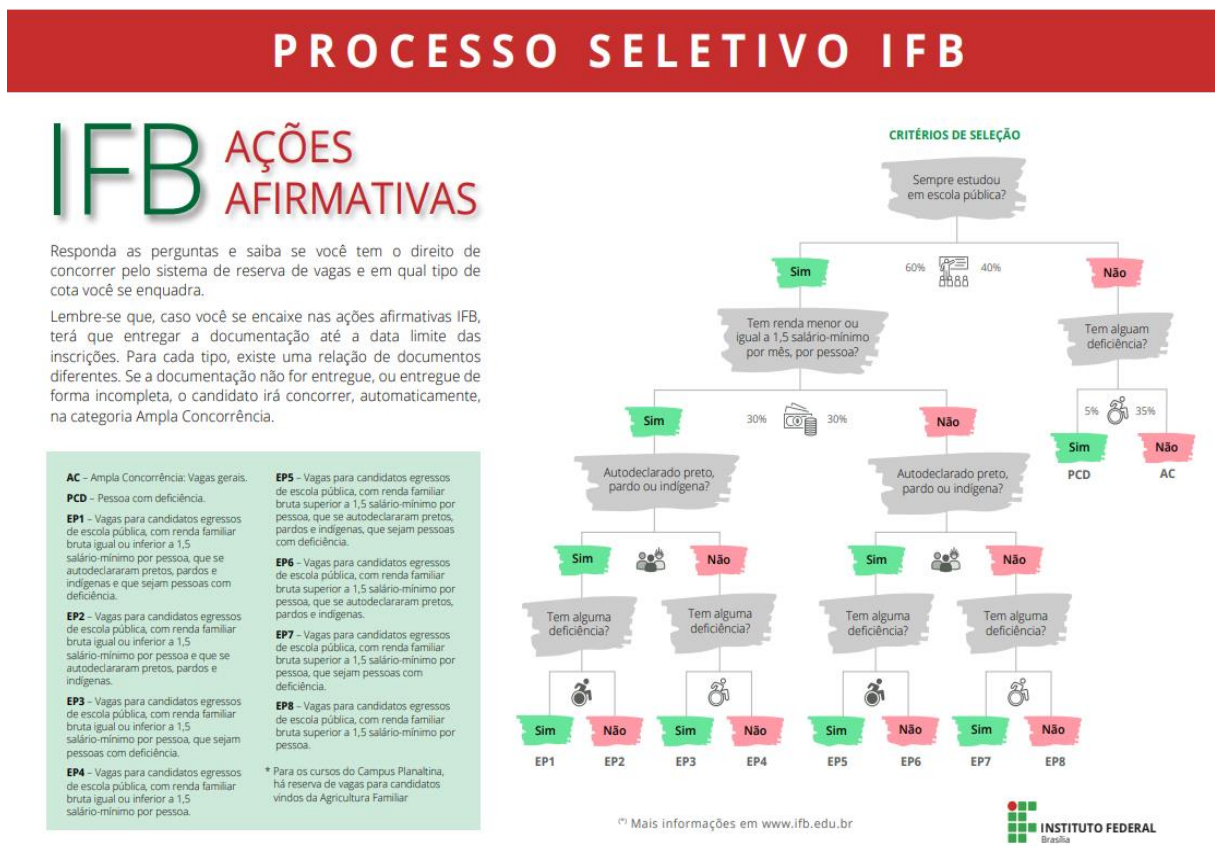
EP8: Vagas para candidatos egressos de escola pública (EP), com renda familiar bruta superior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo per capita ($> R$) = (EP/ $> R$). (IFB, 2023c, p.6).

Caso o candidato opte por um tipo de reserva de vaga, será necessário comprovar documentalmente a situação e, se for o caso, participar de uma banca de heteroidentificação (verificação complementar da autodeclaração).

A ampla concorrência são as vagas destinadas aos candidatos que fizeram algum ano ou todo o ensino fundamental ou médio em escola particular, ou para quem optar por concorrer por esse sistema.

A figura abaixo retrata em organograma o cenário atual dos tipos, o critério de distribuição das vagas e o percentual destinado a cada categoria de reserva de vaga, conforme as ações afirmativas legais advindas da lei 12.711/2012, adotadas no processo seletivo do Instituto Federal de Brasília (IFB).

Figura 3 - Processo Seletivo IFB



Fonte: Página do processo seletivo (IFB, 2025)

Estas são informações essenciais sobre os critérios de seleção pelas cotas étnico-raciais que o candidato encontra nos editais e no site do IFB. Embora esteja de forma didática, nem sempre é compreendida pelo candidato, e resulta, por vezes, a não entrega ou entrega incompleta da documentação para concorrer às vagas destinadas às cotas.

Destacam-se as políticas de ações afirmativas legais implementadas pelo IFB nos editais de processo seletivo que atualmente assegura 60% das vagas ofertadas

a estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em escola pública. De acordo com a Lei de Cotas nº 12.711 (Brasil, 2012), a exigência é de no mínimo 50% do total das vagas, ou seja, o IFB oferta 10% a mais, das vagas previstas na norma legal. O Projeto Pedagógico Institucional - PPI (IFB, 2017), ratifica esse propósito:

Assim, na consolidação de seu compromisso com a democratização do acesso e inclusão social, o IFB estabelece um percentual 10% maior de vagas reservadas para egressos de escolas públicas com as seguintes especificidades: pretos, pardos e indígenas, pessoas com deficiência, com renda inferior a 1,5 salário mínimo em relação ao previsto na Lei nº 12.711/2012 e alterações, além de promover políticas afirmativas específicas com limite de 15% das vagas destinadas à ampla concorrência. (p. 26, 27).

A chamada Lei de Cotas, determina que todas as instituições federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio do país reservem, obrigatoriamente, parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, em vulnerabilidade, pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência. Como visto o IFB utiliza como política de inclusão um percentual superior do que o previsto na legislação, mínimo 50%, Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), conforme dados extraídos do último edital unificado referente aos cursos técnicos, Edital nº 5/2023-RIFB:

5.2.4 A distribuição das reservas de vagas pelo Sistema de Ações Afirmativas Legais, para os cursos técnicos ofertados por este Edital, ocorrerá da forma descrita abaixo. 5.2.4.1 A quantidade média de 60% do total de vagas, conforme a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual exige o mínimo de 50%, Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, do Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017 e da Portaria Normativa nº 9, de 5 de maio de 2017, ou demais normativos legais e institucionais vigentes, serão reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente em escolas públicas: I) para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: todo o ensino fundamental; II) para os Cursos Técnicos Subsequente ao Ensino Médio: todo o ensino médio. Egresso de Escola Pública e em condição de vulnerabilidade socioeconômica: 50% das vagas mencionadas no item 5.2.4.1 serão reservadas para candidatos que comprovarem renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos do salário-mínimo per capita (1,5 salário-mínimo), (IFB, 2023c, p. 6,7).

Para comprovar a autodeclaração como preto, pardo ou indígena o candidato deverá preencher um formulário ou poderá fazer um documento de próprio punho e passar por procedimento de heteroidentificação. O procedimento de heteroidentificação, regulamentado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), via Portaria Normativa nº 4/2018, é

complementar à autodeclaração e o objetivo é evitar fraudes no acesso às vagas da política de cotas raciais (Brasil, 2018). Esse método é utilizado na maioria dos concursos, sobretudo nas instituições federais. Segundo essa normativa, o procedimento é essencial para garantir o cumprimento da lei e o uso desse direito pelo público a quem é destinado.

Na análise do contexto da heteroidentificação (Costa, 2022, p. 146, 147) afirma: “A heteroidentificação deve ocorrer no processo seletivo de ingresso estudantil. Isso é um avanço, porque permite que as fraudes sejam combatidas em relação a autodeclaração racial”. A autora defende a necessidade de uma comissão de heteroidentificação do processo de ingresso e, efetivamente, realize os procedimentos relacionados à autodeclaração de cor, pois acaba dialogando e contribuindo para atender os estudantes cotistas em programas de inclusão do IFB como o Auxílio permanência⁸.

A verificação complementar da autodeclaração é realizada por banca de heteroidentificação, por meio de comissão composta por três servidores e instituída por portaria assinada pelo(a) Diretor(a) - Geral do *Campus*. O procedimento consta nos editais e constitui uma etapa a mais a cumprir pelo candidato que optou por cota racial. Em consulta e comparações em editais de seleção e ingresso, foi verificado que este procedimento foi inserido em editais do IFB⁹ a partir da seleção 2021/1 (IFB, 2021), conforme descrito na nota de rodapé. A Portaria nº 6/2021 do IFB na Seção I - das Disposições Gerais, regulamenta e justifica o uso do procedimento de heteroidentificação:

⁸ Auxílio permanência se constitui um dos programas da Política de Assistência Estudantil do IFB e está expressa na resolução 41/2020. Disponível em: [https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2041_2020%20Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20\(PAE\)%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf](https://www.ifb.edu.br/attachments/article/22990/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2041_2020%20Aprova%20a%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20(PAE)%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Bras%C3%ADlia.pdf). Acesso em: 29 de fev. de 2024.

⁹ 9.9 Todos os candidatos de reservas de vagas que contenham PPIs (pretos, pardos ou indígenas) e que tiveram sua reserva de vaga comprovada em resultado preliminar, ou indicados pelas comissões de processo seletivo dos campi após recurso deferido, serão convocados, por meio de documento específica para esta etapa, para verificação complementar da autodeclaração por banca instituída para este propósito por meio de procedimento de heteroidentificação para os candidatos pretos ou pardos e análise documental, para os candidatos indígenas. Fonte: Edital 1/2021 - RIFB/IFBRASÍLIA. Processo seletivo por meio de sorteio eletrônico dos Cursos Técnicos do IFB, Seleção 2021/1. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/25859/Edital%201_2021%20-%20RIFB_IFB%20-SELE%C3%87%C3%83O%202021_1%20%20Processo%20Seletivo%20por%20meio%20de%20Sorteio%20Eletr%C3%B4nico%20dos%20Cursos%20T%C3%A9cnicos%20do%20IFB.pdf. Acesso em: 18 de jul. de 2023.

Art.4º A autodeclaração dos(as) candidatos(as) goza de presunção relativa de veracidade, que será confirmada a partir do procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração racial, para os candidatos pretos e pardos(negros), e avaliação documental definida em edital, para os candidatos indígenas. Art. 5º A presente regulamentação pauta-se na necessidade de garantir os direitos das pessoas pretas e pardas (negras) ou indígenas ao usufruto da reserva de vagas, ao mesmo tempo em que defende o contraditório, a justa defesa, o processo legal e o respeito à dignidade humana (IFB, 2021, p.2).

Antes de 2021, os editais exigiam apenas uma autodeclaração, que compreendia o preenchimento de um formulário (parte dos anexos do edital de seleção) disponível na página do IFB ou feito de próprio punho e assinado pelo candidato. Buscando em outros documentos de órgãos de controle que comprove a justificativa para além das normas do IFB, encontramos a seguinte nota:

Considerando as notícias que vêm sendo divulgadas, pela imprensa e pelos diversos ramos do Ministério Público, sobre a ocorrência de fraudes em inscrições realizadas em certames públicos que reservam vagas para negros, seja para o ingresso em universidades públicas na condição de cotistas, seja para concorrer, em idêntica situação, a cargos públicos disponibilizados em concursos abertos, sem que tais candidatos atendam, realmente, aos critérios legais estabelecidos (RECOMENDAÇÃO Nº 41, de 9 de Ago. de 2016, p.3).

Este excerto trata-se de uma das definições de parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público para a correta implementação da política de cotas étnico-raciais em concursos públicos e vestibulares, inclusive a rede federal de ensino. Temos, portanto, a importância das recomendações dos órgãos de controle, para evitar fraudes, e o importante trabalho da comissão de heteroidentificação nos campi do IFB.

A nosso ver, e no sentido de que é necessário democratizar o acesso e ingresso (facilitar os trâmites e diminuir a burocracia), diante disto, vale a seguinte reflexão: Esta etapa regida por legislação tornaria o processo seletivo mais acessível e menos complexo? Apesar dos benefícios e a necessidade da observância dos trâmites, percebemos que o procedimento torna-se desafiador para o candidato cotista, pois ele tem uma etapa a mais a cumprir, frente a todo regramento dos editais de seleção. Nossa reflexão coaduna com a pesquisa realizada sobre as ações afirmativas aplicadas no processo seletivo do IFB: “Nossa pesquisa trouxe um olhar sobre as reservas destinadas aos candidatos PPI’S, pois estes representam os que mais possuem etapas a cumprir no decorrer das etapas da seleção” (Jardim, 2023,

p.85), e com o pensamento de (Ambrosini, 2019, p.18) no que diz respeito à complexidade dos processos de seleção e da sistemática de reserva de vagas:

Essa expansão contrasta, por vezes, com a dificuldade no preenchimento de vagas e com processos seletivos cada vez mais disputados, que muitas vezes excluem os estudantes pobres, provenientes da escola pública. Um dos fatores que leva a esse problema refere-se à complexidade dos processos seletivos, com editais pouco acessíveis e compreensíveis pelos estudantes, que muitas vezes não entendem o sistema de ingresso e também pouco compreendem o sistema de reserva de vagas para o ensino público.

Nesse caso, o candidato de cota racial deverá comparecer presencialmente ao *Campus* ou virtualmente (por meio de reunião via google meet) para realizar o procedimento de heteroidentificação. Em linhas gerais o procedimento consiste na banca de heteroidentificação avaliar as características fenotípicas¹⁰ do candidato para validar a autodeclaração. Mais informações sobre os procedimentos de heteroidentificação, conferir nota de rodapé que trata dos marcos legais¹¹ e discorre sobre as comissões de heteroidentificação dos campi do IFB.

Urge a necessidade que o processo seletivo do IFB possa atrair mais estudantes da classe trabalhadora menos favorecida socialmente. Compreendemos que os desafios são complexos e precisam ser dialogados para que as recomendações possam ser refletidas. Sabemos que esta é uma construção coletiva que requer o engajamento de todos.

A entrega dos documentos comprobatórios para reserva de vagas deve ser feita pelo candidato/estudante conforme o cronograma do edital. A comissão do processo seletivo de cada *Campus* é responsável pela análise dos documentos de cota como previsto em edital nos seguintes itens:

9.7 A análise da documentação para comprovação da reserva de vaga é feita pela Comissão de Processo Seletivo do *Campus* ofertante do curso. 9.7.1 A

¹⁰ Serão consideradas as características fenotípicas do candidato negro (preto ou pardo) ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação. O fenótipo é definido como o conjunto de características físicas do indivíduo. Fonte: Edital 23_2023 - RIFB_IFBRASILIA. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/estude-no-ifb/noticias/36281-selecao-unificada-cursos-tecnicos-2024>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

¹¹ Portaria 6/2021-RIFB - Regulamenta as ações relacionadas ao procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração de candidatos pretos, pardos (negros) e à comprovação documental da autodeclaração de candidatos indígenas. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/Portaria%206-2021-RIFB-IFB.pdf>. Acesso em: 29 de fev. de 2024.

Comissão de Processo Seletivo do *Campus* é composta, por meio de portaria específica assinada pelo Diretor-Geral do *Campus*, por servidores de diversas áreas do quadro efetivo do Instituto Federal de Brasília. 9.7.2 A Comissão de Processo Seletivo do *Campus* responsável pela análise da documentação entregue pelos candidatos concorrentes às reservas de vagas tem autonomia, discricionariedade administrativa e responsabilidade pela análise documental, conforme o estabelecido neste Edital ou com a Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil - CAIE/PREN. 9.7.2.1 A Comissão de Processo Seletivo do *Campus* responsável pela análise da documentação poderá flexionar, conforme ação deliberativa em grupo dos membros da comissão, quanto à forma documental e entrega, mas não terá flexibilidade quanto ao conteúdo necessário para comprovação da cota, pois este é vinculante (IFB, 2023c, p. 23).

A Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil (CAIE), setor da Pró-Reitoria de Ensino-PREN, juntamente com a Diretoria de Comunicação Social - DICOM do IFB são responsáveis pela publicação do resultado preliminar e final das reservas de vagas e das convocações. O candidato que não conseguir comprovar a reserva de vaga ou cota por meio de documentos comprobatórios (documentos pessoais, comprovante de escolaridade de escola pública, e documentação de renda bruta familiar per capita de até 1,5 - um e meio-salário mínimo), ainda assim permanece no certame e concorrerá pelas vagas universais AC (ampla concorrência). Percebe-se o caráter inclusivo da EPT no IFB para o estudante/candidato, e alargando as oportunidades de ingresso na rede federal pública e gratuita.

2.6.1 Fluxo de trabalho, limites e desafios da comissão do processo seletivo no IFB *Campus* Gama

O trabalho com o processo de seleção e ingresso do IFB se constitui uma tarefa desafiadora, porque envolve servidores da Reitoria e dos campi, portanto demandam esforços e atenção de distintos setores da instituição para o atendimento da comunidade escolar.

Nesse sentido procuramos evidenciar em toda a pesquisa, que o processo seletivo discente para ingresso aos cursos técnicos do IFB *Campus* Gama (com exceção da seleção dos cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC), não é isolado, mas depende das diretrizes gerais da coordenação central da Reitoria do IFB e observância da legislação correlata:

Os processos seletivos do IFB têm como preceitos as perspectivas de ingressos apresentadas no Projeto Pedagógico Institucional aprovado pela

Resolução nº 008/2012 – CS/IFB, e todos os outros normativos internos correlatos. (IFB, 2023a, p. 23).

Os editais e calendário são unificados e há uma plataforma eletrônica, chamada Sistema de Gestão de Processo Seletivo (SGPS), onde são feitas as inscrições e o sorteio eletrônico e contém toda base de dados do processo seletivo. Portanto, demandam esforços e atenção de distintos setores da instituição para o atendimento à comunidade escolar e assim atender os objetivos do IFB.

O processo seletivo do IFB *Campus* Gama é conduzido por uma comissão de processo seletivo, instituída por portaria assinada pela Direção Geral do *Campus* (DG). A composição da comissão é formada por um presidente e demais membros. O presidente da comissão fica na linha de frente dos trabalhos, auxiliado pelos demais membros. Os componentes que fizeram parte das comissões observados pelo pesquisador no período de 2013 ao primeiro semestre de 2023, majoritariamente, foram servidores Técnicos-Administrativos em Educação TAEs de distintos cargos - Assistente de aluno, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social (CDAE) e servidores do setor de Registro Acadêmico (RA), Assistente em Administração e Técnico em Assuntos Educacionais. Observou-se que em algum momento desse período, docentes do *Campus* também integraram tais comissões, porém, com pouca efetividade na participação destes nos trabalhos. Na prática, os servidores atuantes são Técnicos-Administrativos.

Dentre ao fluxo de atividades e atuação da comissão de processo seletivo do *Campus* Gama, destacamos:

- Revisão de minutas de editais de processo seletivo;
- Reunião instrutiva por convocação ou convite da CAIE/Reitoria;
- Atendimento ao estudante/candidato presencial e por e-mail;
- Recebimento e avaliação da documentação de reserva de vaga (todas as etapas);
- Lançamento de dados dos candidatos no Sistema Gestão de Processo Seletivo - SGPS;
- Realização do sorteio eletrônico;
- Organização e arquivamento da documentação física em arquivo e documentação digitalizada por meio de processo eletrônico no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

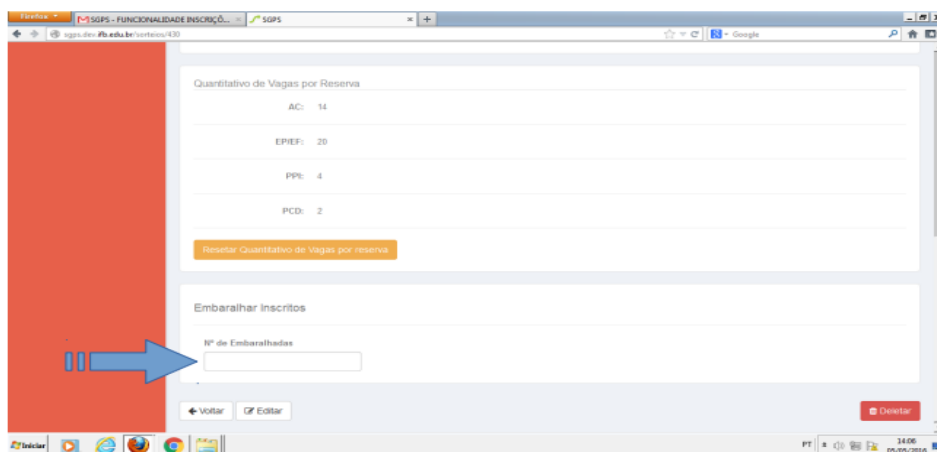
Uma das etapas importantes do processo é o sorteio eletrônico, com previsão em edital, o procedimento é aberto ao público. No IFB as comissões de seleção dos campi em acordo com a Coordenação de Acesso e ingresso Estudantil-CAIE, podem optar por realizar o sorteio no *Campus* ofertante do curso presencial ou de forma on-line (via sala Google meet). No *Campus* Gama tradicionalmente o sorteio se realiza na forma presencial, no entanto a forma virtual foi utilizada algumas vezes pelo contexto de isolamento social desencadeado em 2020 pela pandemia de Covid-19. Os resultados dos sorteios são publicados na página do IFB pela Diretoria de Comunicação Social (DICOM). Os candidatos classificados dentro do número de vagas são convocados para a matrícula.

As figuras a seguir apresentam as principais janelas do sistema do sorteio eletrônico do IFB. Estas abas são mostradas para todos os presentes no dia do sorteio mostrando a publicidade e transparência do processo.

Segue os passos da realização do sorteio do sistema SGPS do IFB *Campus* Gama:

Passo 1: Após breve apresentação ao público sobre a seleção por sorteio e leitura de pontos do edital, o servidor da comissão de processo seletivo responsável, acessa a plataforma SGPS, seleciona o edital e abre a janela “embaralhar”.

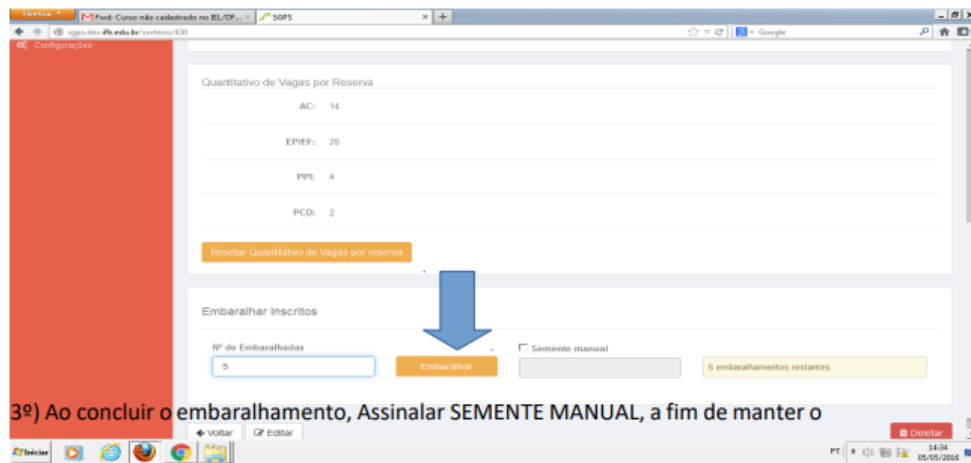
Figura 4 - Digitação do número de embaralhadas



Fonte: SGPS (IFB, 2023a).

Passo 2: Solicita-se aos candidatos que opinem em quantas vezes (geralmente de 3 a 5 vezes) o sorteador deve realizar o embaralhamento (randomização aleatória dos nomes dos inscritos pelo sistema).

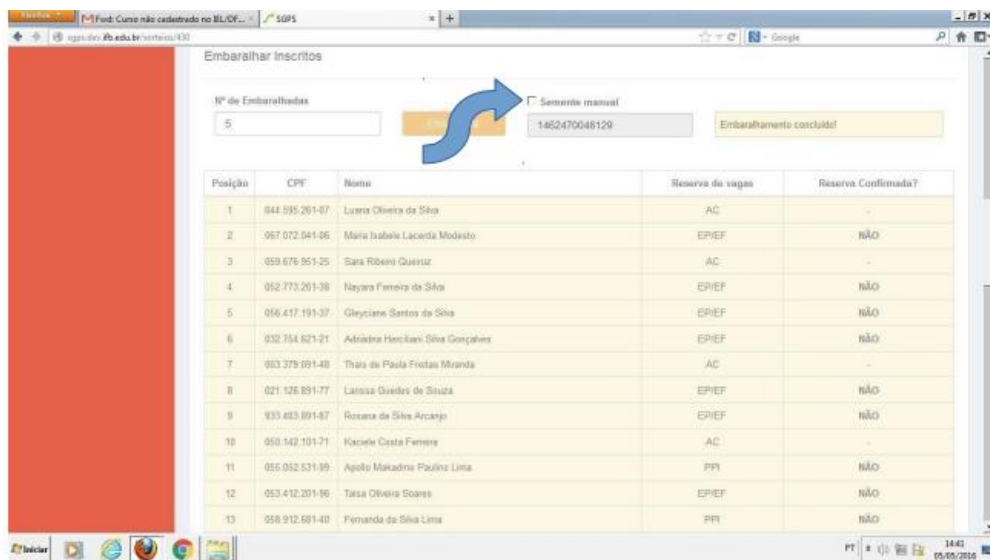
Figura 5 - Embaralhar



Fonte: SGPS (IFB, 2023a).

Passo 3: Feito todos os embaralhamentos, o sorteador clica em “semente manual” (Figura 6). Esse procedimento gera um número/código do sorteio que fica armazenado no sistema para verificação futura em caso de auditoria.

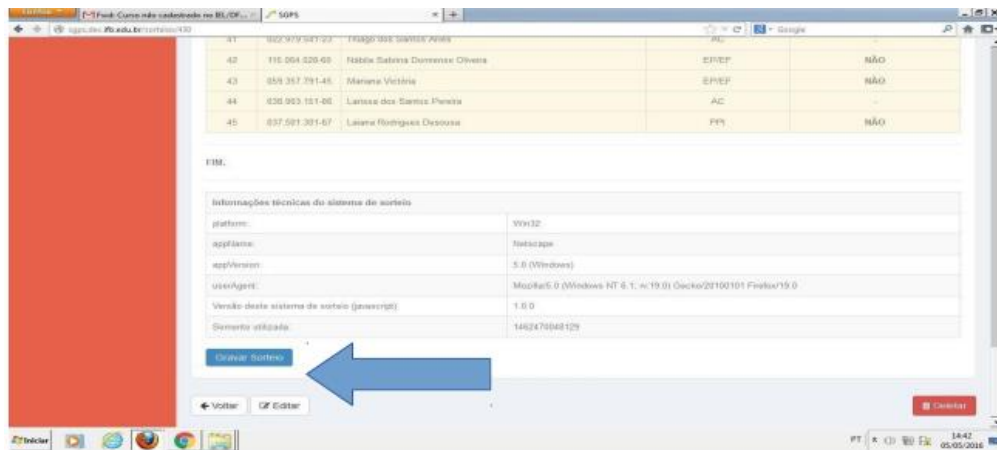
Figura 6 - Semente manual



Fonte: SGPS (IFB, 2023a).

Passo 5: Gera-se o sorteio (retângulo azul à esquerda).

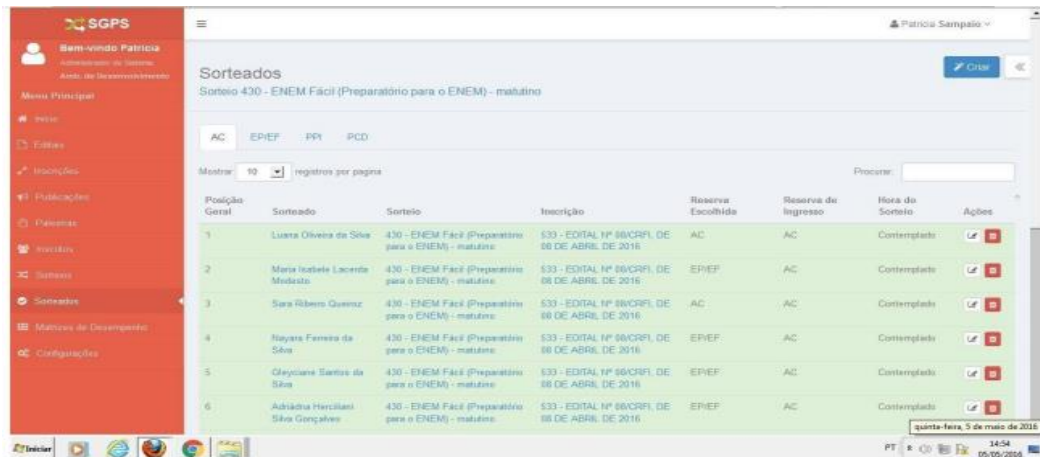
Figura 7 - Gerar sorteio



Fonte: SGPS (IFB 2023a).

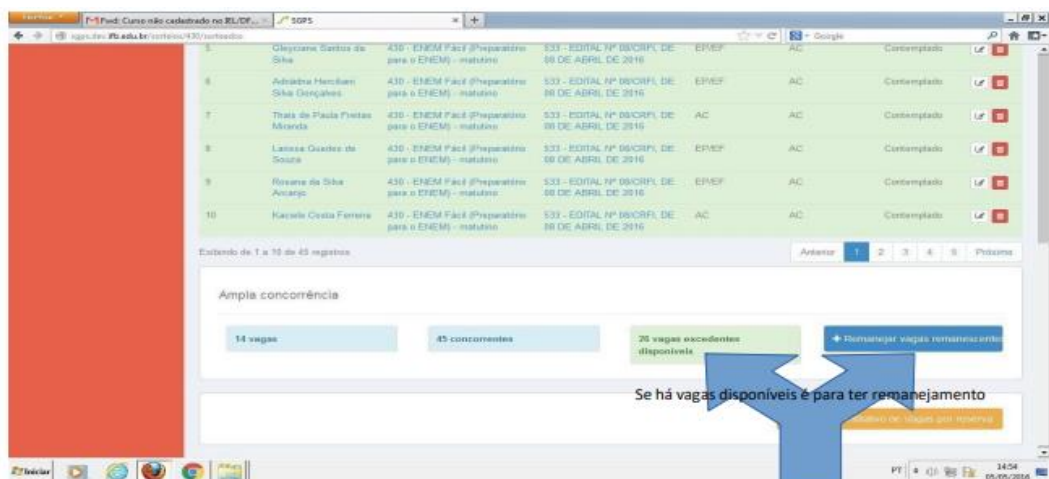
Passo 6: Clica em “sorteados” no retângulo azul à direita.

Figura 8 - Lista de sorteados



Fonte: SGPS (IFB 2023a).

Figura 9 - Remanejar vagas remanescentes



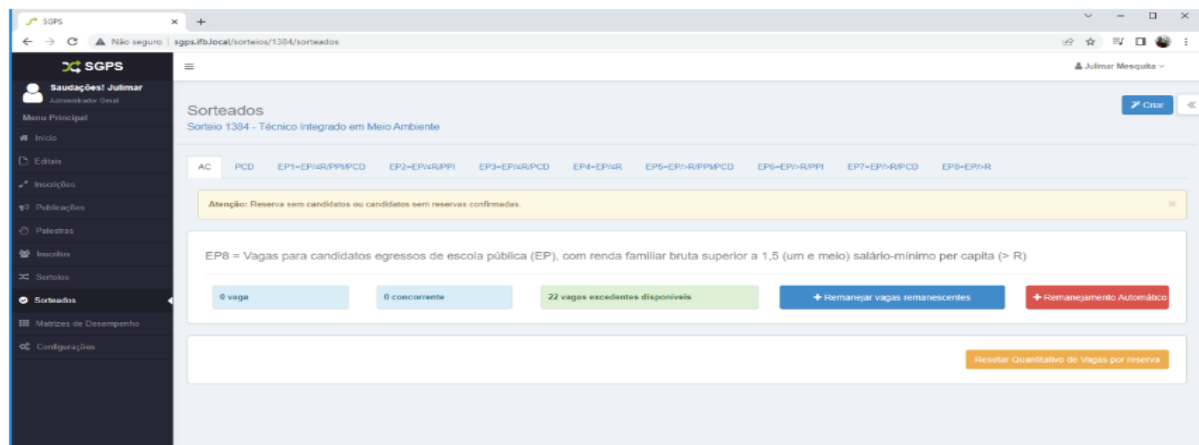
Fonte: SGPS (IFB 2023a).

Esta é mais uma etapa obrigatória e importante do sorteio, na aba Sorteado no sistema que se chama remanejamento das vagas¹². A justificativa segue descrita conforme edital de seleção:

5.14 No caso de não preenchimento das vagas de um determinado tipo de vaga e não apresentando candidato em lista de espera, as vagas ociosas serão remanejadas entre os demais tipos de vagas do mesmo curso, de acordo com as seguintes regras: a. sobrando vagas ociosas no tipo de vaga de Pessoa com Deficiência (PcD) ou Vaga Institucional (VI), não havendo candidato em lista de espera, as vagas serão remanejadas para Ampla Concorrência (AC). b. sobrando vagas ociosas nas reservadas de vagas de escola pública, e suas subdivisões, não havendo candidato em lista de espera, a distribuição das vagas disponíveis seguirá o remanejamento do mais vulnerável para o menos vulnerável, conforme o nível e fluxo inicial abaixo: b.1) Do nível 3 que são os tipos de vagas: EP1 (EP/≤R/PPI/PCD) => EP2 (EP/≤R/PPI) => EP3 (EP/≤R/PCD) => EP4 (EP/≤R) para o nível 2 que são os tipos de vagas: EP5 (EP/>R/PPI/PCD) => EP6 (EP/>R/PPI) => EP7 (EP/>R/PCD) => EP8 (EP/>R) para o nível 1 que é o tipo de vaga: AC. [...]. c. as vagas que restarem como ociosas após a aplicação do disposto das escolas públicas, visto na alínea b acima, serão ofertadas à ampla concorrência (AC). (IFB, 2023c, p. 11, 12).

Em suma, segundo descrito da distribuição das vagas disponíveis, o remanejamento seguirá em 3 (três) níveis, considerando os tipos de reservas mais vulneráveis e em seguida o menos vulnerável até alcançar a ampla concorrência (IFB, 2023c).

Figura 10 - Funcionalidade do sorteio - Remanejamento automático



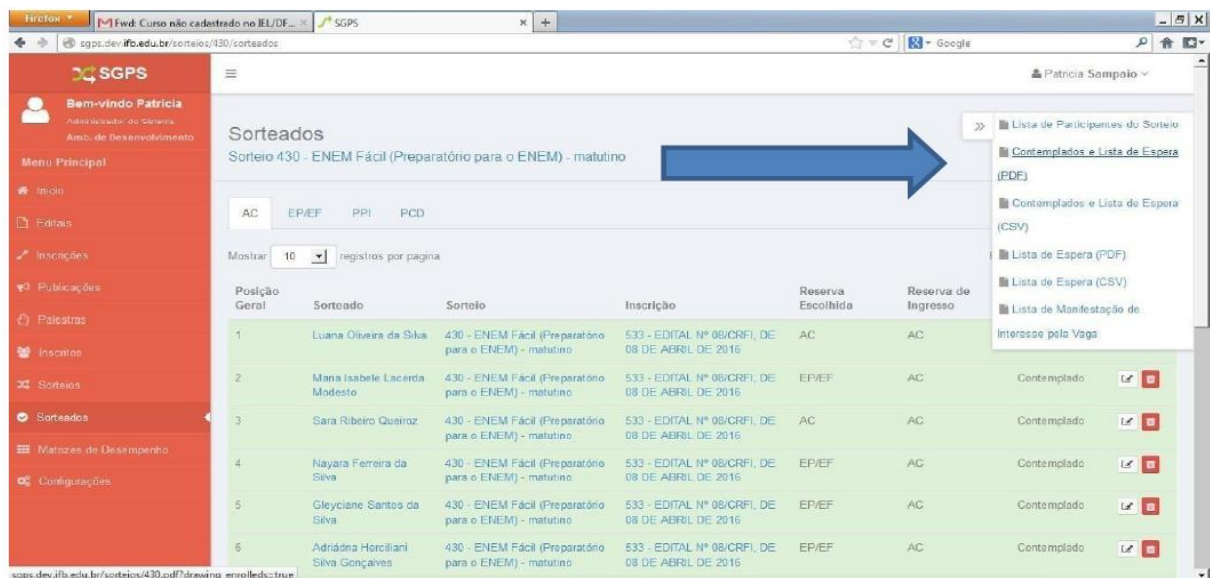
Fonte: SGPS (IFB 2023a).

¹²O remanejamento das vagas é baseado nos seguintes dispositivos legais: Lei nº 12.711/12, Lei nº 13.409/16, Decreto nº 7.824/12 e Portaria nº 18/12 do MEC, publicados na Seção 1 do DOU no dia 15/10/12, Decreto nº 9.034/17 e demais normatizações vigentes e entendimentos jurídicos. Fonte: Edital 5/2023 - RIFB/IFBRASILIA. 2023c Disponível em: <https://ifb.edu.br/estude-no-ifb/noticias/34146-ifb-lanca-edital-do-processo-seletivo-para-cursos-tecnicos-2023-2>. Acesso out. de 2023.

O Sistema SGPS do IFB foi aperfeiçoado, pois na primeira versão era permitida somente a inserção manual - exigia cálculo e inserção do quantitativo no tipo de reserva de vaga a ser remanejado no sistema - embora ainda contenha esta opção de remanejamento manual, atualmente, por meio do retângulo de cor vermelha (Figura 10) quando acionada pelo servidor sorteador no momento do sorteio, o sistema realiza o processamento automaticamente, facilitando o trabalho dos servidores e dinamizando o tempo do sorteio.

Finalizado o sorteio e o remanejamento, gera-se os documentos do sorteio eletrônico em PDF: Contemplados e Lista de Espera e Resultado do Sorteio como ilustrado na Figuras 11 e 12.

Figura 11 - Sorteados



Posição Geral	Sorteado	Sorteio	Inscrição	Reserva Escolhida	Reserva de Ingresso		
1	Luana Oliveira da Silva	430 - ENEM Fácil (Preparatório para o ENEM) - matutino	533 - EDITAL Nº 08/CRFI, DE 08 DE ABRIL DE 2016	AC	AC		
2	Maria Isabele Lacerda Modesto	430 - ENEM Fácil (Preparatório para o ENEM) - matutino	533 - EDITAL Nº 08/CRFI, DE 08 DE ABRIL DE 2016	EP/EF	AC	Contemplado	📄 🗑️
3	Sara Ribeiro Queiroz	430 - ENEM Fácil (Preparatório para o ENEM) - matutino	533 - EDITAL Nº 08/CRFI, DE 08 DE ABRIL DE 2016	AC	AC	Contemplado	📄 🗑️
4	Nayara Ferreira da Silva	430 - ENEM Fácil (Preparatório para o ENEM) - matutino	533 - EDITAL Nº 08/CRFI, DE 08 DE ABRIL DE 2016	EP/EF	AC	Contemplado	📄 🗑️
5	Gleyciane Santos da Silva	430 - ENEM Fácil (Preparatório para o ENEM) - matutino	533 - EDITAL Nº 08/CRFI, DE 08 DE ABRIL DE 2016	EP/EF	AC	Contemplado	📄 🗑️
6	Adriádina Horcilliani Silva Gonçalves	430 - ENEM Fácil (Preparatório para o ENEM) - matutino	533 - EDITAL Nº 08/CRFI, DE 08 DE ABRIL DE 2016	EP/EF	AC	Contemplado	📄 🗑️

Fonte: SGPS (IFB, 2023a).

Finalmente gera-se o resultado final do sorteio eletrônico (Figura 11) que poderá ser visto pelos presentes na hora de realização do evento. O resultado final do sorteio será divulgado na página do IFB geralmente um ou dois dias após o sorteio conforme o cronograma do edital.

O rol de atividades acima representados pelas figuras, mostrando o passo a passo do sorteio foram organizadas com base em editais, e no Sistema de Gestão de Processo Seletivo (SGPS) e nas vivências e experiências do mestrando durante a atuação em processos seletivos no IFB *Campus* Gama no período de 2013 a 2023.

Figura 12 - Resultado do sorteio em PDF

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
Formação Básica em Línguas Brasileiras de Sinais - LIBRAS Básico - Turma I - Cursos de Formação Inicial e Residência em SPC
Resultado do Sorteio - Campus Riacho Fundo

(AC) Ampla concorrência

Colocação	Nome	Situação
1	THALITA MAGALHÃES RODRIGUES	Convocado para matrícula
2	GABRIELLE SOUZA A. DO NASCIMENTO	Convocado para matrícula
3	EVA DOS SANTOS SANTANA E SILVA	Convocado para matrícula
4	EDILAMAR CAETANO DA COSTA DA SILVA	Convocado para matrícula
5	ELISETE MARIA LAZARO PEREIRA	Convocado para matrícula
6	JOAO VICTOR DE SOUSA SOARES SANTOS	Convocado para matrícula
7	AMANDA COELHO DA SILVA	Convocado para matrícula
8	RUTH PEREIRA LUIZ	Convocado para matrícula
9	IANA MARA LIMA PONTES	Convocado para matrícula
10	LUCIENE MOREIRA DO CARMO	Convocado para matrícula
11	IVANETE DE FATIMA PEREIRA	Convocado para matrícula

Fonte: SGPS (IFB, 2023a).

Destacam-se dois momentos de maior demanda nas atividades de seleção: 1. Recebimento e avaliação da documentação de reserva de vagas; 2. Realização do sorteio eletrônico. O primeiro, requer análise acurada de uma extensa documentação do candidato observando o regimento do edital. Neste aspecto observou-se poucos servidores disponíveis para avaliar, uma vez que os servidores das comissões já estão envolvidos com as atividades normais dos seus cargos e setores; o segundo requer domínio no manuseio da plataforma SGPS - Sistema de Gestão de Processo Seletivo (ambiente de lançamento de dados, e realização do sorteio eletrônico, dentre outros).

Durante a atuação do pesquisador como membro da comissão de seleção no *Campus Gama*, foi verificado que os servidores da comissão apresentavam dificuldades de entender e resistência para operar o sorteio no sistema SGPS do IFB. Essa tarefa geralmente era realizada pelo presidente da comissão e na impossibilidade desde a Direção Geral do *Campus* era quem realizava o sorteio. Em conversas nas reuniões de treinamento para sorteio junto a coordenação de acesso e ingresso da reitoria do IFB, sugerimos a necessidade de se ter um recurso tecnológico no âmbito do IFB que auxiliasse os servidores. Nesse sentido, aludimos a um instrumento prático, por exemplo, um simulador do sorteio eletrônico ou ambiente de treino dentro da plataforma SGPS. Na época nossa sugestão tinha sido compreendida pela coordenação e a resposta foi no sentido de que por falta de tempo, ocasionada pelas demandas do processo seletivo, poucos servidores, e que dependia ainda do setor de TI (Tecnologia da Informação), assim não tinha sido possível criar ou implantar e que futuramente poderia ser concretizado.

Esta tinha sido a primeira ideia de um possível produto educacional quando iniciamos o projeto de pesquisa do programa de mestrado. Acreditávamos que um recurso tecnológico dessa natureza facilitaria os trabalhos dos servidores das comissões de processo seletivo dos campi, sobretudo dos novos servidores que chegam na instituição. Estes aspectos apontam para limites e desafios internos do processo de seleção e ingresso no IFB.

Percebe-se o esforço da Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil (CAIE), setor da Pró-Reitoria de Ensino-PREN do IFB, no sentido de capacitar os servidores sobre as etapas do processo seletivo quando das convocações/convites de reuniões instrutivas, on-line. Nos encontros de capacitação, e em conversas de corredor, frente os desafios dos trabalhos de processos seletivos, foi possível observar pequenos comentários, e opiniões a respeito de qual critério seria o mais justo ou ideal para os trabalhos de seleção nos campi.

No percurso, percebeu-se que entre os servidores das comissões nos campi há opiniões sobre a necessidade do processo seletivo ser conduzido por coordenações em cada *Campus* como ocorre em qualquer coordenação de outras áreas. Esse olhar coaduna com a pesquisa de Jardim (2023, p.87) onde a “Criação de coordenações permanentes de processo seletivo nos campi”, dentre outras, é apontado como contribuição e melhoria do processo seletivo do IFB.

Nesse sentido, necessário se faz elucidar a questão, pois o processo seletivo é um trabalho institucional, contínuo, específico e de fundamental importância, e portanto, necessita estar estruturado no organograma de forma a ter maior aspecto efetivamente institucional, pois trata-se da porta de entrada para ingresso da comunidade nos cursos da Instituição.

Nesses desafios de implantação e inovação de processos deve-se atentar para alguns princípios como a busca da coerência para o trabalho em equipe entre as estruturas institucionais envolvidas. Assim, vamos concordar com o que afirma Coutinho e Melo (2011, p. 30):

Questões subjetivas devem ser levadas em consideração, como os valores pessoais, as relações institucionais e interpessoais, o papel dos dirigentes, as opiniões e as visões sobre as áreas trabalhadas, as resistências a mudanças, que se concretizam pelos embates corporativos ou ideológicos, e as relações de poder entre as diferentes esferas das instituições.

É preciso avançar para experiências inovadoras que atendam às diversas demandas da instituição e da população, desencadeiam mecanismos que favorecem a inclusão. Neste sentido é necessário avançar para políticas e práticas mais assertivas e maior envolvimento da instituição. Ademais, espera-se que a instituição potencialize o setor de seleção e ingresso de maneira mais sistematizada com melhores práticas capazes de alcançar o que prevê o PDI da instituição e proporcione melhores condições para a realização de um trabalho mais colaborativo e participativo.

Como vimos anteriormente nesta pesquisa, o IFB, preza por meio dos seus documentos institucionais – PDI, PPI e Regimento Geral – a concepção de inclusão e igualdade de condições para o acesso nos seus processos de ingresso. Concebemos que os processos de seleção para além dos trâmites administrativos e burocráticos, abrange diversos fatores sensíveis. Essa constatação pode ser verificada, quando do momento da análise da documentação pela comissão, como a verificação socioeconômica, dispostos nos formulários dos editais e documentação. Os servidores avaliam as diversas condições dos candidatos/estudantes, de acordo com as reservas de vagas escolhidas (escola pública, cota racial, laudo médico de PcD, baixa renda e independente de renda). Tem-se nessa análise uma série de dados da vida acadêmica, social e econômica do estudante. Estes são dados sigilosos que servem apenas para estudos no âmbito do IFB.

Ao nosso ver o processo gera bastante aprendizagem, assim, se faz necessário que a política e ações aplicadas no processo seletivo estejam articuladas e em diálogo com outros setores da instituição. Nesse sentido, além de ser um dever, reiteramos a importância da valorização dos trabalhos dos servidores, pois refletem no ingresso e na permanência do estudante, fatores que precisam caminhar juntos para a efetivação de um acesso a uma educação mais democrática e inclusiva.

O trabalho com processos de seleção e ingresso no âmbito da rede federal é desafiador, no entanto “Abrem-se portas, mudam-se vidas” (Gaia, 2017, p.17), portanto um trabalho contínuo, dinâmico, necessário, e que precisa ser aperfeiçoado a cada seleção de forma a atender melhor a comunidade e dinamizar os trabalhos das comissões, dos gestores e setores responsáveis. Acreditamos ainda que o trabalho em equipe une as pessoas, cria uma identidade entre os servidores técnicos, docentes e estudantes/candidatos e fortalece os laços com o Instituto Federal de Brasília.

Toda análise feita até aqui revela os desafios, perspectivas e aponta limites enfrentados pelo processo seletivo no IFB *Campus* Gama. Espera-se que a forma de seleção por sorteio aplicada no IFB proporcione um maior número de ingresso de candidatos da escola pública da classe trabalhadora (cotistas, pretos, pardos, PcD, indígenas e de baixa renda). Nas vivências a partir de atuação em processos seletivos no *Campus* Gama e em aporte no referencial teórico, dentre eles Pacheco (2021), podemos afirmar que a forma de seleção por sorteio é adequada para proporcionar à camada mais vulnerável da população maior acesso à rede federal de ensino.

Nesse modelo, todos os candidatos concorrem em condições de igualdade dentro de seus segmentos, ou seja, todos partem da mesma linha de largada e com as mesmas possibilidades de conseguirem a vaga” (Castro, 2022, p. 63).

O sorteio público, portanto, constitui uma forma que todos podem participar de igual modo.

2.7 A BAIXA DEMANDA PARA O PREENCHIMENTO DAS VAGAS NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO MODALIDADE PROEJA DO *CAMPUS* GAMA

O IFB *Campus* Gama, compõe a rede federal e atua como unidade e garante a presença da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na Região Administrativa do Gama, promovendo a oferta da educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento de inovações tecnológicas alinhados com a vocação local

A instituição herda tradicionalmente a capacidade de oferecer cursos técnicos. O *Campus* oferta também outros níveis de educação profissional e tecnológica, como cursos de qualificação profissional, (FIC), cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciatura, e pós-graduação em programa lato sensu.

A norma que criou os IFs - Lei 11.892/2008 (Brasil, 2008) estabelece que pelo menos 50% das vagas ofertadas devem ser de cursos técnicos, na forma integrada, concomitante ou subsequente. Dessa normativa, o IFB *Campus* Gama oferta o curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), concretizado no curso Técnico Integrado em Administração. Ampliar a oferta de Educação Profissional

Tecnológica (EPT), articulada com a educação básica é um grande desafio ainda não superado, e, portanto, uma meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

O processo seletivo para os cursos do PROEJA é definido por cada instituição de ensino, não havendo uma forma única, devendo considerar as especificidades do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A expectativa é que, pelo menos 25% da oferta da matrícula de EJA esteja integrada à EPT (Ministério da Educação, 2025).

2.7.1 Análise documental

Para entendermos sobre a baixa demanda no preenchimento das vagas dos processos seletivos do IFB *Campus* Gama, no curso técnico integrado na modalidade PROEJA, sendo este um dos objetivos específicos deste trabalho, primeiramente, passaremos a análise de dados referente aos processos seletivos dos cursos técnicos aplicados em todo o IFB a fim de termos um panorama geral.

O Quadro 6 revela o número de vagas, candidatos inscritos e candidatos por vaga nas seleções, de 2019/1 a 2023/1, para comparação entre as seleções ou período pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia ocasionada pela covid-19.

Quadro 6 - Evolução do Processo de Seletivo do IFB - Cursos Técnicos, período 2019-2023

Processo seletivo Cursos Técnicos	Seleção 2019/1	Seleção 2019/2	Seleção 2020/1	Seleção 2020/2	Seleção 2021/1	Seleção 2021/2	Seleção 2022/1	Seleção 2022/2	Seleção 2023/1
Vagas ofertadas	2.315	1.559	2.490	1.439	2.287	1.374	2.365	1.524	2.535
Número de inscritos	24.445	15.407	22.459	7.344	14.279	11.721	14.277	9.130	15.724
Candidatos por Vaga	10,56	9,88	9,02	5,1	6,24	8,53	6	5,99	6,2

Fonte: Dados fornecidos pela Coordenação Acesso e Ingresso Estudantil - CAIE (2022)

Na linha três do quadro acima (número de inscritos) verifica-se a queda no número de inscritos a partir da seleção de 2019/2. Nesse ponto, destacamos a quantidade de inscritos 24.445 mil, no ano de 2019/1, sendo a maior registrada, contrastando com o quantitativo reduzido de inscritos 14.277 (quatorze mil duzentos e setenta e sete) no ano de 2022/1. Considerando que as vagas ofertadas nesses dois períodos são praticamente as mesmas, houve significativa perda da procura (redução de inscritos), bem como o número de candidatos por vaga também sofreu queda desde 2020/2. Os dados são impactantes, considerando que os números são de oferta de todos os cursos de nível técnico disponíveis no IFB. Ressalta-se que o aspecto positivo é que o número de inscritos (Quadro 6) se apresenta sempre maior que o número de vagas em todas as edições dos processos seletivos do IFB.

Segundo uma pesquisa de mestrado realizada por Jardim (2023), verifica-se dados similares no âmbito do IFB. Ressalta-se que, embora os períodos investigados sejam diferentes da nossa pesquisa, a similaridade é válida pela comparação do recorte temporal de tempo igual de cinco anos, redução ou não do número de inscritos e o sorteio como forma de ingresso no processo seletivo do IFB.

Figura 13 – Número de inscritos para ingressar no IFB nos últimos 5 anos



Fonte: Jardim (2023, p.58).

O período investigado foi do ano 2017 a 2021, extraídos dos dados acadêmicos da plataforma Nilo Peçanha, e verifica-se que, de 2017 até 2019, houve progressão de inscritos para ingressar nos cursos do IFB. A partir de 2020, houve a redução do interesse nesse aspecto.

Figura 14 – Dados acadêmicos – IFB



Fonte: Jardim (2023, p.59).

A autora destaca a quantidade elevada de inscritos: 85.395 (oitenta e cinco mil trezentos e noventa e cinco) no ano de 2021 (inclusive os cursos superiores), confrontados com o quantitativo baixo de ingressantes, ela encontrou 8.705 mil. Esses dados apresentados por Jardim (2023), na figura 14, são um retrato do IFB do ano de 2021. Essa pesquisa destaca um dado importante.

[...] Observamos no decorrer da pesquisa as principais causas de perda de ingressantes nas etapas de seleção dos cursos técnicos. Nota-se que existe perda inclusive nos cursos superiores com entrada via SISU e Enem, seleções que não adotam o sorteio como forma de ingresso. Infere-se que o sorteio como forma de entrada nos cursos técnicos, não é um fator determinante na perda de ingressantes (Jardim, 2023, p.60).

Concordamos com a inferência de Jardim (2023), que o sorteio como forma de ingresso aos cursos técnicos do IFB não é um fator conclusivo na perda de ingressantes, pois houve também perda de ingressantes nos cursos de graduação, sendo que nessa modalidade o IFB não adota o sorteio como forma de ingresso. As causas do desinteresse dos candidatos e os motivos da redução de inscritos nos cursos técnicos do IFB, em determinado período de tempo e as questões sociais envolvidas, embora não estejam aprofundados neste trabalho, o que vemos como uma das limitações desta dissertação, poderá ser ampliada e despertar interesse para o desenvolvimento de novas pesquisas.

O recorte temporal escolhido desta pesquisa (2019 a 2023) para o levantamento a fim de constatar se houve vagas ociosas após as chamadas regulares e remanescentes referente ao curso técnico Integrado PROEJA do *Campus Gama*, justifica-se pelos seguintes fatores: a) os servidores que atuam ou atuaram no processo seletivo do *Campus Gama* são praticamente os mesmos e estão na instituição. São servidores técnicos administrativos da Coordenação de Assistência estudantil (CDAE) e Registro Acadêmico (RA); b) a real possibilidade do acesso aos dados de processo seletivo por meio dos arquivos, processo eletrônico (via SUAP) e principalmente de documentos de editais de chamadas regulares e remanescente, resultados dos processos seletivos e convocações e formulários de matrículas disponíveis no e-mail da comissão de processo seletivo do campus para matrículas disponíveis na página do IFB e principalmente eletrônico (via SUAP), pois foi nesse período que a comissão de seleção do *Campus Gama* por orientação da coordenação geral de seleção e ingresso da Reitoria do IFB passou a arquivar os documentos em formato eletrônico; c) serve para comparação entre as seleções ou período pré-pandemia, pandemia e pós-pandemia ocasionada pela covid-19.

Para tanto, começaremos a análise com dados do Quadro 7.

Quadro 7 - Evolução do Processo Seletivo - Período, quantitativo de vagas, inscritos, matrículas e vagas ociosas - Curso Técnico Integrado em Administração PROEJA - *Campus Gama*

Processo Seletivo	Seleção 2019/2	Seleção 2020/1	Seleção 2020/2	Seleção 2021/1	Seleção 2021/2	Seleção 2022/1	Seleção 2022/2	Seleção 2023/1
Vagas ofertadas	40	40	40	40	40	40	40	40
Número de inscritos	339	298	135	167	209	138	98	74
Matrículas nas chamadas regulares	27	20	9	*15	5	14	0	4
Vagas ociosas	13	20	31	*0	35	26	40	36

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Os dados analisados e calculados do quadro acima foram extraídos do recorte temporal do período compreendido nas seleções de processo seletivo de 2019/2 a 2023/1. Para a materialização e quantificação dos dados nos valem das seguintes fontes:

- Dos editais de resultados dos sorteios, disponíveis na página do IFB;
- Dos editais de vagas remanescentes disponíveis na página do IFB do *Campus Gama*;
- Da página IFB em números* (no caso de ingressantes referente a 2021/1);
- Planilha de preenchimento do número de matrículas compartilhados no e-mail institucional da comissão do *Campus Gama*.

Nota-se um declínio no número de inscritos no decorrer dos anos, sendo que nos dois últimos anos, 2022/2 e 2023/1, apresentam os menores números de inscritos 98 e 74 respectivamente, indicando uma situação de pouca demanda e procura pelo curso Técnico Integrado em Administração PROEJA. Na linha do quadro indicando números de matrículas, também mostra baixo número de matrículas em relação ao total de vagas ofertadas (40 vagas em cada edição ou semestre), ou seja, 2019/2 (27 vagas) e 2020/1 (20 vagas). Portanto, foram efetuadas apenas, praticamente metade das vagas nas chamadas regulares. Apenas em 2021/1, não foi encontrado edital de vagas remanescentes, porém o baixo número de ingressantes, apenas 15 de 40 de acordo com o que encontramos na página “IFB em números”, ratifica o cenário de possíveis vagas ociosas também neste ano. Finalmente verifica-se um número elevado de vagas ociosas, com maior incidência nas seleções 2020/1; 2020/2; 2021/2; 2022/1; 2022/2 e 2023/1.

Os dados analisados confirmam parte da problemática e respondem a um dos objetivos específicos da pesquisa – o não preenchimento das vagas nas chamadas regulares referente ao curso Técnico Integrado em Administração PROEJA.

O quantitativo, em relação ao número de matrículas foram extraídos, subtraídos o número de vagas ofertadas do quantitativo de vagas ociosas, exemplificando, tomando o ano 2019/2, temos 40 vagas ofertadas, menos 27 matrículas, restou 13 vagas não preenchidas. Tomando o último ano 2023/1, de 40 vagas, menos 4 matrículas, tem-se 36 vagas ociosas, ou seja, possivelmente não foram preenchidas após as chamadas regulares.

Para confrontar buscamos ainda mais dados, referente ao recorte temporal das seleções considerando o período completo de cinco anos (2019 a 2023) com a adição

de duas categorias ingressantes e concluintes de acordo com o banco de dados da Plataforma Nilo Peçanha¹³:

O quantitativo de matrículas do Quadro 6 são apenas das chamadas regulares, já as do Quadro 7, extraídas da plataforma Nilo Peçanha, são de todas as chamadas (regular e remanescentes), logo estas têm um maior número e portanto, apresentam a realidade total do processo.

Nos chama a atenção os números do primeiro ano verificado (2019), onde todas as categorias: matrículas, vagas, inscritos, ingressantes, concluintes e possíveis vagas não preenchidas, mostram-se positivas em relação a todos os períodos subsequentes 2020 – 2023. Cabe ressaltar que nesse período aconteceu a pandemia do Covid 19, declarada pela Organização Mundial da Saúde. Os últimos dados indicam mais de 678 mil casos de óbitos no Brasil, causados pelo vírus (Ministério da Saúde, 2023).

Quadro 8 - Processo Seletivo – matrículas, vagas, inscritos, ingressantes e concluintes – Curso Técnico Integrado em Administração PROEJA - *Campus* Gama Plataforma Nilo Peçanha – Período base 2019-2023

Processo Seletivo	2019	2020	2021	2022	2023
Matrículas	238	126	120	159	174
Vagas	81	80	80	80	81
Inscritos	723	433	376	254	141
Ingressantes	81	54	15	43	31
Concluintes	31	10	10	16	9
*Vagas não preenchidas	0	26	65	37	50

Fonte: O autor conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha (2024).

A pandemia alterou as rotinas de trabalho de todas as áreas, normas foram criadas, revisadas, atualizadas e incorporadas nas atividades de rotina da população. No Brasil, entre as medidas de enfrentamento da pandemia na educação, a de maior

¹³ A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: fev. de 2024.

impacto foi a decisão pelo isolamento social, que resultou na suspensão das aulas presenciais nos estados por meio do parecer do Conselho Nacional de Educação nº. 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020. A suspensão das atividades escolares em todo o DF ocorreu a partir de 11 de março de 2020, segundo o Decreto n.º 40.520 de 14/03/2020. No âmbito do IFB, o retorno integral ao trabalho presencial dos servidores aconteceu no dia 28 de março de 2022 com a publicação da RESOLUÇÃO 1/2022 – CS/RIFB/IFBRASILIA (IFB, 2022). As aulas presenciais retornaram apenas no dia 4 de abril de 2022.

Os dados do ano base 2022, mostram que de 80 vagas, destinadas ao Curso Técnico Integrado em Administração-PROEJA, apenas pouco mais da metade (43) ingressaram e apenas (16) concluíram o curso revelando elevado índice de evasão. Apesar do número grande de matrículas nos dois semestres (159), ainda assim, ao nosso ver, um dado discrepante em relação ao baixo número de ingressantes. É possível inferir que uma parcela dos candidatos matriculados nunca compareceu à instituição. Segundo Jardim (2022), uma considerada parcela dos candidatos apresenta dificuldade de acompanhar as etapas do processo seletivo até o término.

A plataforma Nilo Peçanha não dispõe de dados como o quantitativo de vagas ociosas ou não preenchidas, entretanto, para calcular as possíveis vagas não preenchidas quantificado na primeira coluna e linha sete do Quadro-6, foi subtraído o quantitativo de ingressantes do total das vagas ofertadas, o que resultou um número de possíveis vagas não ocupadas em cada período verificado (2019-2023) no curso técnico integrado PROEJA do *Campus* Gama, corroborando com os dados do Quadro 7, não em números absolutos, mas na questão das vagas não preenchidas constatada nos dois quadros. A comparação desses dados no processo de análise possibilitou uma melhor compreensão dos resultados encontrados.

Com objetivo de preencher as vagas torna-se necessário ao *Campus* Gama, lançar, não raro, vários editais de vagas remanescentes¹⁴ a cada semestre na tentativa de ocupar a maior quantidade de vagas, sendo este um dos processos previstos na política de acesso e ingresso da instituição administrados pelos diretores gerais de cada campus do IFB (IFB, 2023a).

¹⁴ Editais de vagas remanescentes, trata-se de editais com processo simplificado para o preenchimento das vagas não preenchidas nas chamadas regulares.

Nesse percurso de estudos, observando as pesquisas e as falas que circundam o tema – do problema do não preenchimento das vagas e complexidade dos editais, questões importantes desta pesquisa, observou-se que é uma realidade contemporânea. Para Rodrigues (2023), a partir de 2013, portanto, a 10 anos, já havia esse debate, acerca do que faz com que a educação pública federal tenha perdido tantos alunos. Uma série de estudos, já naquele tempo, vão perguntar: Por que as pessoas estavam tão desmotivadas com a educação? Será um problema dos editais? ou uma questão de organização de políticas públicas? Existe uma configuração que está diretamente vinculado a uma lógica de que alguma coisa está acontecendo e a gente precisa saber o que está acontecendo. Pode haver um desinteresse social, cultural, econômico e político. Nesse sentido, embora o critério de alocação de recursos financeiros dependa, entre outros fatores, do número de alunos ingressantes a cada ano, as vagas ociosas sempre representam custos às instituições federais Veloso *et al* (2015).

Nessa seara, e em relação ao ensino médio técnico e o baixo número de matrículas da EJA integrada à Educação Profissional (EP), um estudo do Vitorette (2014) apontava que em 2011, do total de 41.971 matrículas no Brasil, 15.280 se concretizaram na rede federal (14.153 presenciais e 1.127 semipresenciais). Houve uma queda no número de matrículas no PROEJA no ano de 2012, somando 35.993 matrículas. Nesse ano, o INEP divulgou os percentuais de matrícula do PROEJA em relação ao total de matrículas de cada IFs do país para verificar o atendimento à meta de 10% do total dessas matrículas para a EJA integrada à EP no nível médio. Apenas cinco IFs, dentre os 33 com matrículas de PROEJA, cumpriram essa meta (Vitorette, 2014, p.16). Para a autora, ainda permanece o desafio de atender o direito à educação da classe de jovens e adultos. Contudo, “o PROEJA foi e é estratégia de ação contra-hegemônica em relação ao público que atendia e que passou a atender pela rede federal” (Vitorette, 2014, p.18). Concordamos com a visão da autora dos desafios, do atendimento ao público de jovens e adultos da classe trabalhadora, e que as instituições federais continuam sendo lugar de disputa viável para que esse atendimento se concretize.

Essa discussão do contexto social, especialmente a educação profissional integrada reflete às etapas da Educação Básica (ensino técnico) e do Ensino Superior, reconhecida as recorrentes altas taxas de evasão e abandono, que parece ter se acentuado mesmo antes do contexto de isolamento social desencadeado em 2020

pelo Coronavírus SARS-CoV-2 no mundo (pandemia de Covid-19). Neste sentido, certas temáticas, em especial, as de natureza econômico-sociais, que historicamente vêm incidindo na gestão pública da educação e que afetam no ingresso e desempenho acadêmico. Entre as temáticas mais destacadas, por exemplo, estão: a desigualdade social; a insegurança alimentar e nutricional; o desemprego estrutural; a renda; o racismo e a precarização do trabalho (Miguel, Silva e Lopes, 2022). A questão é complexa, no entanto entendemos a importância do avanço desta discussão, pois traz à baila uma série de fatores sociais que interferem na vida das pessoas e portanto, refletem no acesso à educação e na sociedade.

Verifica se ainda que muitos classificados no sorteio e convocados não comparecem ou não demonstram interesse em efetuar a matrícula. Esta pesquisa não focou em estudos que expliquem ou respondam de forma objetiva a questão do desinteresse do candidato pela não efetivação da matrícula e conseqüentemente o não ingresso. Esta vertente poderá despertar interesse e ser explorado por outros pesquisadores para aprofundar o fenômeno.

Em análise documental que mostram mais de perto a realidade da evasão em cursos da Instituição, constatamos no Projeto Político Pedagógico¹⁵ (PPP) do *Campus Gama*:

No geral, percebemos que ainda temos um número expressivo de evasão nos diversos cursos deste *Campus*. Não existe um estudo formal que nos forneça os verdadeiros motivos de evasão, mas, informalmente, recebemos informações de variadas fontes que apontam questões socioeconômicas como o principal motivo de desistência dos nossos cursos. De nossa parte, temos criado situações que proporcionem ao estudante um sentimento de pertencimento e o faça querer permanecer na instituição. A comissão de permanência e êxito do *Campus* tem criado atividades de conscientização dos docentes e do corpo técnico administrativo no intuito de fortalecer o sentimento de pertencimento ao *Campus* a fim de estimular os estudantes a permanecerem nesta instituição (IFB, 2019, p. 32).

Percebe-se que embora haja uma demonstração de esforço por parte do *Campus Gama* no campo das ideias, e como ainda não se vislumbra a proposição de algo concreto, não estão claras as condições objetivas para reversão do cenário. Vislumbra-se que os candidatos que ingressam (possivelmente por questões econômicas e sociais que se encontram no momento), em muitos casos, trabalham

¹⁵ O Projeto Político Pedagógico (PPP), ou Projeto Pedagógico, é um documento que reúne os objetivos, metas e diretrizes de uma escola. Ele deve ser elaborado obrigatoriamente por toda instituição de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

ou moram longe da instituição, fomentam fatores que sugerem um dos motivos da desistência do curso, contribuindo para o fenômeno da evasão e exclusão social.

Um relatório de auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) nº 201700867, realizado em 2016, já apontava que a taxa de conclusão dos cursos de nível técnico do Instituto Federal de Brasília, estava abaixo do patamar previsto pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024:

Acerca da operacionalização dos cursos ofertados, verificou-se que embora o IFB mantenha o quantitativo de vagas reservadas para o ensino técnico de nível médio acima da meta estabelecida pela legislação vigente, a taxa de conclusão desses cursos está abaixo do patamar previsto pelo Plano Nacional de Educação, sem tendência de crescimento, o que sinaliza a necessidade premente de ações voltadas à permanência e êxito dos estudantes (CGU, 2016, p.21).

O relatório da CGU-2016 reconhece que o IFB mantém a política do quantitativo das vagas ofertadas no ensino técnico, acima do patamar estabelecido pela legislação, no entanto, a taxa de conclusão apresenta nível abaixo do esperado pelo Plano Anual de Educação. Desta forma o referido documento apresenta a constatação da reduzida taxa de conclusão, ou seja, o baixo índice de atingimento das metas definidas no Plano Nacional de Educação. A crítica foi justificada pelo texto do Relatório:

A estratégia 11.11 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014, estabelece que a Rede Federal deve “Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede federal de Educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento), [...] (CGU, 2016, p.48).

Conforme o texto do relatório, a Rede Federal deve elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio para 90% (noventa por cento). Ressalta-se que a taxa de 90% continua no PNE atualmente. Os números aferidos pelo órgão foram: “em relação aos cursos técnicos de nível médio, as taxas de conclusão em 2015 e 2016, foram 15,89% e 8,95%, respectivamente. Destaca-se a queda de aproximadamente 43% no último exercício” (BRASIL, 2016, p.49). Os dados, portanto, ratificam um baixo número de conclusão nos dois períodos apurados. As justificativas apresentadas pelo IFB, segundo o relatório da CGU, e as ações tomadas para melhorar este indicador voltam-se,

principalmente, para o fortalecimento de uma política de assistência estudantil que melhore as condições para que mais estudantes possam concluir com sucesso os cursos. Neste sentido foi apresentada uma lista de ações que envolvem o desenvolvimento de programas de assistência estudantil, como por exemplo o Programa Institucional de Bolsas e Voluntariado em Iniciação Científica, Projetos de Integração Pesquisa e Ação (PIPA), Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico e Científico (PADTC), Programa de Monitoria, Programa de Promoção a Permanência da Assistência Estudantil (Brasil, 2016, p.49).

Ressalta-se que essa avaliação e os dados se referem ao IFB na sua totalidade (10 campi) na avaliação feita pela CGU no ano de 2016. A leitura deste documento e as demais análises e dados desta pesquisa do período 2019 a 2023 nos permite inferir que atualmente o problema do baixo índice de conclusão ainda persiste, refletido pelo decrescente número de inscritos e matrículas nos cursos técnicos do IFB (Quadro 4) e matrículas, inscritos, ingressantes, concluintes e vagas ociosas, no caso, o curso técnico integrado PROEJA do *Campus* Gama (Quadros 5 e 6).

Mecanismos de combate à evasão nos Institutos Federais é um trabalho complexo, tendo em vista a heterogeneidade do seu público e a diversidade de fatores pedagógicos e sociais que afetam a evasão desses sujeitos.

A forma como ocorre o ingresso do aluno detém um importante papel no processo de evasão, pois afeta diretamente o nível de compromisso com a instituição, interfere no compromisso subsequente com o curso e o motiva na sua resolução de permanência.

O IFB *Campus* Gama tem enfrentado dificuldade para preencher todas as vagas e fechar suas turmas de 40 alunos nos cursos Técnico Integrado em Administração - PROEJA nas chamadas regulares, visto ser grande o quantitativo de vagas ociosas apresentadas nos editais de vagas remanescentes, publicados nos últimos cinco anos.

A realidade das vagas ociosas não é um problema local e reflete em universidades e em outros Institutos Federais do país, senão vejamos:

Foi pensando em como reduzir o seu número de vagas ociosas que a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) aprovou mudanças na forma de ingresso na instituição, passando de uma ocupação 100% pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para um formato misto, com ingresso também por meio de vestibular e processo seletivo seriado (PSS). Apesar de também registrarem dificuldades para preencherem parte das vagas, a maioria das universidades e institutos federais gaúchos não planeja alterações em seus processos seletivos (Sander, 2023, p.1).

Como forma de aprofundar e ilustrar a situação, consideramos os dados deste artigo interessante, porque apontam dificuldades para preenchimento das vagas na maioria das universidades e institutos federais em outros estados do Brasil, como o Rio Grande Sul onde se constata a adoção de formas mista de seleção na tentativa de angariar alunos para a ocupação das vagas ociosas. Segundo (Sander, 2023), não se avêta planejamento para mudanças nos sistemas de ingresso nas instituições federais de ensino e os debates costumam se centrar na oferta de cursos a distância, e tem como fim aumentar o interesse e a disponibilidade dos alunos.

Outro comparativo, agora vizinho ao DF, no estado de Goiás, quando se analisam os dados dos processos seletivos para os cursos de educação profissional técnica de nível médio integrado da EJA ofertados pelo Instituto Federal de Goiás IFG, “percebe-se que há bastante dificuldade em preencher todas as vagas ofertadas inicialmente para esses cursos” (Gumerato, 2021, p.84).

Esse olhar remete e reflete quadro similar do que vem acontecendo no IFB, sendo uma realidade para os cursos técnicos do IFB visto nos últimos cinco anos (quesitos de diminuição de inscritos nos cursos técnicos do IFB e vagas ociosas no curso PROEJA do *Campus* Gama (vide quadros 5, 6 e 7).

Entendemos que o tema ainda é pouco explorado, nesse sentido acreditamos que a contribuição desta pesquisa torna-se relevante, pois provoca reflexão frente aos desafios tanto para servidores e pesquisadores, e gestores comprometidos com a causa, para o *Campus* Gama e o IFB como um todo, no sentido da proposição ou revisão de melhores estratégias de políticas de acesso, para tentar diminuir essa tendência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como aplicada de cunho qualitativo e quantitativo. Entende-se por pesquisa aplicada aquela que “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 37). Conforme Minayo (2002):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p. 21-22).

Por isso, a importância da pesquisa qualitativa neste trabalho no bojo da EPT. Ela tem como foco a compreensão da realidade social, de processos e fenômenos. Paixão (2022, p. 221, 222) com base em Minayo (2002), assevera: “[...] o ambiente da prática é a fonte direta dos dados/informações e o objetivo é descrever e compreender essa prática, interpretando o processo por meio do qual os sujeitos lhe atribuem significados”. Nessa concepção, as pesquisas qualitativas podem auxiliar a coletar informações para conhecer a profundidade de dados.

As ferramentas e técnicas utilizadas serão a pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, e pesquisa exploratório-descritiva. Conforme Gerhardt; Silveira (2009), a pesquisa documental:

É aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (p. 71).

A análise documental considerou os documentos do IFB que regulam e definem as políticas institucionais relacionadas ao acesso e ingresso discente, por meio de busca em arquivos, físicos e digitais, em editais e documentos institucionais disponíveis na página do IFB e em sites governamentais. Também se realizou um levantamento dos editais de processo seletivo do período 2019 a 2023, extraídos do site da instituição e verificação de dados na plataforma Nilo Peçanha.

A pesquisa bibliográfica teve base em pesquisadores que abordam a EPT, desde a sua formação histórica, marcada pela categoria da dualidade estrutural, bem

como o seu desenvolvimento, expansão e contradições internas. A categoria contradição é ancorada por estudiosos de base marxista dentre eles e (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005), estes endossam perspectivas de políticas públicas efetivas para o acesso ao ensino técnico na EPT tendo em vista a formação humana integral numa concepção de mundo do trabalho. Estes apontamentos sugerem contribuições do método materialista histórico e dialético para o desenvolvimento deste trabalho. Isto permite inferir que deve haver diálogo entre a formação no bojo da EPT, contemplando a formação humana perpassando todos os processos e que os conceitos sejam apreendidos como relações de uma totalidade concreta. Não podemos deixar de olhar a História como referência decorrente da análise crítica que buscamos entender sobre a política de acesso e processos de seleção que envolvem a educação profissional.

A pesquisa exploratório-descritiva combina elementos de investigações exploratórias e descritivas, sendo utilizada para proporcionar uma visão inicial sobre um fenômeno e descrever detalhadamente suas características. A fase exploratória visa identificar variáveis e relações importantes quando há pouco conhecimento prévio sobre o tema, enquanto a fase descritiva foca na descrição minuciosa das características do fenômeno, utilizando técnicas como entrevistas, observações e análise de documentos. A combinação dessas abordagens permite uma compreensão mais abrangente e detalhada do objeto de estudo, facilitando a identificação de tendências e padrões que podem orientar futuras pesquisas ou ações práticas (Araújo; Oliveira, 1997).

A pesquisa foi conduzida por meio da aplicação de um questionário e entrevista semiestruturada, contendo perguntas objetivas e subjetivas. Essa abordagem permite obter tanto dados mensuráveis sobre a realidade da comunidade quanto percepções subjetivas dos participantes.

A base de dados foi formada a partir de informações oriundas de três fontes: 1. Editais de processo seletivo dos cursos técnicos do IFB; 2. Plataforma Nilo Peçanha; 3. Questionário e entrevista semiestruturada.

Para esse empreendimento elaborou-se um questionário, semiestruturado aplicado aos servidores que atuam ou atuaram em comissão de processo seletivo do *Campus* Gama. A pesquisa considerou o período de 2019 a 2023, considerando o processo seletivo do curso técnico Integrado em Administração na modalidade PROEJA.

O envio foi realizado em 23 de agosto de 2024, via e-mail institucional em forma de convite e mediante assinatura do TCLE. Do total de dez formulários enviados, 5 foram respondidos. A ferramenta utilizada foi o Formulário Google docs. O questionário conteve 14 questões objetivas e 1 subjetiva, com destaque sobre qual a melhor forma de ingresso discente do IFB; as possíveis vagas ociosas no PROEJA; o sorteio eletrônico; qual melhor estratégia de divulgação do processo seletivo; e quais dificuldades organizacionais o servidor identifica no trabalho que envolve o processo seletivo discente na instituição.

A entrevista foi aplicada apenas ao servidor(a) presidente da Comissão de Processo Seletivo do *Campus* Gama. Para cumprir o protocolo de pesquisa do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos CEP, os servidores sujeitos da pesquisa assinaram o Termo Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O objetivo foi identificar a percepção do servidor em relação ao processo de ingresso discente do IFB *Campus* Gama.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (Minayo, 2002, p. 57).

As questões da entrevista foram previamente construídas por meio de um roteiro. A primeira tentativa da entrevista presencial no *Campus* Gama foi cancelada por questões técnicas, sendo remarcada para o formato remoto e foi realizada no dia 26 de agosto de 2024. Para tal, lançou-se mão de reunião virtual via Google meet, e apenas o áudio da entrevista foi gravada. A transcrição da entrevista foi realizada pela ferramenta de digitação por voz e complementada pela digitação manual no aplicativo Google docs.

No site institucional do IFB foram acessados os editais dos processos seletivos, em que contém o tipo de admissão adotado pelo IFB *Campus* Gama. Os editais detalham o processo de seleção com informações, essenciais por exemplo, os procedimentos relacionados a inscrição, sorteio e às vagas remanescentes, etc.

A qualificação do projeto de pesquisa aconteceu no dia 18 de dezembro de 2023. A aprovação no comitê de ética em pesquisa do CEP/HFA ocorreu em 24 de abril de 2024, com o parecer consubstanciado no número 6.785.195.

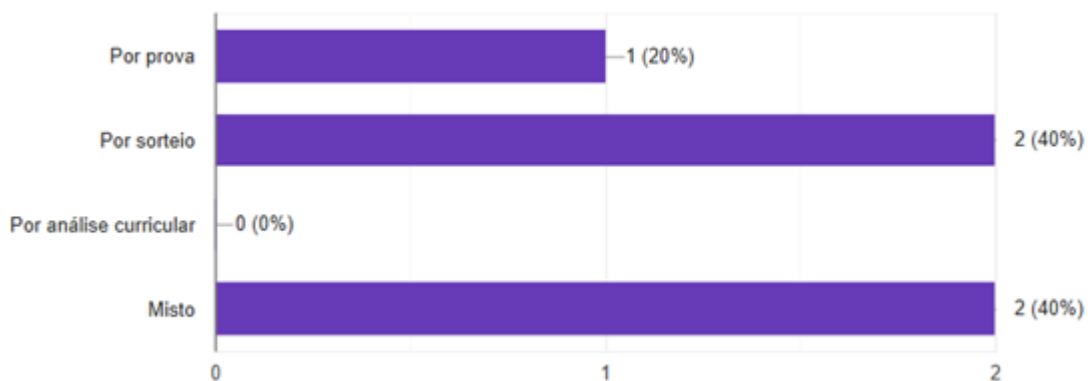
Os resultados do levantamento junto aos atores das comissões de processo seletivo do *Campus* Gama, e com os dados e informações obtidos pela pesquisa documental e bibliográfica, foi elaborado um Produto Educacional (PE), com intuito de contribuir para o processo seletivo visto os desafios e perspectivas. À vista disso, o produto apresenta-se articulado com o objeto de estudo da pesquisa e visa contribuir como forma de ampliar a divulgação do processo seletivo ao público de estudantes/candidatos ao curso técnico integrado PROEJA da instituição, e apoio aos servidores que atuam diretamente nos processos seletivos, considerando as possibilidades de apropriação de melhores práticas educativas. Neste sentido, consideramos a orientação do documento da área de ensino da CAPES (2019) onde os produtos educativos devem ser realizados e desenvolvidos com a finalidade de solucionar ou amenizar as dificuldades levantadas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Passamos à análise do resultado das respostas do questionário aplicado aos servidores da comissão de processo seletivo do IFB *Campus* Gama. O questionário “objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. [...]” Gerhardt e Silveira (2009, p. 71).

Quando perguntamos: Qual a melhor forma do processo seletivo discente no IFB? Obtivemos os seguintes resultados: forma de seleção por prova foi 20%, por sorteio 40%, misto 40%, e a análise curricular isolada não foi escolhida, ou seja para os respondentes não houve uma preferência majoritária por uma forma de processo seletivo, sendo que o sorteio e a forma mista ficaram empatados com 40% (Figura 15).

Figura 15 - Na sua opinião qual a melhor forma do processo seletivo discente do IFB?



Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2024).

Dentre os modelos utilizados,

Independentemente da escolha, todos os modelos possuem avaliações positivas e negativas dos envolvidos diretamente com o processo de ensino aprendizagem, assim como da parte dos demais membros da sociedade civil. (Castro, 2022, p.61).

Para Martins e Costa (2021) a junção de formas de ingresso é mais adequada com os princípios da Rede Federal, como:

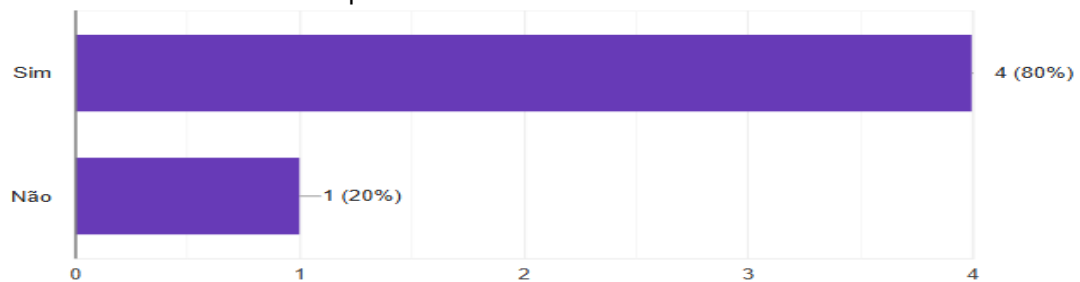
A combinação de duas ou três modalidades de seleção é mais adequada aos princípios de formação omnilateral da Rede Federal. É importante que os gestores e a comunidade acadêmica realizem estudos para identificar a

melhor forma de seleção para os cursos, de acordo com o perfil do egresso e com os arranjos produtivos profissionais e socioculturais. (p.22).

A visão positiva do sorteio como forma de seleção para oriundos da escola pública “Nós achamos que a melhor forma era o sorteio “[...] de modo geral os educadores precisam ter uma visão contra o exame de seleção de aluno. O exame [...] é elitista, facilita quem pode pagar um colégio, um bom cursinho” (Eliezer [...], 2021, 19min 58s).

Quando perguntamos: Na sua opinião, a forma de seleção do IFB pelo sorteio eletrônico pode ser vista como um facilitador e promotor de um acesso mais democrático? O Sorteio foi visto pelos servidores como facilitador e promotor de acesso mais democrático, 80% apoiaram essa forma e 20% não (Figura 16). O sorteio público como política inclusiva converge com a contribuição de Pacheco (2015).

Figura 16 - Na sua opinião, a forma de seleção do IFB pelo sorteio eletrônico pode ser visto como um facilitador e promotor de um acesso mais democrático?



Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2024).

Com relação as vagas ociosas, perguntamos: No decorrer do processo seletivo há possíveis vagas ociosas após as chamadas regulares no curso Técnico Integrado em Administração-PROEJA do IFB *Campus* Gama? Vagas ociosas são uma constante após as chamadas regulares no PROEJA. Todos os servidores respondentes confirmaram que há vagas ociosas. Dispensando a representação gráfica na pesquisa pois o percentual apresentado foi de 100%.

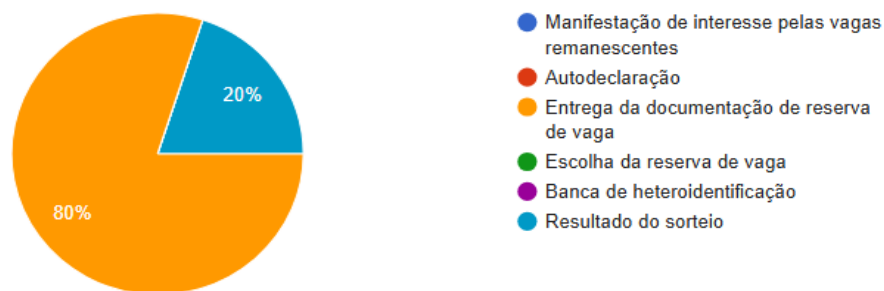
O referencial aponta dificuldades para preenchimento das vagas na maioria das universidades e institutos federais em outros estados do Brasil, como o Rio Grande do Sul onde se constata a adoção de formas mista de seleção na tentativa de angariar alunos para a ocupação das vagas ociosas (Sander, 2023). No estado de Goiás, os dados dos processos seletivos para os cursos de educação profissional técnica de nível médio integrado da EJA ofertado pelo Instituto Federal de Goiás (IFG), “percebe-

se que há bastante dificuldade em preencher todas as vagas ofertadas inicialmente para esses cursos” (Gumerato, 2021, p.84).

Esse olhar remete e reflete quadro similar do que vem acontecendo no IFB, sendo uma realidade para os cursos técnicos visto nos últimos cinco anos nos quesitos diminuição de inscritos nos cursos técnicos do IFB e vagas ociosas no curso PROEJA do *Campus* Gama (Quadros 5, 6 e 7).

Quando perguntamos: Na sua opinião qual etapa do processo seletivo os candidatos ao curso PROEJA apresentam mais dúvidas? Obtivemos as seguintes respostas: A maior dúvida dos candidatos do PROEJA está na entrega da documentação da reserva de vagas, 80% dos respondentes e 20% apontam o resultado do sorteio (Figura 17). Para Ambrosini e Escott (2020), um dos fatores que leva a esse problema refere-se à complexidade dos processos seletivos.

Figura 17 - Na sua opinião qual etapa do processo seletivo os candidatos ao curso PROEJA apresentam mais dúvidas?

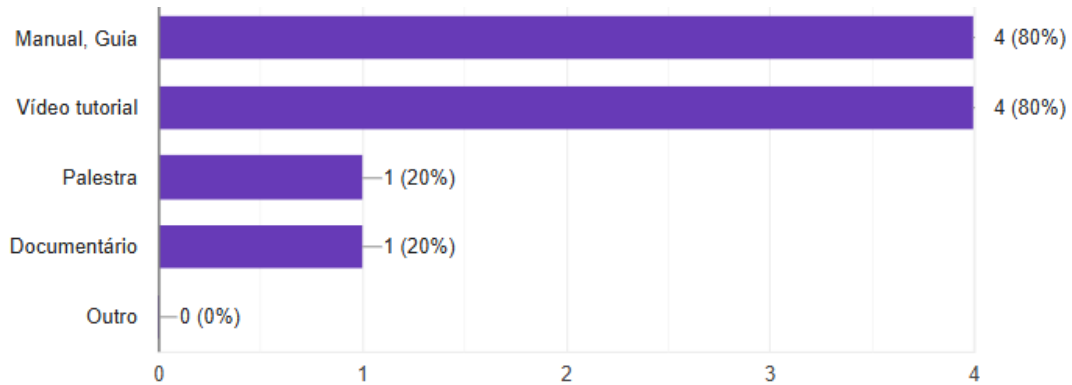


Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2024).

Em síntese, as especificidades dos sujeitos do PROEJA ajudam a interpretar esses dados uma vez que para a sociedade eles são sujeitos pouco visíveis. São indivíduos que lidam com muitas nuances e dificuldades em suas vidas, o que pode contribuir para a não compreensão de pontos essenciais do edital, como o item que trata da participação pela Reserva de Vagas e entrega de documentos necessários para sua comprovação (Gumerato, 2021).

Quando perguntamos: Na sua opinião qual das opções pode contribuir para ampliar a divulgação do processo seletivo discente no IFB e atingir melhor seus objetivos institucionais? (Figura 18).

Figura 18 - Na sua opinião qual das opções pode contribuir para ampliar a divulgação do processo seletivo discente no IFB e atingir melhor seus objetivos institucionais?



Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2024).

Os resultados foram: Vídeos tutoriais, Guia e Manual foram vistos como as melhores estratégias de divulgação e ampliação do processo seletivo do IFB (80%). Palestra e documentário contaram com 20%. Essa visão nos permite compreender e concordar:

[...] uma dimensão do olhar dos profissionais que atuam diariamente nesta realidade, um olhar que é “treinado” para perceber o sujeito que existe no candidato que, não por falta de vontade e/ou empatia, mas que levado pela rotina operacional, acaba reproduzindo um espaço de exclusão, por falta de soluções que podem auxiliar no desempenho de suas funções (Jardim, 2023, p.86).

As seções 11 e 14 do questionário (figuras 17 e 18) apresentaram indicações de quais pontos focais deveriam ser prioridade ao elaborar o produto educacional como um dos objetivos específicos que propõe implementar uma proposta de produto educacional que amplie e divulgue a forma de ingresso do curso técnico integrado PROEJA do IFB. Os candidatos apresentam dificuldades com a compreensão de algumas etapas dos processos seletivos tais como entrega da documentação de reserva de vaga e resultado do sorteio. Juntamente os termos vídeos, manual e guia, da questão 15 apontados pelos servidores, ganharam vida e sustentação para a construção de um guia em forma de vídeo do processo seletivo como soluções que pudessem auxiliar os candidatos e servidores.

Quadro 9 - Resumo dos principais dados das respostas do questionário - Questões 1, 2, 3, 4, 8, 10, 12 e 13 e a análise extraída

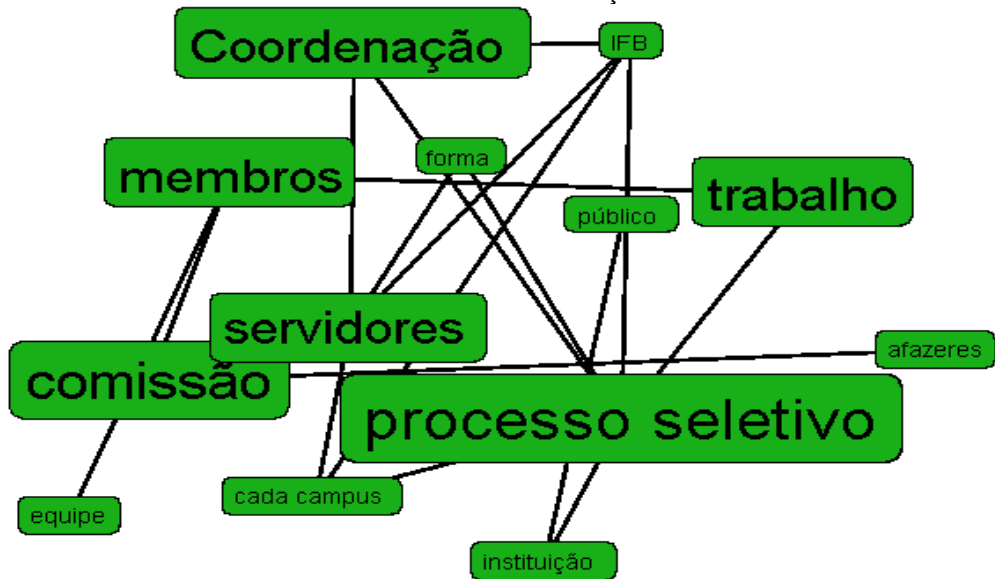
Pergunta	Resposta Principal	Análise
Questão 1 Gênero	80% feminino, 20% masculino	Maioria dos servidores da comissão de processo seletivo do <i>Campus</i> Gama são de sexo feminino
Questão 2 Faixa etária	40% entre 36 e 40, 40% entre 41 e 45 e 20% entre 31 e 35 anos	Maioria dos servidores são de meia idade
Questão 3 Escolaridade	Mestrado completo 40%, mestrado incompleto 20%, especialização completa 40%	Os servidores possuem pós-graduação
Questão 4 Cargo no IFB	100% são Técnicos Administrativos em Educação	Os servidores participantes são Técnicos Administrativos em Educação de cargos de nível médio (40%) e nível Superior TAE (60%).
Questão 8 Capacitação para realização do sorteio eletrônico	40% não, 60% Não se aplica	Parte significativa (40%) não se sente capacitada para operar o sorteio e a maioria dos servidores (60%) optaram pela alternativa “Não se aplica”. O pesquisador como servidor e no percurso de atuação em processo seletivo no <i>Campus</i> Gama, pode verificar que a maioria dos servidores membros da comissão apresentavam dificuldades para entender e de certo modo, resistência ou insegurança para operar o sorteio no sistema SGPS do IFB. Essa tarefa geralmente ficava por conta do servidor presidente da comissão de processo seletivo.
Questão 10 Causa da baixa demanda no PROEJA	60% Falta de interesse pelo curso, dificuldades financeiras e desemprego; 40% Complexidade do processo seletivo	A baixa demanda no PROEJA tem como causas importantes a falta de interesse dos candidatos pelo curso e desafios financeiros. A pesquisa de mestrado de Gumerato (2021, p.142) mostra [...] “as características mais marcantes dos sujeitos da EJA: são trabalhadores informais, desempregados, com baixa remuneração e que precisaram optar entre continuar os estudos ou trabalhar”.
Questão 12 As vagas no PROEJA são preenchidas após os editais de vagas remanescentes?	80% Não, 20% Em parte	As vagas não são completamente preenchidas após os editais de vagas remanescentes. Esse dado ratifica o gráfico da questão 9 e confirma a hipótese da pesquisa das vagas ociosas no PROEJA. No campo da EJA Gumerato (2021), constatou “dificuldade em preencher todas as vagas ofertadas inicialmente para esses cursos” (p.84).

<p>Questão 13 A criação de um Documento norteador pelo IFB contribuiria para um maior número de ingresso no PROEJA?</p>	<p>60% Sim, 40% Em parte</p>	<p>Um documento norteador pode melhorar o número de ingressos no PROEJA. Essas respostas também subsidiaram a proposta do produto educacional da pesquisa do guia em forma de vídeo do processo seletivo voltado ao PROEJA.</p>
---	------------------------------	---

Fonte: Questionário. Org. O autor (2024).

Quando perguntamos quais dificuldades organizacionais você identifica no trabalho que envolve o processo seletivo discente na instituição? Obtivemos as seguintes respostas (apresentadas na Figura 19). Para análise desta questão subjetiva utilizamos o software livre Sobek.

Figura 19 - Quais dificuldades organizacionais você identifica no trabalho que envolve o processo seletivo discente na instituição?



Fonte: Sobek. Org. O autor (2024).

Esta questão está relacionada a analisar as percepções e a dinâmica do trabalho de servidores atuantes em comissão de processo seletivo do IFB *Campus* Gama. Os cinco participantes responderam. No contexto das respostas houve um destaque para as palavras *coordenação*, *processo seletivo*, *trabalho*, *servidores*, *membros* e *comissão*. Para manter o sigilo, os participantes foram identificados como A1, A2, A3, A4 e A5. Para corroborar com a análise realizada verificamos as respostas que apresentam mais detalhamento para as dificuldades organizacionais apresentadas pelos servidores. As respostas obtidas foram:

Participante A1 *“Muito burocrático”*. A respondente se limitou a esta frase que resume sua visão como servidor(a) das dificuldades organizacionais identificadas no trabalho que envolve o processo seletivo discente na instituição, porém implica muitos significados. Para o candidato nosso referencial teórico aponta incluir o sujeito que se encontra à margem do processo educativo de forma que a leitura pura dos editais, muitas vezes tão complexos, constatada a dificuldade dos candidatos para ler e entender o conteúdo do edital, e às vezes precisam contar com terceiros que leiam e expliquem aos participantes como o processo seletivo acontece e as informações essenciais para participar (Gumerato, 2021).

Para os servidores o termo burocrático pode implicar por um lado, os editais trazem complexidades pela própria natureza dos certames e instâncias administrativas e burocráticas típicas do serviço público, as instituições como o IFB são obrigados por força de lei e dos órgãos de fiscalização e controle do serviço público, a especificar os trâmites e etapas como as leis, os tipos de reservas de vagas, a documentação, a heteroidentificação, o sorteio etc, tornando os editais extensos. Os servidores (na maioria das vezes técnicos administrativos da Assistência Estudantil e Registro Acadêmico) acumulam seus trabalhos habituais dos cargos com as atividades de comissão de processo seletivo.

Participante A2 *“A maior dificuldade na minha opinião do Processo Seletivo é a forma dos servidores do IFB atuarem por meio de comissões quando se deveria criar uma Coordenação de Processo Seletivo para atuar em cada Campus. [...], há sobrecarga dos membros que trabalham na comissão, pois estes acumulam os afazeres da comissão com os afazeres do cargo/coordenação - geralmente são servidores do RA ou CDAE - coordenações muito demandadas no Campus”*. Essa visão vai ao encontro da visão de “Criação de coordenações permanentes de processo seletivo nos campi” (Jardim, 2023, p.87), como contribuição e melhoria do processo seletivo do IFB.

Participante A3 *“Pouco esclarecimento referente à entrada e à permanência na instituição. É um público que requer instruções detalhadas sobre seus direitos e deveres como alunos”*. Esse é um olhar crítico, porém humano e atento, pois reconhece a fragilidade do estudante do curso PROEJA e aponta para um maior compromisso da instituição com este público. Apesar da oferta para o público da EJA, a realidade mostra que ainda há falhas

[...] no que diz respeito à democratização da educação, pois não foi e não é ainda capaz de efetivar a educação básica para todos na idade regular, não garantindo condições de acesso e de permanência na educação para todos. (Gumerato, 2021, p.152)

De maneira geral, quanto aos impactos da entrada e permanência pode-se inferir através da pesquisa e do olhar dos servidores, que instruções, detalhes, sobre seus direitos e deveres, a autonomia, dentre outros “são fatores que precisam ser construídos à medida que os candidatos tomam consciência dos seus direitos e passam a protagonizar suas escolhas” (Jardim, 2023, p.87). O processo seletivo do IFB, apesar da oferta de vagas para o público da EJA, por meio do sorteio, as ações afirmativas devidamente implementadas e cumpridas pelo IFB, aponta que ainda precisam de outras ações que contribuam para melhorar o efetivo acesso.

Participante A4 *“O ideal seria que cada Campus do IFB tivesse um Setor responsável pelo Processo Seletivo, pois no formato de Comissão é trabalhoso o processo de consolidação da equipe, uma vez, que os membros realizam atribuições em outras frentes de trabalho. Havendo uma equipe designada para tanto, seria possível aperfeiçoar a capacitação dos membros, bem como, o fluxo de trabalho e novas estratégias para o processo seletivo”*. Para 40% do total dos servidores (participantes A2 e A4) percebem que o processo seletivo conduzido por uma coordenação em vez de comissão traria melhoramentos e novas perspectivas para os trabalhos.

Participante A5 *“Comunicação eficiente e edital adequado ao público alvo”*. Percebe-se, pela fala do servidor, que o foco da comunicação no processo seletivo deve se deslocar, do campo da simples informação (mostrar os cursos da instituição, regimento editalício, quantidade de vagas e os tipos de cotas) para o da orientação, ou seja, explicar as formas de ingresso (Ambrosini, 2019). Acrescentamos ainda que informações sobre os auxílios da assistência estudantil, resumo sobre o curso, o perfil do candidato e mundo do trabalho, e a importância das cotas em vídeos curtos orientativos disponibilizados no site e no sistema de inscrição são formas também de melhorar a comunicação na seleção e democratizar o acesso ao ensino público.

Compreendemos que na visão dos servidores diretamente envolvidos no atendimento a comunidade externa a importância da temática dentro do IFB, estando relacionada a educação enquanto um direito dos estudantes e o sorteio como forma de acesso inclusivo e democrático, fato que remetem ao referencial teórico da

pesquisa (Pacheco, 2011; Coutinho e Melo, 2011; Ambrosini & Escott, 2020;). Os dados obtidos indicam ainda dificuldades organizacionais significativas, com destaque para as vagas ociosas no curso integrado PROEJA, além dos desafios do processo seletivo para um trabalho institucional para além das comissões.

4.1 ANÁLISE DE ITEM DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO DO PERFIL DO CANDIDATO NO PROCESSO DE INSCRIÇÃO – SELEÇÕES (2019-2023) IFB CAMPUS GAMA PELO SISTEMA SGPS

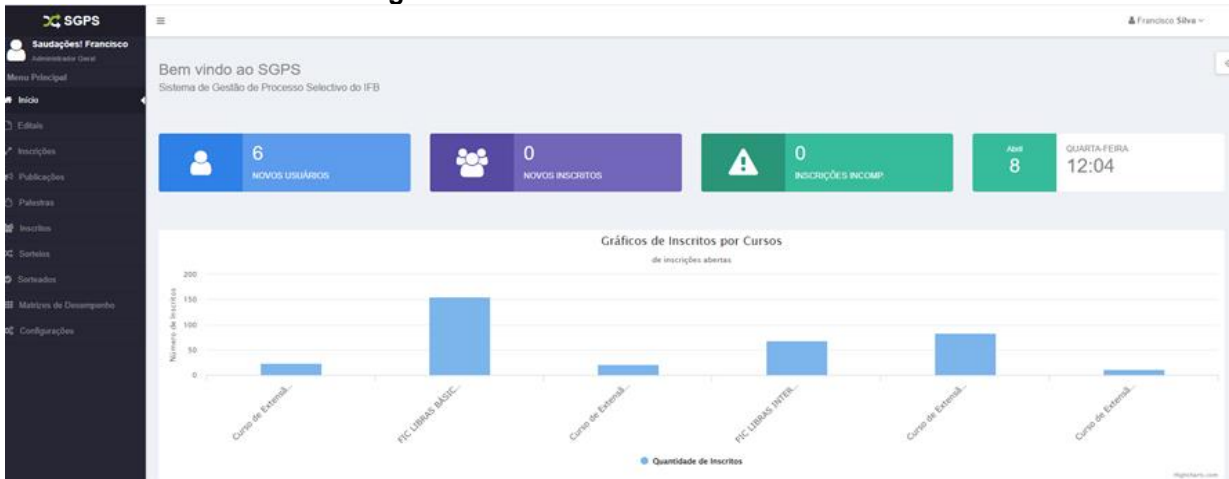
No percurso da pesquisa, nossa investigação nos levou a resgatar a opinião dos candidatos que participaram do processo seletivo em determinado período para quantificarmos e entendermos qual deveria ser a forma de ingresso nos cursos do IFB, sendo que o sorteio foi a forma escolhida de ingresso nos cursos técnicos do IFB *Campus Gama* no período consultado de 2019 a 2023 (IFB, 2024).

No processo de inscrição é obrigatório o preenchimento pelo candidato de um questionário socioeconômico para a instituição IFB compreender o perfil do candidato. Dentre 31 questões do questionário socioeconômico selecionamos a pergunta de posição 27^o que se referia à opinião dos candidatos sobre a forma de ingresso aos cursos técnicos por ocasião da inscrição on-line no sistema de processo seletivo do período 2019 a 2023.

O Sistema de Gestão de Processo Seletivo (SGPS), é a plataforma do IFB que trata do processo de inscrição e seleção por sorteio eletrônico dos inscritos para o acesso e ingresso nos cursos do IFB. Foi por meio desse sistema que obtivemos os dados. Esses dados foram consultados da seguinte seção do SGPS: Pergunta(s) x *Campus* com seus respectivos editais, número, das Seleções (2019-2023) referente ao *Campus Gama*, gerado em arquivo pdf.

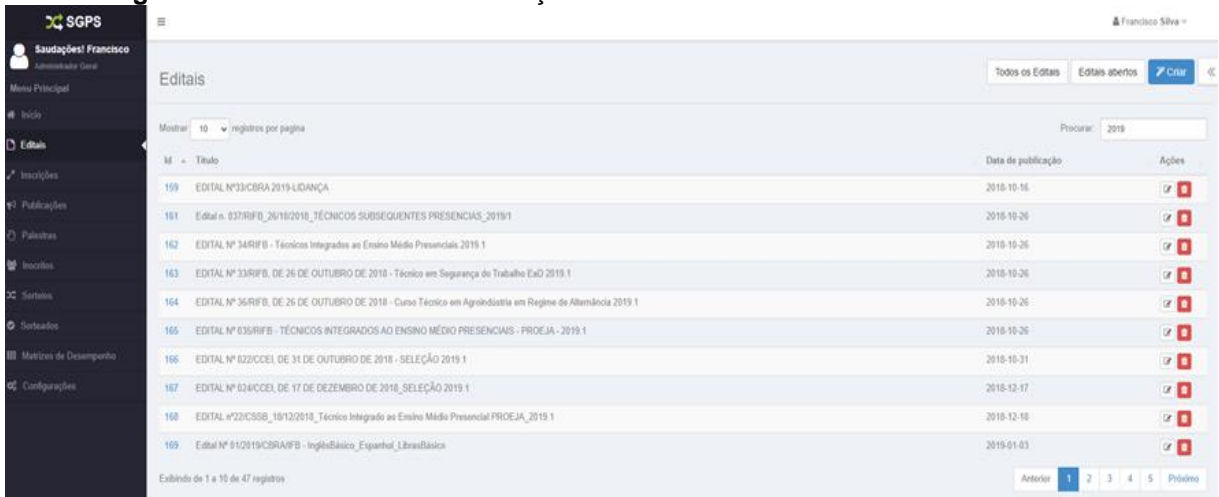
O caminho percorrido no sistema SGPS para extração das informações estão nas imagens abaixo:

Figura 20 – Tela inicial do sistema SGPS



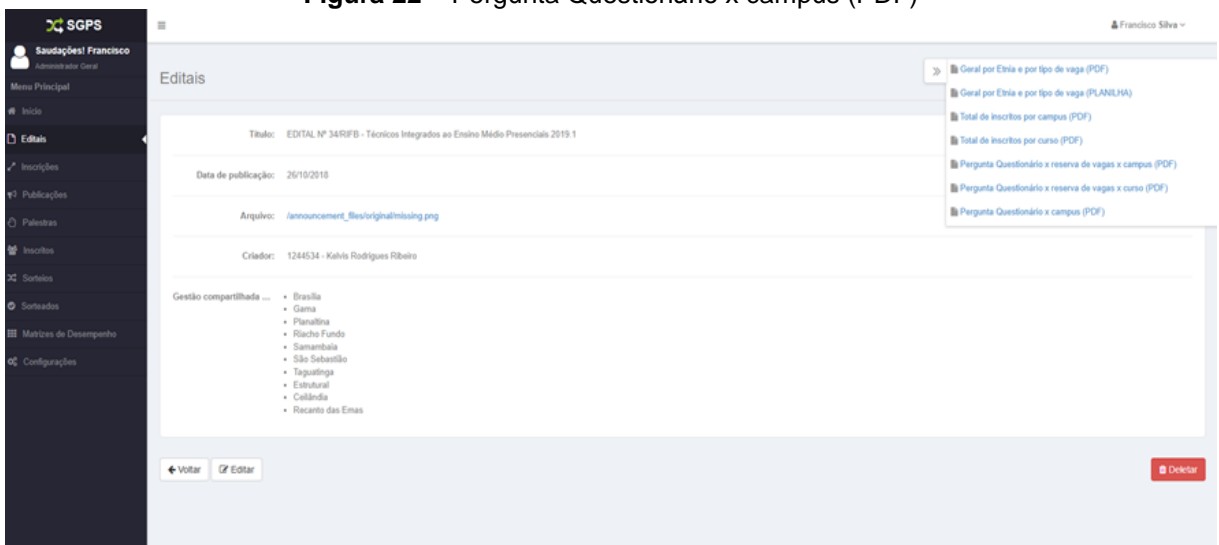
Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do sistema SGPS (IFB, 2024)

Figura 21 – Menu editais - visualização do ano e número do edital no sistema SGPS



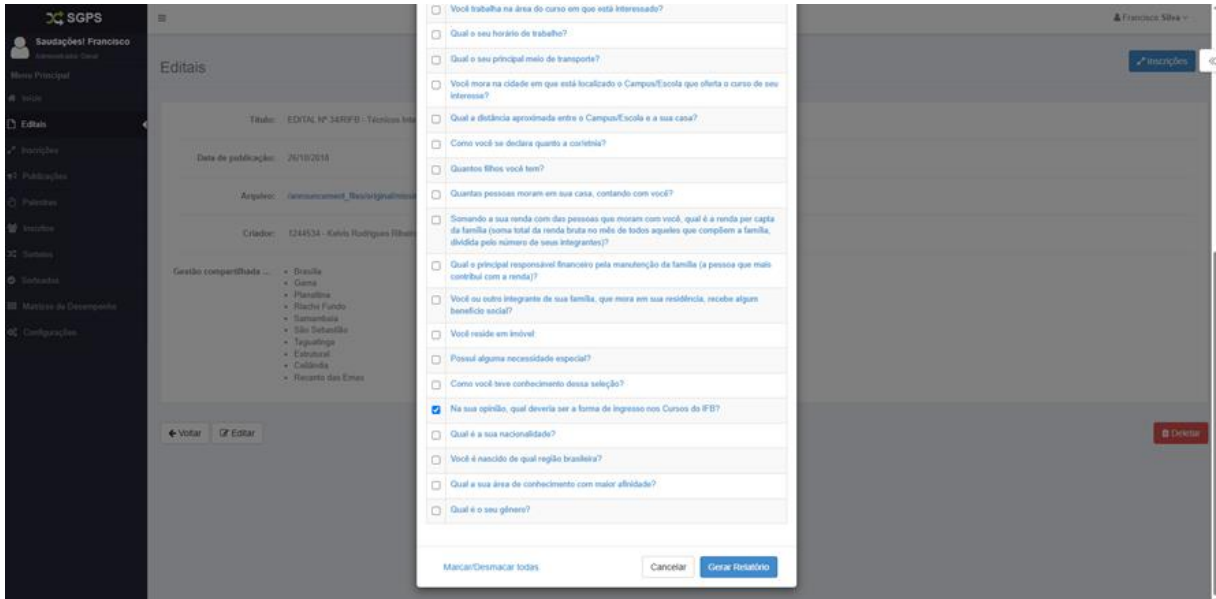
Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do sistema SGPS (IFB, 2024)

Figura 22 – Pergunta Questionário x campus (PDF)



Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do sistema SGPS (IFB, 2024)

Figura 23 – Seleção de item do questionário: Na sua opinião, qual deveria ser a forma de ingresso nos Cursos do IFB?



Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do sistema SGPS (IFB, 2024)

Figura 24 – Relatório de item referente ao *Campus* Gama em PDF

Gama	
Na sua opinião, qual deveria ser a forma de ingresso nos Cursos do IFB?	
Ordem de chegada.	61
Prova.	322
Análise de histórico escolar.	110
Nota do Enem.	5
Outra:	5
Redação.	40
Sorteio.	321
Entrevista.	62

Fonte: Organizado pelo autor de acordo com os dados do sistema SGPS (IFB, 2024)

Os dados extraídos pelo mestrando foram realizados em 19 de dezembro de 2024 no *Campus* Gama por meio do acesso ao sistema SGPS com login e senha. Para esse trabalho de campo o pesquisador foi devidamente autorizado pela Direção Geral do IFB *Campus* Gama para o acesso a dados necessários para realizar a pesquisa mediante o termo de ciência de instituição participante disponível nos anexos desta dissertação.

Embora o nosso foco seja o curso integrado PROEJA, não encontramos no sistema, ou pelo perfil de acesso, uma forma de fazer um filtro do perfil dos candidatos do questionário socioeconômico somente do curso PROEJA do *Campus* Gama, pois a seleção e inscrição abrange outros cursos técnicos. Assim, o quantitativo extraído é referente a todos os cursos técnicos ofertados nos processos seletivos do período analisado. Por outro lado, os dados gerais extraídos tornaram-se interessantes para a pesquisa, porque nos permite uma visão geral do público interessado nos cursos técnicos do IFB *Campus* Gama. Os cursos técnicos ofertados pelo *Campus* são: Técnico Integrado em Administração PROEJA; Técnico Subsequente em Logística; Técnico em Alimentos integrado ao ensino médio; Técnico em Química integrado ao ensino médio. Destacamos que os dados são dos processos seletivos destes cursos técnicos ofertados pelo *Campus* Gama nos dois semestres de cada ano.

Na soma dos dados observou-se a seguinte dinâmica: em cada ano e sempre no primeiro semestre o processo seletivo abrange maior quantitativo de cursos e, portanto, o número das respostas (opiniões dos candidatos) será maior que o segundo semestre.

Listamos os quatro cursos do primeiro período (Técnico Integrado em Administração PROEJA; Técnico Subsequente em Logística; Técnico em Alimentos integrado ao ensino médio; Técnico em Química integrado ao ensino médio. Já no segundo semestre de cada ano, o processo seletivo é ofertado apenas para dois cursos (Técnico Integrado PROEJA e Técnico Subsequente em Logística), portanto o curso integrado PROEJA consta nas seleções dos dois semestres de cada período 2019 a 2023.

Listamos também os respectivos editais em ordem cronológica dos processos seletivos verificados:

- Edital 34/RIFB - Técnicos Integrados ao Ensino Médio Presenciais 2019.1
- Edital 9/RIFB - Técnicos Integrados ao Ensino Médio Presenciais - PROEJA - 2019.2

- Edital 031/RIFB_25/10/2019-Técnicos Integrados-2020/1
- Edital 024/RIFB_05/08/2020- Técnico Integrado PROEJA_2020/2
- Edital 1/2021 - RIFB/IFB_11/01/2021_Cursos Técnicos IFB_2021/1
- Edital 20/2021-RIFB/IF Brasília - Seleção 2021/2 - Cursos Técnicos
- Edital 34/2021-RIFB/IFBRASÍLIA- Seleção 2022/1 - Cursos Técnicos para 1º Semestre 2022
- Edital 6/2022-RIFB/IFBRASÍLIA- Seleção 2022/2 - Cursos Técnicos para 2º Semestre 2022
- Edital 19/2022-RIFB/IFBRASÍLIA- Seleção 2023/1 - Cursos Técnicos para o 1º Semestre 2023
- Edital 5/2023-RIFB/IFBRASÍLIA - Processo Seletivo para Ingresso de Discentes nos Cursos Técnicos do IFB para o 2º Semestre de 2023

A organização dos processos seletivos com as categorias formuladas pelo IFB (Ordem de chegada, Prova, Análise de histórico escolar, Nota do Enem, Outra e Redação e Entrevista) apresentada no questionário socioeconômico e a soma das respostas estão detalhados no quadro abaixo:

Quadro 10 - Respostas dada pelos candidatos/estudantes da questão nº 27 do questionário socioeconômico dos processos seletivos 2019 - 2023 do IFB *Campus* Gama

Questão	Na sua opinião, qual deveria ser a forma de ingresso nos Cursos do IFB?						
	2019	2020	2021	2022	2023	Total	Percentual
Processo Seletivo nos dois semestres							
Ordem de chegada	114	83	289	191	156	833	11 %
Prova	374	315	518	312	282	1.806	24 %
Análise de histórico escolar	121	141	159	121	149	691	9,1 %
Nota do Enem	9	5	60	32	22	128	1,7 %
Outra	15	12	41	37	22	127	1,6 %
Redação	54	46	104	71	31	306	4,0 %
Sorteio	455	347	884	593	573	2.852	37,9 %
Entrevista	103	64	263	168	181	779	10,3 %
Total geral						7.522	100%

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados do SGPS (IFB, 2024)

Os dados extraídos pelo mestrando foram realizados em 19 de dezembro de 2024 no *Campus Gama* por meio do acesso ao sistema SGPS. As respostas dos candidatos mostram de forma inequívoca a preferência pelo sorteio como forma de seleção aos cursos técnicos do IFB *Campus Gama*, totalizando 2.852 opiniões, o que corresponde (37,9%). Seguindo o mesmo critério, a forma de ingresso por prova 1.806 (24%) foi a segunda mais escolhida. 833 candidatos preferem a seleção por ordem de chegada (11%). Em quarto lugar a entrevista foi apontada por 779 (10%) e a forma análise do histórico escolar ficou em quinto lugar com 691 opiniões (9,1%) do total.

A pergunta e a análise e quantificação das respostas foi de suma importância para esse trabalho, pois seus resultados retratam a concepção dos candidatos/estudantes, principais atores e beneficiados pelo acesso democrático pelo sorteio como forma de ingresso nos cursos técnicos do IFB do período proposto nesta pesquisa. Portanto entendemos que esse cenário justifica a política de manutenção desta forma de acesso e ingresso aos cursos técnicos adotado pelo IFB. Como vimos no questionário, aplicado aos servidores essa concepção foi também apoiada pela maioria dos servidores integrantes da comissão de seleção do *Campus Gama*.

4.2 ANÁLISE DA ENTREVISTA APLICADA A SERVIDOR(A) DE COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO DO IFB CAMPUS GAMA

A proposta inicial do projeto de pesquisa era a realização de duas entrevistas: uma com o servidor responsável pela Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil CAIE/PREN, da Reitoria do IFB e outra com o servidor(a) da comissão de seleção do *Campus Gama*. Não foi concedida resposta da Coordenação do Acesso e Ingresso Estudantil da Reitoria referente a solicitações de participação na pesquisa na etapa de entrevista. No entanto, houve a colaboração deste setor no atendimento a informações sobre o histórico (ano do início de aplicação de provas e da modalidade sorteio no processo seletivo do IFB) e outros dados importantes para a pesquisa.

A entrevista com o servidor(a) presidente da comissão do processo seletivo do IFB *Campus Gama*, foi realizada em agosto de 2024 de forma on-line e apenas o áudio foi captado. De acordo com (Minayo, 2002, p. 57):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra [...].

Esse critério foi selecionado por se acreditar que esse é um ator importante no processo seletivo e possui informações e dados essenciais para a pesquisa. Posteriormente, a entrevista foi degravada pelo pesquisador.

Resumo da análise das perguntas e das respostas obtidas:

1. **Atuação na comissão:** O entrevistado(a) relatou que sua principal função é organizar a parte de cotas no processo seletivo. Ela destaca que a seleção ocorre de forma presencial e que o processo é realizado por um sistema interno do IFB. O trabalho envolve a análise de documentação dos candidatos para comprovação de cotas raciais e socioeconômicas.
2. **Percepção sobre a forma de ingresso:** O servidor(a) acredita que o sorteio eletrônico é uma forma justa e democrática de seleção, pois possibilita o ingresso de candidatos de diferentes condições socioeconômicas, sem favorecer aqueles com mais recursos educacionais, como acontece em processos seletivos por prova.
3. **Dificuldades organizacionais:** A maior dificuldade apontada pelo(a) entrevistado(a) é a falta de um sistema mais integrado, que possa reunir todas as etapas do processo seletivo, como a inscrição e a verificação de documentos. Atualmente, há a necessidade de contato manual com os candidatos para completar informações, o que poderia ser evitado com um sistema automatizado.
4. **Aspectos positivos e negativos do sorteio eletrônico:** O principal aspecto positivo é a democratização do acesso, permitindo que candidatos de diferentes origens tenham igualdade de oportunidades. O aspecto negativo está relacionado à falta de integração no sistema, que ainda causa dificuldades operacionais.
5. **Sugestões para melhorar a orientação aos candidatos:** O(a) entrevistado(a) acredita que a falta de interesse dos candidatos em ler os editais e seguir as orientações claras disponibilizadas pelo IFB é um problema. Ela aventou a divulgação pela mídia (subentendido o uso da grande mídia como a televisão), mas seria inviável para a instituição pelo alto custo. Ela mencionou também que o IFB já faz vídeos explicativos, mas sugere que o uso de mídias mais populares ou até mesmo panfletagem poderia ajudar a alcançar candidatos que não estão familiarizados com a leitura de editais online.

6. **Vagas ociosas no curso PROEJA:** O (a) entrevistado(a) afirmou que, atualmente, as vagas são preenchidas após várias chamadas, com poucos casos de sobra de vagas. Apreende-se que somente “após as várias chamadas” (referente às chamadas de editais de vagas remanescentes) estas são preenchidas com poucos casos de vagas ociosas. Isso é visto como um progresso em relação a processos anteriores com muita sobra de vagas.
7. **Capacitação dos servidores para o sorteio:** No início, a capacitação foi deficiente, mas melhorou com a implementação de reuniões explicativas e videoconferências, sugerindo que esse formato de treinamento contínuo seja mantido.

A análise qualitativa, conforme proposto por Minayo (2002), busca explorar, interpretar e compreender fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando as experiências e as subjetividades expressas nas falas dos participantes. A entrevista realizada com a presidente da comissão de processo seletivo do IFB *Campus* Gama, no âmbito da pesquisa qualitativa pode contribuir para a compreensão profunda dos desafios, percepções e dinâmicas envolvidas no processo seletivo de uma instituição educacional pública.

De acordo com o (a) participante, o sorteio eletrônico é percebido como uma forma justa e democrática de seleção, especialmente quando comparado aos processos seletivos baseados em provas. Em sua fala, ela expressa a convicção de que o sorteio coloca todos os candidatos em um "pé de igualdade", eliminando a disparidade entre aqueles que tiveram acesso a uma educação de melhor qualidade e aqueles que enfrentaram dificuldades socioeconômicas, o que seria uma desvantagem em seleções por mérito.

Conforme Minayo (2002), a análise qualitativa deve considerar a visão do sujeito como fundamental para compreender o fenômeno investigado. A fala do(a) entrevistado(a) revela uma forte crença na justiça social promovida pelo sorteio, especialmente em um contexto de profundas desigualdades educacionais no Brasil. A equidade, segundo o (a) entrevistado(a), é garantida pela ausência de uma avaliação formal de conhecimento, o que, em sua percepção, seria uma barreira para muitos candidatos oriundos de escolas públicas. A fala aponta que, embora o sorteio promova a inclusão, existem desafios operacionais, como o sistema informatizado, que ainda carece de melhorias.

Segundo Minayo (2002), a análise qualitativa deve buscar identificar os nós críticos do fenômeno estudado. Nós críticos podem ser identificados como pontos de dificuldade ou gargalos em um processo, que podem comprometer a qualidade do trabalho ou a eficiência do sistema. Um dos pontos do nó crítico quanto à temática da pesquisa parece ser a ausência de um sistema centralizado que facilite o trabalho tanto para os servidores quanto para os candidatos. O(a) entrevistado(a) ressalta que a comissão acaba tendo que ligar manualmente para os candidatos para solucionar pendências, o que compromete a eficiência do processo. Esse ponto revela a necessidade de uma abordagem mais tecnológica e integrada, que evite retrabalho e reduza o risco de falhas humanas.

Minayo (2002) nos alerta para a importância de considerar o 'não dito' nas falas dos participantes, ou seja, os aspectos implícitos ou invisíveis que podem ser tão importantes quanto as declarações explícitas. A queixa do(a) entrevistado(a) sobre a falta de proatividade dos candidatos pode ser vista como um reflexo de um problema estrutural mais amplo: a exclusão digital. Embora existam vídeos e os editais estejam disponíveis no site é possível que muitos candidatos não possuam as habilidades necessárias para navegar em plataformas digitais para ler os editais. A forma burocratizada dos processos seletivos, com os editais e sistemas de inscrição, muitas vezes complexos para os candidatos, acabam dificultando o acesso, como aponta (Ambrosini, 2019). Por isso, a importância de se desenvolver outras estratégias para orientação sobre o acesso à instituição. Esse dado, embora não explicitamente mencionado pelo(a) entrevistado(a), emerge quando se analisa a fala com um olhar crítico, buscando lacunas e mesmo o que não é verbalizado, como sugere Minayo (2002).

Portanto, uma interpretação mais ampla poderia sugerir que o IFB precisaria diversificar suas formas de comunicação, indo além do digital para alcançar seu público-alvo. Isso demonstra como a análise qualitativa pode identificar áreas de intervenção que não são imediatamente visíveis.

A análise nos permite uma compreensão profunda do processo seletivo do IFB, revelando tanto seus sucessos quanto suas fragilidades. A fala do (a) entrevistado(a) destaca a importância do sorteio eletrônico como um mecanismo inclusivo, mas também evidencia a necessidade de melhorias operacionais e de uma comunicação mais acessível. Ao olhar para o processo seletivo com as lentes da inclusão, eficiência e democratização, podemos propor intervenções que não apenas otimizem o sistema,

mas que também promovam uma maior participação e compreensão dos candidatos/estudantes, especialmente os mais vulneráveis.

A partir dos dados coletados, percebe-se que há uma busca constante por aprimoramento, o que deve ser incentivado e aprofundado. Percebe-se ainda e sugere-se a necessidade do aperfeiçoamento das políticas de ingresso como a garantia e continuidade das cotas, os auxílios ou bolsas de incentivo a permanência e êxito, guia prático de informações, vídeos curtos instrutivos do processo seletivo e outras a partir de demandas da sociedade, proporcionando uma melhor orientação e conscientização dos cidadãos sobre o processo de ingresso na instituição.

A verificação dos dados permitiu investigar de forma mais profunda a realidade concreta, no que se refere aos desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB *Campus* Gama. Assim, a pesquisa buscou, através de amostra, dispondo da lente que permitiu olhar a realidade concreta, partindo da análise documental, dos editais, da legislação correlata e dos instrumentos de coleta de dados (questionário e entrevista), considerando o recorte temporal, de modo a permitir leituras sobre o processo seletivo, as vagas ociosas e a visão dos servidores que lidam com esse processo sem perder de vista o que representa a totalidade.

5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Com os resultados do levantamento junto aos atores das comissões de processo seletivo do *Campus* Gama e com os dados e informações obtidos pela pesquisa documental e bibliográfica, foi elaborado um Produto Educacional (PE), voltado para tentar contribuir com as principais dificuldades e desafios percebidos no processo seletivo.

O produto educacional é uma proposta que permite a reflexão acerca das relações estabelecidas entre educação e tecnologia. Conforme apresentado no documento da CAPES (2019, p.3),

Há um entendimento na Área que a Educação não é suficiente para enfrentar os principais problemas do país, mas sem ela não é possível propor soluções para problemas como desigualdade social, corrupção e as novas questões de cunho ético e social ligado às mídias digitais que cada vez mais permeiam a vida de todos.

De acordo com o documento considerando que todo esforço destinado para a pesquisa e elaboração do produto educacional é válido, porém, não corresponde ao seu esgotamento e a certeza do atendimento das demandas sociais pertinentes. Por conseguinte, o PE, após aprovado, e considerando que o produto educacional poderá favorecer a discussão e reflexão do tema em pauta, o mesmo será disponibilizado para acesso livre no site e repositório digital do Instituto Federal de Brasília (IFB) e na Plataforma EDUCAPES, bem como o endereço eletrônico (link) estará disponível para ser acessado no sítio do Programa do Mestrado, conforme orienta o documento da Área de Ensino da CAPES.

O produto educacional desta pesquisa consiste na produção de um guia no formato de vídeo de forma a ampliar e divulgar a orientação do processo seletivo do curso técnico integrado PROEJA para estudantes e apoio aos servidores.

De posse de conceitos, e considerando as discussões acumuladas, propõe-se um PE que pode ser enquadrado como uma inovação. Segundo (Rizzatti *et al.*, 2020, p.13) “Inovação – considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original”. Acreditamos que este produto educacional, poderá auxiliar o público alvo perante dificuldades encontradas como a baixa demanda no preenchimento das vagas, no PROEJA, e complexidades dos editais de processo seletivo, como forma de alargar o

acesso ao IFB, complementado as formas já existentes de divulgação e orientação de ingresso no site da instituição.

Assim, entende-se que o guia em formato de vídeo tem o intuito de apresentar os elementos que foram abordados nas etapas metodológicas do estudo em busca de resposta frente ao problema, sobretudo a um dos objetivos específicos da pesquisa: d) implementar uma proposta de produto educacional que amplie e divulgue a forma de ingresso do curso técnico integrado PROEJA do IFB *Campus* Gama.

O guia em formato de vídeo como produto educacional fortalece a prática inclusiva adotada pelo IFB, na tentativa de se compreender e alargar as formas de ingresso, para que mais estudantes egressos da escola pública possam estudar nessa instituição. Portanto o PE serve como alternativa, por ser um recurso que se conecta com a linguagem digital e visual, bastante valorizado no tempo atual, facilitando a compreensão para o público de candidatos/estudantes do ensino médio integrado na modalidade PROEJA. O produto educacional permitirá reflexão e atualização para a comunidade acadêmica na tentativa de superar os desafios, tendo em vista as dificuldades apontadas e colhidas por meio dos instrumentos de coleta de dados (entrevista e questionário), como a falta de divulgação, dúvidas dos estudantes quanto a documentação de reserva de vaga, e desinteresse dos candidatos pelo curso, a fim de legitimar melhorias na democratização do acesso.

Apresentamos dados e números valiosos referente ao público do PROEJA nos processos seletivos dentro do recorte temporal estabelecido de 2019 a 2023 (números de ingressantes, matrículas, vagas ociosas, e opinião sobre a forma de processo seletivo no IFB). Considerando todas as realidades/dificuldades e limitações apresentadas pela pesquisa, os relatos ouvidos durante a entrevista e respostas do questionário aplicados ao público de servidores que lida diariamente com o tema, ficou evidenciado que era preciso fazer algo que contemplasse os sujeitos do PROEJA e portanto, abrangendo o ingresso e democratização do acesso. Algo que pudesse contribuir de forma mais efetiva para que estes pudessem participar e possibilitasse mais ingressantes nos processos seletivos - PROEJA ofertado no IFB *Campus* Gama. Deste modo, o produto educacional resultante deste trabalho foi um guia em forma de vídeo informativo intitulado: Guia do processo seletivo - PROEJA do IFB, *Campus* Gama.

Por que um guia do processo seletivo em forma de vídeo como produto educacional?

A referência legal que trata do conhecimento produzido através da pesquisa é o Documento de Área – Ensino da CAPES (2019). Este documento concebe que a pesquisa busca integrar os conhecimentos acadêmicos obtidos na pesquisa em educação com o “ensino para a sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais” (p. 3).

Considerando que quando tratamos de seleção e ingresso ao público de jovens e adultos, é importante destacar que “sem democratizar as oportunidades de ensino e sem implementar medidas de incentivo para que os sujeitos da EJA permaneçam na escola, essa realidade não vai mudar (Gumerato, 2021, p.150). Segundo Vitorette (2014), os sujeitos do PROEJA possuem trajetórias escolares descontínuas, vulnerabilidades das mais diversas formas, a situação de desemprego ou com experiências precárias no mundo do trabalho, ou seja, a realidade da exclusão social.

A produção de vídeo pode ser realizada em três fases: planejamento, gravação do vídeo e divulgação do vídeo Bergmann e Sams (2016). O recurso vídeo é muitas vezes visto como o ingrediente “[...] No entanto, a facilidade com que o vídeo pode ser acessado e visto hoje tornou-o tão onipresente [...]” (Educause, 2012, p. 1).

O termo vídeo pode fazer referência a dois conceitos: vídeo como tecnologia, que diz respeito ao avanço tecnológico e a sua popularização, e vídeo como linguagem audiovisual, que se refere à forma como podemos utilizar essa tecnologia. Para Lisbôa, Bottentuit Junior e Coutinho (2009), o vídeo, além de outros benefícios como um recurso de apoio, é antes de tudo, um meio de comunicação. Neste sentido, o guia do processo seletivo em forma de vídeo tem também como fim comunicar e instruir sobre como ingressar em cursos técnicos gratuitos da EJA de uma instituição pública de ensino.

O professor, José Manuel Moran destacou algumas características do uso pedagógico de vídeos:

Os vídeos facilitam a motivação, o interesse por assuntos novos. Os vídeos são dinâmicos, contam histórias, mostram e impactam. Facilitam o caminho para níveis de compreensão mais complexos, mais abstratos, com menos apoio sensorial [...]. Os vídeos podem ser utilizados em todas as etapas do processo de ensino e aprendizagem [...]. Um bom vídeo é interessantíssimo para introduzir um novo assunto, para despertar a curiosidade, a motivação

para novos temas [...]. Para ilustrar, contar, mostrar, tornar próximos temas complicados. O vídeo pode ajudar a tornar mais próximo um assunto difícil, a ilustrar um tema abstrato, a visibilizar cenários de lugares, eventos, distantes do cotidiano [...]. Vídeo como produção individual ou coletiva [...]. O vídeo também pode ser útil para avaliação, principalmente as que mostram situações complexas, estudos de caso, projetos, sozinho ou com textos relacionados (Moran, 2009, p. 1, 2).

O presente Produto Educacional poderá favorecer intervenções pontuais de forma que contribua para minimizar a baixa demanda no curso PROEJA, bem como as barreiras de acesso. Outro possível benefício esperado desta guia em forma de vídeo do processo seletivo é a ampliação do alcance da comunicação institucional do IFB.

A proposta de desenvolvimento do produto educacional partiu da necessidade de uma ferramenta tecnológica que seja de fácil acesso e com textos curtos e audiovisual, pois a falta do hábito de leitura de editais extensos causa resistência do público-alvo. Trata-se de uma estratégia de ensino e aprendizagem como tentativa de construir um espaço em ambiente audiovisual que permita e informar as possibilidades de ingresso nos cursos técnicos integrado PROEJA do IFB. Com essa ferramenta, espera-se que a comunidade acadêmica tenha subsídios para compreender melhor a atual forma de ingresso e, conseqüentemente, tornar-se mais consciente e mais próxima da instituição educacional.

A construção do guia no formato de vídeo do processo seletivo foi a ferramenta considerada como produto educacional por considerarmos que se constituiu como uma ferramenta viável, visto que o IFB utiliza na sua página, meios de disseminação das informações referentes aos processos seletivos a saber, um manual do candidato em formato digital dos cursos técnicos e um vídeo tutorial do passo a passo de como fazer a inscrição. Assim o presente produto educacional complementa o cenário, logo caso a instituição decida utilizar o produto desenvolvido no ProfEPT, entendemos a real possibilidade de se replicar no site da instituição um guia audiovisual do processo seletivo pela similaridade.

Segundo Bergmann e Sams (2016), nos quesitos planejamento, confecção e divulgação, a produção de um vídeo segue em três fases: 1. Planejamento; 2. Gravação do vídeo. Neste item faremos o acréscimo do uso de recurso computacional; 3. Avaliação e Divulgação.

Para a primeira fase (planejamento), usamos informações do site do IFB, a plataforma de inscrição chamado de Sistema do Processo seletivo (SPS), além do

material institucional instrutivo denominado *Funcionalidades do Sistema de Gestão de Processo Seletivo SGPS-CAIE/PREN/IFB* (IFB, 2023a).

Foram pesquisados outros trabalhos correlatos com vistas a estabelecer paralelo com a literatura referente a cerca da área, Gumerato (2021), Jardim (2023). Acreditamos que as tecnologias digitais contribuem para que a aprendizagem seja mais dinâmica e atraente para aprender, sobretudo, considerando que os sons e as imagens auxiliam na aprendizagem. Os recursos audiovisuais, em especial o vídeo, podem ser utilizados em contextos educativos sob várias perspectivas, necessitando para isso, que os objetivos sejam claros.

Os passos para a construção do Produto Educacional foram os seguintes:

1. Ida ao IFB *Campus* Gama em agosto de 2023 para realização de fotografias e vídeos de pontos estratégicos utilizado a câmera de celular;
2. Pesquisa de ferramentas (software gratuitos de gravação de áudio e vídeo na internet, Powtoon, Audacity);
3. Construção do roteiro com texto, falas e imagens para confecção do vídeo;
4. A gravação das falas com uso de ferramenta computacional e inteligência artificial (IA);
5. Captura de imagens, por meio de gravação de tela do Sistema de Inscrição de Processo Seletivo SPS (acesso por meio do site do IFB <https://processoseletivo.ifb.edu.br/auth/usuarios/entrar>);
6. A junção e edição de imagens e áudio para a gravação do vídeo;
7. Edição e finalização do vídeo instrutivo com alguns cortes estratégicos para potencializar a qualidade do material;
8. Submissão para avaliação do produto educacional pelos servidores de comissão de processo seletivo do *Campus* Gama, podendo se estender aos demais servidores dos campi do IFB.

A idealização e criação foi realizada de maneira autônoma. É importante ressaltar que não se tem a pretensão, aqui, de explanar sobre tecnologias digitais, ferramentas de criação de vídeos ou sistemas, tampouco adentrar nos conhecimentos destes recursos. Dessa forma, a partir de arquivos pessoais do mestrando (vídeo e fotos do campus Gama, o acesso ao site do IFB e a plataforma de inscrição) desenvolveu-se uma versão do roteiro do Produto Educacional por meio de

informações em vídeos explicativos disponíveis em plataformas de criação de vídeo e animações disponíveis gratuitamente na internet.

Os produtos educacionais integrantes de dissertações de mestrado profissional de Gumerato (2021), Jardim (2023), Ambrosini (2019), produzidos no âmbito do ProfEPT, foram bases teóricas e inspiração para a criação do vídeo como produto educacional entre os objetivos e fins deste trabalho por se assemelhar a proposta desta pesquisa para o IFB *Campus* Gama.

O roteiro do vídeo, imagens, fotos e textos foi pensado e construído pelo mestrando, no entanto precisamos do auxílio de um profissional da empresa Methodo Scientifica para realizar a adaptação do Layout, produção e edição da versão final do produto educacional, por uma taxa de trezentos reais (R\$ 300,00).

Após feitos ajustes junto ao orientador, em junho de 2025, o vídeo como produto educacional foi aplicado para ser avaliado pelos sujeitos da pesquisa – servidores que atuam ou atuaram no processo seletivo discente do *Campus* Gama. A estratégia utilizada na avaliação do produto educacional foi o envio de um questionário eletrônico com oito perguntas juntamente com o link do vídeo, disponibilizado por meio do google forms do e-mail institucional do mestrando aos e-mails dos servidores da comissão de processo seletivo.

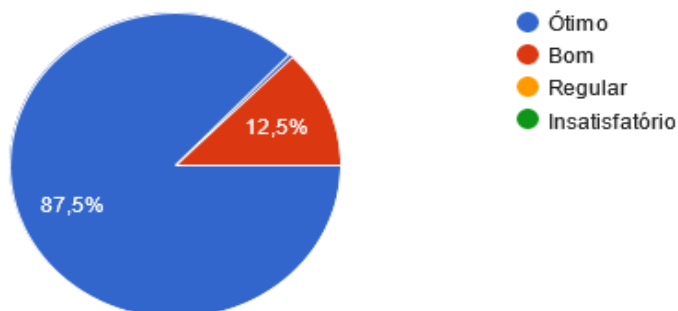
Foram obtidas um total de oito respostas de dez formulários enviados para a avaliação do produto educacional disponibilizado no link https://drive.google.com/file/d/1KdD2PnamD8WBEOoDIC45hxWJTpFMUkPD/view?usp=drive_link, para avaliação, entre os dias 12 a 30 de junho 2025.

Considerando os resultados da pesquisa realizada, o produto educacional integrante deste trabalho visou contribuir com o objetivo de implementar uma proposta de produto educacional que amplie e divulgue a forma de ingresso do curso técnico integrado PROEJA do IFB *Campus* Gama.

Dessa forma, o Produto Educacional foi organizado em forma de um vídeo denominado “Guia do Processo seletivo – PROEJA IFB *Campus* Gama”, como disposto a seguir:

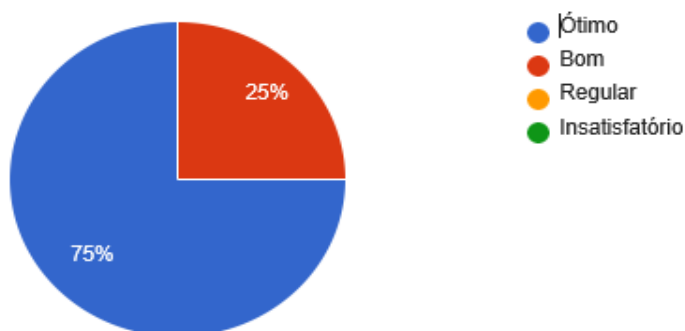
Questionário de Avaliação do Produto Educacional "Guia do processo seletivo - PROEJA do IFB *Campus* Gama".

1. Como você avalia a apresentação/estética (disposição das imagens, narração do vídeo)?



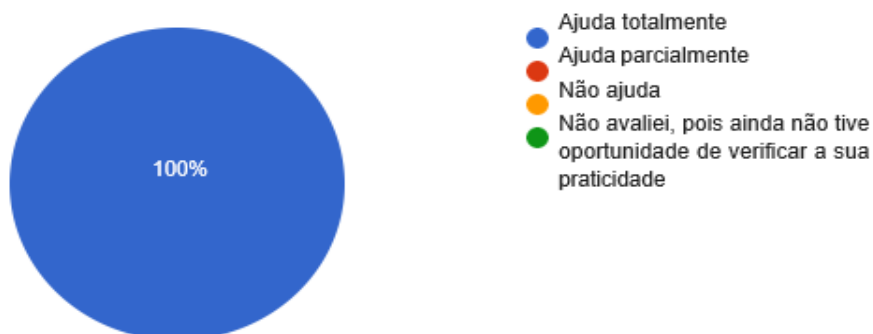
Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2025)

2. Como você avalia a apresentação do personagem/robô (movimentos e vocalizações) apresentados no vídeo?



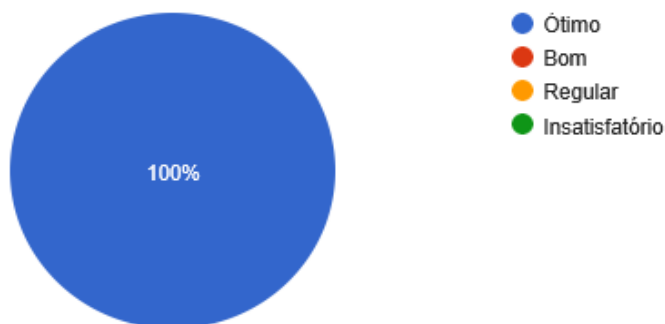
Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2025)

3. Você avalia que este vídeo ajuda a ampliar e a divulgar a forma de ingresso do público de jovens e adultos ao curso técnico integrado em Administração PROEJA do IFB campus Gama?



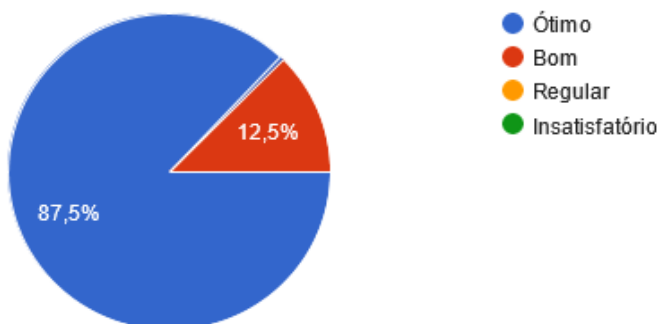
Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2025)

4. Partido do objetivo do guia em forma de vídeo, que era de ampliar e divulgar a forma de ingresso ao curso técnico integrado em Administração PROEJA do IFB Campus Gama, para maior participação no processo seletivo, como você avalia a informação veiculada pelo vídeo?



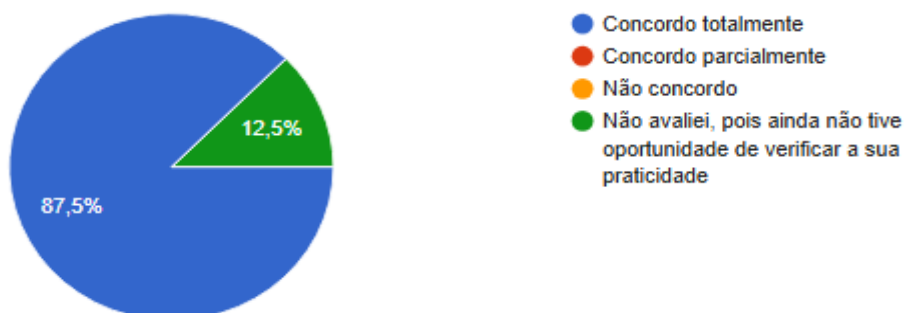
Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2025)

5. A partir do vídeo, como você vê a compreensão dos candidatos com relação à estrutura do processo seletivo do IFB (inscrição, sorteio, cotas e demais regramentos)?



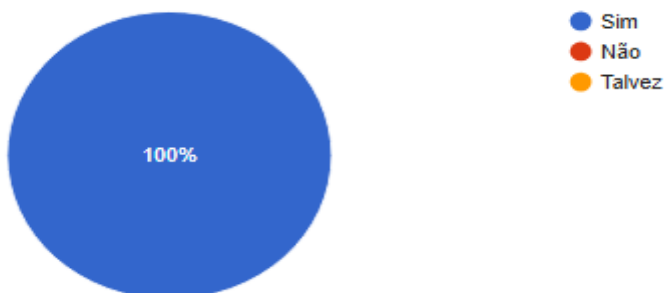
Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2025)

6. Na sua opinião, o guia do processo seletivo PROEJA, IFB campus Gama, trouxe melhorias na comunicação entre Campus Gama e o candidato, ou seja, você acredita que o vídeo contribuiu para uma melhor compreensão dos candidatos sobre como participar do processo seletivo além dos editais?



Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2025)

7. O conteúdo do vídeo abordou os temas principais referentes ao processo seletivo do integrado PROEJA, do IFB campus Gama?



Fonte: Formulário google forms. Org. O autor (2025)

8. Na sua avaliação, quais modificações poderiam ser feitas no vídeo para melhorar a efetivação do objetivo pretendido?

5 respostas

Tornar a apresentação das reservas de vaga mais didática, uma vez que conforme o vídeo são 09 categorias. Assim, contribui para que o candidato entenda a partir de sua realidade qual seria a reserva de vaga que melhor se adequa a sua necessidade.

O vídeo está ótimo e bem completo.

O valor que o governo oferece aos estudantes do PROEJA é um ponto muito atrativo (eles fazem a matrícula perguntando sobre a "bolsa de estudos"). Acredito que você poderá avaliar se seria favorável mencionar isso no vídeo ou não.

Escrever o código que foi falado no local correspondente, após a palestra. Isso ajuda o usuário a fixar a informação e a ação que será necessário executar.

Ficou um pouco longo, tentar deixar mais objetivo.

6 DISCUSSÃO

Com base nos dados obtidos pela avaliação do Produto Educacional (PE) – o vídeo Guia do Processo Seletivo - PROEJA do IFB Campus Gama – e em diálogo com as dissertações de Ambrosini (2019), Jardim (2023) e Gumerato (2021), esta discussão propõe aprofundar as potencialidades pedagógicas e comunicacionais dessa experiência. O foco é analisar como o guia em vídeo se posiciona como uma intervenção inovadora e necessária no enfrentamento das barreiras de acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na modalidade integrada PROEJA.

6.1 ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO: TECNOLOGIA, LINGUAGEM E INCLUSÃO DIGITAL

No Brasil, o acesso à educação técnica e profissional ainda é atravessado por profundas desigualdades sociais e históricas. Como demonstrado por Jardim (2023), a implementação de ações afirmativas étnico-sociais nos processos seletivos dos Institutos Federais surge como resposta às exclusões que afetam, sobretudo, negros, pardos, indígenas e egressos de escolas públicas. A autora reforça que, mesmo diante dos avanços legais, representados pela Lei 12.711/2012, ainda são significativas as dificuldades enfrentadas por candidatos que não compreendem o funcionamento das reservas de vagas ou mesmo desconhecem sua existência.

O vídeo produzido como Produto Educacional (PE) desta pesquisa emerge exatamente nesse contexto: o de enfrentar os desafios comunicacionais, pedagógicos e estruturais que atravessam o ingresso na EJA integrada à EPT. A avaliação do guia, realizada com 10 participantes vinculados ao IFB, revelou dados expressivos que reforçam a relevância desse recurso audiovisual. A apresentação estética do vídeo – incluindo disposição das imagens e narração – foi avaliada como ótima por 87,5% dos participantes e como boa por 12,5%. Em relação à apresentação do personagem/robô, que combina movimentos e vocalizações, a avaliação foi unanimemente positiva, com 100% das respostas classificando-a como ótima.

A totalidade dos respondentes (100%) reconheceu que o vídeo contribui totalmente para divulgar e ampliar a compreensão do público jovem e adulto sobre o processo seletivo do curso técnico integrado em Administração PROEJA do IFB

Campus Gama. Esse dado é reforçado pela avaliação do conteúdo, que também recebeu 100% de aprovação quanto à abordagem dos temas centrais relacionados ao ingresso. No que se refere à clareza sobre o funcionamento do processo seletivo, etapas como inscrição, sorteio e cotas, 87,5% classificaram como ótima a explicação e 12,5% como boa. Ainda, 87,5% dos respondentes concordaram totalmente que o vídeo melhorou a comunicação entre o *Campus* e o candidato, enquanto 12,5% concordaram parcialmente.

Esses dados dialogam diretamente com a dissertação de Ambrosini (2019), cujo estudo aponta que a falta de compreensão sobre o sistema de ingresso é um dos principais fatores que desestimulam a participação de jovens e adultos em processos seletivos. Ambrosini identificou que muitos estudantes não compreendem as regras dos editais, não sabem como utilizar as cotas ou sequer têm clareza sobre o papel do site institucional como fonte oficial de informação. Dessa forma, o autor defende que é preciso ir além da mera divulgação das informações: é preciso orientá-las.

As sugestões qualitativas coletadas com os avaliadores também apontam caminhos importantes. Foi sugerido que a apresentação das nove categorias de reserva de vagas seja mais didática, para facilitar a identificação, por parte do candidato, da categoria que mais se adequa à sua realidade. Houve ainda quem sugerisse considerar a inclusão de informações sobre os auxílios estudantis, como a bolsa oferecida pelo governo, por se tratar de um atrativo relevante para o público da EJA. Outras recomendações incluíram escrever na tela os códigos mencionados durante o vídeo, a fim de fixar melhor as informações, e tentar reduzir a duração do vídeo, tornando-o mais objetivo.

A produção de um guia em vídeo não se justifica apenas por uma escolha estética ou por afinidade com as mídias digitais. Ela se ancora em pressupostos pedagógicos robustos e em dados concretos sobre a forma como os sujeitos da EJA interagem com o conhecimento. Gumerato (2021) destaca que muitos desses sujeitos possuem trajetórias escolares interrompidas, baixa escolarização formal e familiaridade reduzida com textos escritos, especialmente os de caráter normativo, como os editais. Para essa população, a linguagem audiovisual aparece como uma estratégia pedagógica eficaz, pois mobiliza recursos imagéticos, narrativos e sensoriais que facilitam a apreensão do conteúdo.

Autores como Moran (2009) e Lisbôa *et al.* (2009) sustentam que os vídeos têm potencial para contextualizar conteúdos abstratos, facilitar a compreensão de temas

complexos e gerar engajamento cognitivo e afetivo. Assim, o vídeo desenvolvido nesta pesquisa não apenas apresenta informações, mas também se constitui como um meio de mediação pedagógica, favorecendo o protagonismo informacional do candidato. As tecnologias utilizadas, tais como: gravação de tela, animações, inteligência artificial para narração e imagens do próprio *campus* – contribuem para a humanização da mensagem. Isso dialoga com a proposta de Rizzatti *et al.* (2020), que compreendem a inovação em educação como a capacidade de ressignificar práticas já existentes com intencionalidade pedagógica, atendendo às demandas sociais concretas.

Diante disso, observa-se que o uso de recursos audiovisuais no contexto educacional não apenas responde a uma necessidade comunicacional, mas também representa um gesto político-pedagógico de aproximação com os sujeitos da EJA, historicamente marcados por trajetórias de exclusão. Ao reconhecer esses sujeitos como protagonistas de suas histórias e produtores de conhecimento, o vídeo guia assume um papel de mediação cultural, conectando linguagem institucional a vivências populares. Essa compreensão nos conduz, assim, à reflexão sobre as barreiras históricas e as resistências atuais enfrentadas por esses sujeitos, destacando a urgência de escutá-los e de desenvolver práticas que, de fato, dialoguem com suas realidades sociais, econômicas e educativas.

6.2 BARREIRAS HISTÓRICAS E RESISTÊNCIAS ATUAIS: A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO CULTURAL E DA ESCUTA DOS SUJEITOS

Os desafios comunicacionais enfrentados pelo público da EJA estão profundamente enraizados em estruturas históricas de exclusão. Jardim (2023) demonstra que, embora o IFB possua mecanismos de reserva de vagas, a efetiva inclusão dos sujeitos cotistas ainda esbarra na complexidade dos editais, na linguagem técnica e na ausência de campanhas educativas voltadas para o entendimento das ações afirmativas. Gumerato (2021) contribui para essa discussão ao evidenciar que, nos processos seletivos da EJA no IFG, muitos candidatos se inscrevem no processo seletivo, mas acabam não comparecendo nas demais etapas estabelecidas. Os índices de abstenção superam 78%, o que aponta para um fenômeno mais estrutural: o distanciamento entre as instituições e o público que elas pretendem atender. A autora propõe que as instituições precisam reconhecer os

sujeitos da EJA como cidadãos de direitos, demandando comunicação acessível, acolhimento institucional e políticas de permanência efetivas.

Nesse sentido, o PE em vídeo atua como uma ponte entre o direito formal (garantia de vagas) e o direito efetivo (possibilidade concreta de ingresso). O vídeo se apresenta como um recurso que permite ao candidato se reconhecer no processo, compreender suas etapas e se perceber como parte de um projeto educacional inclusivo. Esse papel de mediação cultural foi corroborado pelas respostas do questionário aplicado com 10 participantes servidores do IFB campus Gama que lidam diariamente com o processo seletivo e com este público. A totalidade deles avaliou que o vídeo “ajuda totalmente” na divulgação e compreensão da forma de ingresso no curso técnico PROEJA. Ainda, 87,5% acreditam que o vídeo contribuiu para uma melhor compreensão dos candidatos sobre como participar do processo seletivo, validando seu potencial como instrumento de aproximação institucional.

Ambrosini (2019), ao discutir a construção de um guia de acesso para o IFRS, propõe que a orientação aos candidatos precisa ultrapassar a lógica informativa. Para ele, o guia é um instrumento de mediação cultural entre a instituição e os sujeitos populares. Essa concepção encontra ressonância nos dados desta pesquisa, especialmente quando os avaliadores do vídeo destacam a necessidade de “mostrar” e “traduzir” conceitos como “reserva de vagas”, “cotas” e auxílios, como “bolsas de estudos”. Entre as sugestões de aprimoramento, destacam-se a apresentação mais didática das categorias de reserva de vaga – atualmente nove – e a escrita, na tela, de códigos mencionados oralmente, que tem função de desbloquear a inscrição, para reforçar a fixação da informação.

Além disso, uma das contribuições qualitativas apontou que a menção a auxílios estudantis, como a bolsa ofertada aos estudantes, poderia despertar maior interesse por parte do público da EJA, que muitas vezes desconhece esses direitos. Também foi sugerida uma maior objetividade no vídeo, o que indica a importância de equilibrar clareza informativa e concisão narrativa. Tais observações reforçam a necessidade de escuta ativa dos sujeitos envolvidos nos processos seletivos, reafirmando a premissa metodológica de Minayo (2002), para quem a pesquisa qualitativa deve compreender os sentidos atribuídos às experiências sociais, e não apenas descrever dados.

Dessa forma, o vídeo elaborado como Produto Educacional transcende sua função informativa e assume um caráter dialógico, ao refletir as vozes, dúvidas e

sugestões daqueles que vivenciam cotidianamente os desafios do processo seletivo. Essa escuta qualificada permite que o material produzido seja não apenas contextualizado, mas significativo para o público a que se destina. A partir dessa experiência concreta de mediação e construção coletiva, emerge a possibilidade de pensar o guia em vídeo não como uma solução pontual, mas como uma proposta replicável e adaptável a outros contextos institucionais, potencializando sua contribuição para a democratização do acesso nos Institutos Federais.

6.3 CONTRIBUIÇÕES E POSSIBILIDADES DE REPLICAÇÃO

Ambrosini (2019), Gumerato (2021) e Jardim (2023) demonstram, em suas dissertações, que os desafios de acesso e comunicação nos processos seletivos dos cursos técnicos integrados a EPT, inclusive a EJA, são compartilhados em diferentes realidades institucionais. Nesse sentido, os dados empíricos desta pesquisa, resultantes da aplicação do questionário avaliativo sobre o vídeo-guia, apontam caminhos concretos para a superação dessas barreiras. A expressiva taxa de aprovação do vídeo quanto à estética (87,5% ótimo), clareza das informações (87,5% ótimo), e compreensão do processo seletivo como um todo (100% de aprovação), evidenciam que recursos audiovisuais podem ser ferramentas eficazes para tornar o acesso mais equitativo e compreensível.

Recomenda-se, assim, que os Institutos Federais adotem, em suas estratégias de comunicação institucional, recursos audiovisuais que dialoguem com o público da EJA. Mais do que isso, que esses recursos sejam construídos a partir da escuta e da participação ativa dos sujeitos envolvidos. As sugestões recebidas – como a inclusão de informações sobre bolsas, maior objetividade e didatização das cotas – reforçam que a participação dos usuários não apenas qualifica o conteúdo, mas legitima o processo educativo como coletivo e contínuo.

A democratização do acesso à educação profissional não é apenas uma questão de oferta de vagas. Trata-se de um compromisso com a justiça social, com a inclusão efetiva e com o reconhecimento dos sujeitos histórica e estruturalmente excluídos. A experiência relatada neste trabalho, por meio da construção de um guia em vídeo, demonstra que é possível aproximar instituições e candidatos a partir de uma comunicação sensível, acessível e tecnicamente qualificada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo seletivo discente por sorteio eletrônico no IFB é uma prática que visa democratizar o acesso à educação pública, portanto, uma forma de seleção que busca garantir igualdade de oportunidades a todos os candidatos, independentemente de sua condição socioeconômica ou histórico-acadêmico. Esta política institucional visa ações de caráter inclusivo conforme estabelecido em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos editais de seleção, mantendo as reservas de vagas legais 10% a mais do estabelecido na Lei de Cotas nº 12.711/2012.

O sorteio é a forma de seleção empreendida nos 10 campi do IFB, desde o ano 2010, pois esse modelo compreende uma política inclusiva e democrática, dado corroborado pelos documentos oficiais e pela impressão dos servidores da comissão de seleção do *Campus Gama*.

A investigação nos levou a resgatar a opinião dos candidatos que participaram do processo seletivo em determinado período para quantificarmos e entendermos qual deveria ser a forma de ingresso nos cursos do IFB. Na visão deste público 37,9%, maior percentual entre as demais, opinaram pelo sorteio como forma escolhida para ingresso nos cursos técnicos do IFB *Campus Gama* no período consultado (2019 a 2023). A forma de ingresso por meio de prova correspondeu a 24%, sendo a segunda mais votada pelos candidatos, mostrando que a meritocracia é ainda bastante enraizada na sociedade, ademais esse critério é o mais usado nos processos seletivos da rede federal.

Apesar do acesso pelo sistema democrático sorteio, paradoxalmente constatou-se no IFB *Campus Gama* a queda no número de inscritos e dificuldades no preenchimento das vagas no curso modalidade PROEJA nos últimos cinco anos (2019 a 2023).

No cenário nacional o modelo do sorteio e a chamada pública não representavam mais do que 5% dos tipos de processo seletivo adotados na rede federal. A bibliografia sugere que a forma do sorteio, apresenta baixa adesão por significativa parte das direções dos Institutos Federais, parecendo corresponder a uma dimensão menos visível do iceberg dos processos de ingresso, o que muitas vezes oculta a importância estratégica destes processos. Contudo, Coutinho e Melo (2011) alertam que nenhum dos modelos, ou seja, provas e o sorteio, são garantia de inclusão de estudantes de escola pública. Sugere-se ações de caráter inclusivo tais

como: Fortalecimento de políticas de inclusão ampliando as ações afirmativas de suporte a estudantes de grupos minoritários para garantir um ambiente inclusivo.

Para os servidores das comissões diretamente envolvidos no IFB *Campus* Gama, existe a necessidade urgente de um sistema mais integrado para otimizar os trabalhos das comissões de processo seletivo, apontando que a condução dos trabalhos por coordenação em vez de comissão traria melhoramentos e novas perspectivas. A comunicação do IFB com os candidatos sobre o processo seletivo ainda precisa ser aprimorada e recursos como vídeos tutoriais, guia e manual são vistos como estratégias para divulgação.

Espera-se que este estudo contribua com a gestão do processo de ingresso dos cursos técnicos e poderá favorecer intervenções pontuais que se façam necessárias, nos campos organizacional e social no âmbito das unidades do IFB e da Rede Federal. Outras questões relacionadas que podem ensejar novas pesquisas são as seguintes: Quais as causas da diminuição do interesse dos candidatos para o ingresso, na modalidade PROEJA, no IFB *Campus* Gama? Por que a forma de ingresso pelo sorteio ainda é tímida no âmbito dos institutos federais?

Nesse sentido, o presente estudo, mais do que procurar compreender a política do sorteio, mostrou o caminho e as comparações, dos modelos de seleção discente aplicados nos institutos federais, e também buscou-se resgatar um breve histórico da origem e análise do sorteio como forma de seleção e prática inclusiva adotada pelo IFB, na tentativa de se compreender e alargar as formas de ingresso, para que mais estudantes egressos da escola pública, possa estudar nessa instituição. Finalmente os dados desse estudo servem como alternativa de reflexão e atualização acadêmica aos servidores para superar as barreiras e desafios encontrados na atuação de seleção, a fim de legitimar melhorias na democratização do acesso.

Não existem, até onde se pode verificar, estudos descritivos, completos e atualizados sobre os processos seletivos discentes no IFB e no âmbito da Rede Federal. Silva e Borges (2019), Martins e Costa (2021), Coutinho e Melo (2011) tratam a discussão especificando os tipos de processo de admissão em algumas instituições da rede, dedicando apontamentos históricos valiosos, às modificações estruturais dos processos seletivos realizados nos IFs na última década, e adoção de mecanismos que visam à inclusão de estudantes oriundos de escolas pública. Ambrosini (2019), Castro (2022), tratam-na de modo geral a democratização do acesso, apontando as complexidades dos editais e análise crítica dos modelos mais empreendidos nos

institutos. Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005) defendem a concepção da oferta da EPT focada no processo de formação humana integral, concebendo como centralidade o indivíduo e seu coletivo. Pacheco (2011; 2015, 2021), articulador político na criação dos IFs, pela Lei nº 11.892/2008, representam a nova expressão da Educação Profissional e Tecnológica brasileira, além da expansão da rede federal, aponta que a forma de seleção por sorteio é adequada para proporcionar à camada mais vulnerável da população maior acesso a rede federal de ensino.

A partir da vivência como membro de comissão de processo seletivo desde seu ingresso no IFB o pesquisador pode observar, a partir de 2019 o problema da baixa demanda para o preenchimento das vagas do curso integrado PROEJA, e as implicações dos trabalhos envolvidos. A base consiste no aporte teórico descrito encontrado em dissertações de mestrado profissional, artigos, aliado à análise de documentos institucionais (PDI, PPI, editais, sites e plataformas institucionais), e ouvidos as vozes dos atores que circundam o tema. Assim o esforço inicial desse trabalho despertou para investigar os desafios e perspectivas do processo seletivo no âmbito do IFB *Campus* Gama, por meio do qual seus resultados podem estabelecer bases para futuras políticas públicas de oferta e melhor ocupação efetiva das vagas para a modalidade dos cursos técnicos do IFB e da Rede Federal.

Foi possível identificar na literatura científica possíveis causas para a baixa procura pelos cursos PROEJA, entre as apontadas por Gumerato (2021); Ambrosini (2019), nos cursos técnicos relacionadas aos processos seletivos, dentre elas: editais pouco acessíveis; dificuldades e dúvidas dos estudantes na extensa documentação de reserva de vagas.

A descrição e análise das categorias apresentadas nos quadros e tabelas referente ao processo de inscrição, vagas não preenchidas, ingressantes, concluintes e matrículas, adotado no processo seletivo de 2019 a 2023 apontou com rara exceção, frequente sobra de vagas. Se por um lado a análise do histórico dos números de inscritos e matriculados permitiu verificar que o interesse pelos cursos técnicos, inclusive o PROEJA diminuiu nos últimos anos, no entanto, em todos os processos seletivos analisados, o número de inscritos foi maior do que o número de vagas, porém com tendência decrescente a cada ano, o que vemos como algo preocupante que a pouca procura da comunidade por um meio tão essencial de oportunidade de escolarização e qualificação no ensino público e gratuito.

Na visão de parte dos servidores da comissão de seleção (60%), a baixa demanda do PROEJA decorre do baixo interesse pelo curso e dificuldades financeiras e desemprego. 40% apontaram como causa a complexidade do processo seletivo. Outros fatores ainda desconhecidos somaram 20%. A seleção por sorteio pontuou (0%). Destaca-se que o sorteio não foi apontado por nenhum servidor(a) como causa da baixa demanda, portanto inferimos que essa forma de seleção não é causa do não preenchimento das vagas no curso PROEJA do IFB campus Gama. Nesse sentido os achados de Jardim (2023, p.60), apontaram também que o sorteio como forma de ingresso aos cursos técnicos no âmbito do IFB não é um fator na perda de ingressantes.

Devido a frequente sobra de vagas (não preenchidas durante as chamadas regulares), torna-se necessário o IFB *Campus* Gama lançar vários editais de vagas remanescentes no período verificado, e apesar desses esforços do *Campus*, dificilmente todas as vagas foram ocupadas no curso Integrado em Administração PROEJA no período dos processos seletivos verificados.

O referencial teórico apontou ainda que não há consenso sobre uma única forma de seleção para os cursos técnicos dos IFs. Alguns defendem a forma combinada ou mista de seleção conforme os objetivos da instituição (Martins; Costa, 2021). No âmbito do IFB não encontramos documentos ou estudos que apontem para outra forma de ingresso estudantil. Portanto, não se aventa o planejamento para mudanças nos sistemas de ingresso para os cursos técnicos, sendo o sorteio o mais indicado e tem sido aplicado por mais de dez anos. O principal aspecto positivo dessa forma de seleção é a democratização do acesso, permitindo que candidatos de diferentes origens tenham igualdade de oportunidades.

A proposta do Produto Educacional (PE) resultante desta pesquisa pode ampliar o alcance da comunicação institucional do IFB. Assim, o Guia do processo seletivo Proeja do IFB campus Gama em forma de vídeo foi avaliado pelos servidores da área de seleção do campus, uma vez que lidam e conhecem o público de jovens e adultos que participam do processo seletivo. Além disso, o vídeo se disponibilizado para visualização no site da instituição serve como alternativa viável por ser um recurso que se conecta com a linguagem digital e visual, bastante valorizado no tempo atual, facilitando a compreensão para o público de candidatos/estudantes do ensino médio integrado na modalidade PROEJA que tem dificuldade com a leitura dos editais.

É importante destacar que o vídeo está longe de resolver o problema da baixa demanda no preenchimento das vagas do PROEJA, mas intenta-se estimular para mudanças de práticas institucionais para além da divulgação dos editais, para se aprimorar os processos de orientação e conscientização, mostrando, ainda que de forma resumida, o passo a passo do processo de inscrição, a seleção por sorteio, o sistema de cotas e características do curso, perfil profissional e características do *campus*.

O produto educacional permitirá reflexão e atualização para a comunidade acadêmica na tentativa de superar os desafios, tendo em vista as dificuldades apontadas pelos atores da comissão de seleção do *Campus* Gama, como a falta de mais formas de divulgação, dúvidas dos estudantes quanto à documentação de reserva de vaga, complexidade do processo seletivo e desinteresse dos candidatos por questões ainda desconhecidas. Espera-se que o candidato/estudante e servidores tenham subsídios para compreender melhor a atual forma de ingresso e conseqüentemente tornar a comunidade acadêmica mais consciente a respeito da instituição.

Estão postos os desafios, as perspectivas e as sugestões. Se espera que a forma de seleção aplicada no IFB campus Gama proporcione um maior número de ingresso de estudantes da escola pública e da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Senado aprova atualização da lei de cotas**. Senado Notícias, 2023. Disponível em [:https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/24/senado-aprova-atualizacao-da-lei-de-cotas?_gl=1*1nb0p92*_ga*MTE0NzE5OTI4OC4xNjk4MTUwODE4*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5ODY3Mjg3MC4yLjEuMTY5ODY3NDg1OC4wLjAuMA..](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/24/senado-aprova-atualizacao-da-lei-de-cotas?_gl=1*1nb0p92*_ga*MTE0NzE5OTI4OC4xNjk4MTUwODE4*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5ODY3Mjg3MC4yLjEuMTY5ODY3NDg1OC4wLjAuMA..) Acesso em 30 out 2023.

AGUIAR, Luiz Edmundo Vargas. PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como Política Pública. In: ANJOS, Maylta Brandão. RÔSAS, Giselle. (Orgs.) **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: IFRN, 2017, 188p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1510/SE%CC%81RIE%20REFLEXO%CC%83ES%20NA%20EDUCAC%CC%A7A%CC%83O.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: jun. de 2023.

AMBROSINI, Tiago Felipe. **Guia de Acesso Estude no IFRS BG: estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS Campus Bento Gonçalves**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Porto Alegre. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/192?show=full>. Acesso em: 13 de out. de 2023.

AMBROSINI, Tiago Felipe.; ESCOTT, Clarice Monteiro. O desafio da democratização: o desenvolvimento de uma Guia de Acesso como estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS *Campus* Bento Gonçalves. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, 4(1), 44-70, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.36524/profept.v4i1.485>. Acesso em: 25 de set. de 2023.

ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. São Paulo, 1997.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 Ago. 2023

BRASIL. Presidência da República. Decreto no 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2 o do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htmimpressa.htm. Acesso em:

5 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº. 200**, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 24 de nov. de 2023.

BRASIL. **Lei 11.892/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.840**, de 13/07/2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm. Acesso em: 17 de out. de 2023.

BRASIL. **Controladoria Geral da União**. Relatório de Auditoria Anual de Contas. Relatório de nº 201700867. Unidade Auditada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Brasília. Exercício: 2016. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3458/Relatorio%20de%20Auditoria%20-%20CGU.pdf>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

BRASIL. **Lei 14.723**, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 30 de nov. de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDBEN. 9394/1996. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/alunos/leis/lei_diretrizes_bases.htm. Acesso em: 2 de ago. de 2023.

BRASIL. **Lei nº12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 05 de set. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 7 de jul. de 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: jul. de 2023.

BRASIL. **Portaria normativa nº 4**, de 6 de abril de 2018. Regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros, para fins de preenchimento das vagas reservadas nos concursos públicos federais, nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9714349/d01-2018-04-10-portaria-normativa-n-4-de-6-de-abril-de-2018-9714345. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 25 de out. de 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.384**, de 2020. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/159365>. Acesso em: 30 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei 14.723**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 30 de nov. de 2023.

BRASIL. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 19 de abr. de 2024.

BRASIL. **Recomendação nº 41**, de 9 de agosto de 2016 p.3 Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Normas/Recomendacoes/RECOMENDAO_41.pdf. Acesso em: 25 de ago. de 2023.

BRASIL. **Ações afirmativas (cotas) para o processo seletivo 25/2**. 2025. Disponível em: https://ifb.edu.br/attachments/article/25903/PS2021_infoVagas_V3.pdf. Acesso em: 04 de jun. de 2025.

CASTRO, Fábio Oliveira de. **Processo Seletivo de Ingresso no Ensino Médio Integrado do Instituto Federal de São Paulo: análise crítica de dois modelos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2022, 164 f. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSP_348e8d463ea8028d1512222df2386d45. Acesso em: 20 de abr. de 2023.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ministério da Educação. **Documento de área de ensino**, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em 05 out. 2023.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Revista Trabalho Necessário**. n. 3, v. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 05 de out. de 2023.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). **Distrito Federal em Síntese-Informações Socioeconômicas e Geográficas**. Ed. 2012. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/S%C3%ADntese-delInforma%C3%A7%C3%B5es-Socioecon%C3%B4micas-e-Geogr%C3%A1ficas-2012.pdf>. Acesso em: 28 de out. de 2024.

CONCIANI, Wilson. Apresentação: um passado vestido de futuro: Fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. In: **IFB Um passado vestido de futuro: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Editora IFB, 2012.

COSTA, Zora Yonara Torres. **Educação profissional, permanência estudantil e desigualdades raciais e de gênero: o IFB-Gama**. Tese (Doutorado em Política Social) Brasília: Universidade de Brasília, 2022, 178 f. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43614>. Acesso em: 27 de out. de 2023.

COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda; MELO, Frederico Luiz Barbosa de. Inovações socioeducacionais e os processos seletivos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação & Tecnologia**, 15(3). 2011. Disponível em: <https://seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/278/279>. Acesso em: 5 de out. de 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EDUCAUSE. **Things you should know about flipped classrooms**, 2012. Disponível em: <http://net.educause.edu/ir/library/pdf/eli7081.pdf>. Acesso em: 13 de out. de 2023.

ENCICLOPÉDIA. Significado. **Esquerda: o que é, o que defende e partidos**, 2023. Disponível em: <https://www.significados.com.br/esquerda/> acesso em 24 de nov. de 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica (EPT) com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: jul. de 2023.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GAIA, Elizabeth Silva. **Elaboração do manual de orientações do processo seletivo para ingresso inicial nos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu)**. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2017, 118 f. Disponível em: https://btdt.ibict.br/vufind/Record/UFTM_3c85dcf60341d1dc514fea9e6bbcf582. Acesso: 4 de mai. de 2023.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. “O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”. In: **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000. Disponível em: https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/sandra_garcia_gense_form_profis.pdf. Acesso em: 30 jul. de 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 31 de out. de 2023.

GUMERATO, Ana Cecília dos Santos. **Limites e desafios para os candidatos da EJA no IFG: o não comparecimento e as dificuldades para a efetiva participação no processo seletivo**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Anápolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifg.edu.br/handle/prefix/1104?mode=simple>. Acesso em: 04 out. de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Um passado vestido de futuro: Fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: Editora IFB, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023**. Setembro de 2021. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/institucional/pdi/28416-pdi-2019-2023-do-ifb-e-atualizado>. Acesso em: 28 de jul. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Instruções das funcionalidades de realização do sorteio eletrônico no Sistema de Gestão de Processo Seletivo - SGPS/CAIE/PREN/REITORIA**, 2023a. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/0/?tab=rm&ogbl#search/sgps+cursos/KtbxLxGcFWfqdtvXmXRvBJRSsXVDQwgpNB?projector=1&messagePartId=0.3>. Acesso em: 5 de mai. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Portaria nº 6/2021** - RIFB/IFB, de 31 de março de 2021. Regulamenta as ações relacionadas ao heteroidentificação complementar à autodeclaração de candidatos pretos e pardos (negros) e à comprovação documental da autodeclaração de candidatos indígenas às reservas de vagas destinadas a pretos e pardos (negros) ou indígenas. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/3285/Portaria%206-2021-RIFB-IFB.pdf>. Acesso em: 28 de ago. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **IFB Campus Gama oferta 40 de Vagas no Curso Técnico em Administração**. Setembro de 2022. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/gama/31982-ifb-Campus-gama-oferta-40-vagas-remanescentes-do-curso-tecnico-em-administracao-PROEJA>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Edital 5/2023** - RIFB/IFBRASILIA. Processo Seletivo dos Cursos Técnicos do IFB. Seleção 2023/2. 2023c. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/estude-no-ifb/noticias/34148-selecao-unificada-cursos-tecnicos-2023-2>. Acesso em: 15 de mai. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Edital 1/2021**-RIFB/IFBRASILIA. Processo seletivo por meio de sorteio eletrônico dos Cursos Técnicos do IFB, Seleção 2021/1. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/article/25859/Edital%201_2021%20-%20RIFB_IFB%20-SELE%C3%87%C3%83O%202021_1%20-%20Processo%20Seletivo%20por%20meio%20de%20Sorteio%20Eletr%C3%B4nico%20dos%20Cursos%20T%C3%A9cnicos%20do%20IFB.pdf. Acesso em: 18 de jul. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Brasília**, Fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.ifb.edu.br/institucional/26069-regimento-geral-do-ifb>. Acesso: 10 de jul. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Resolução nº 1. 2022** - CS-RIFB-IFBRASILIA - Aprova as diretrizes gerais para o retorno integral às Atividades Presenciais do IFB e dá outras providências. 2022. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/29620/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%201.2022%20-%20CS-RIFB-IFBRASILIA%20-%20Aprova%20as%20diretrizes%20gerais%20para%20o%20retorno%20integral%20%C3%A0s%20Atividades%20Presenciais%20do%20IFB%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias..pdf>. Acesso em: 07 de fev. de 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Formas de ingresso**. 2023b. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/estude-no-ifb/processo-seletivo>. Acesso em: 10 de jul. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Projeto Pedagógico Institucional**. (PPI) Outubro de 2017. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/16333/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20Institucional%20-%20Alterado.pdf>. Acesso em: 22 de jul. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Plano de Curso do Técnico de Nível Médio em Administração Integrado ao Ensino Médio na modalidade PROEJA**. Campus Gama, Gama DF, 2016. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/article/5913/PLANO%20DE%20CURSO%20PROEJA%20ADM%20ATUALIZADO.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Projeto Político Pedagógico (PPP)** Gama, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/10eyR_VZd5aKQOsfvtwXwzRuOtSLQjIA/edit. Acesso em: 25 de jul. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Edital nº 177/ RIFB**, de 01 de novembro de 2013. Seleção 2014/1 Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos–PROEJA. Disponível em: https://www.ifb.edu.br/attachments/5834_Edital_177_PROEJA_2014_1_EDI%C3%87%C3%83O_RETIFICADO.pdf. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **IFB em números**. Disponível em: <http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>. Acesso em: 12 de ago. de 2023

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **SGPS - Sistema de Gerenciamento do Processo Seletivo IFB**, 2024. Sistema de Processo de inscrição e seleção por meio de sorteio dos inscritos para ingresso nos cursos do IFB PREN/DRDE. Disponível em: <http://sgps.ifb.local/u/usuarios/entrar>. Acesso em: 19 de dez. de 2024.

JARDIM, Roberta Bellillo. **As políticas de ações afirmativas étnico sociais aplicadas no processo seletivo do IFB**. 138 fl. Brasília, 2023. Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdtcbra.omeka.net/items/show/914>. Acesso em 10 de jun. de 2024.

JARDIM, Roberta Bellillo. Ações afirmativas aplicadas no processo seletivo do IFB. In: SILVA, Marley Garcia; SOUZA, Leandro Nunes (Orgs.) **Caderno de Resumos, XI Semana de Produção Científica**. Editora IFB, 2022. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/117>. Acesso em: 22 de jun. de 2023.

LISBÔA, Eliana Santana; BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Pereira. O contributo do vídeo na educação online. In: **X Congresso Internacional galego-português de Psicopedagogia**, 2009, Universidade do Minho, Braga. 98 Actas. [S.l], 2009, p. 5858-5868. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9593/1/ContributoVideo.pdf>. Acesso em: 20 de out. de 2023.

MARTINS, Alex. Lara; COSTA, Alfredo. **Formas de ingresso nos cursos técnicos de nível médio da Rede Federal de Ensino**. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 32, e08516, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v32.8516>. Acesso: 2 de ago. de 2023.

MIGUEL, Juliana Danielly Rezende; SILVA, Diego Tadeu; LOPES, Michel Martins. Painel de assuntos estudantis: desafios da permanência e da evasão escolar no IFMS. In: **ANAIS-Seminário de Educação Profissional e Tecnológica**-Instituto Federal de

Brasília IFB, 18 e 19 de outubro de 2022. página 75. Disponível em: <http://revistaexio.ifb.edu.br/index.php/editoraifb/issue/view/170>. Acesso em: 17 de mai. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica.** 2009 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: jul. de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Quem é Nilo Peçanha.** 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp/copy_of_historico. Acesso em: 26 de jun. de 2023.

CAPES Ministério da Educação. **Documento de área de ensino,** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ENSINO.pdf>. Acesso em: 05 de out. de 2023.

CAPES Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos-PROEJA,** 2025. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/PROEJA>. Acesso em: 14 de fev. de 2025.

CAPES Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha.** 2024. Disponível em: PNP - Plataforma Nilo Peçanha - Ministério da Educação. Acesso em: 03 de fev. de 2024.

CAPES Ministério da Educação. **Lula anuncia criação de 100 novos Institutos Federais.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>. Acesso: 25 de nov. de 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Boletim Epidemiológico nº 147** - Boletim COE Coronavírus Semanas Epidemiológicas 1 a 4 - 1/1/2023 a 28/1/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2023/boletim-epidemiologico-no-147-boletim-coe-coronavirus/view>. Acesso em: 07 de fev. de 2025.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 21^a Ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 02 de out. de 2023.

MORAN, José Manuel. **Vídeos são instrumentos de comunicação e de produção.** 2009. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/site/textos/educacao_online/contrib.pdf. Acesso em: 13 de out. de 2023.

MORAES, Gustavo Henrique. **Identidade de Escola Técnica vs Vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais.** Tese (Doutorado em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016, 356f. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21409>. Acesso em: 12 de jul. de 2023.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração**, 2007. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt09-3317-int.pdf>: Acesso em: 13 de out. de 2023.

OLIVEIRA, Adriana Rivoire Menelli de. ESCOTT, Clarice Monteiro. **Políticas públicas e o ensino profissional no Brasil**. Artigo, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Dhw8XcVVqzwRGnt5mLXHQVG/?lang=pt>. Acesso em: 28 mai. de 2023.

PACHECO, Eliezer; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Revista Linhas Críticas**. vol. 16, n. 30. Brasília: UnB, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568>. Acesso em: 2 de jun. de 2023.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015. 67 p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de jun. de 2023.

PACHECO, Eliezer. **A originalidade da proposta político-pedagógica dos IFs-IFPR Campus Paranaguá**. 2021. 1 vídeo (52 min). Publicado pelo canal IFPR Campus Paranaguá. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m2ogLipwZOg>. Acesso em: 10 de dez. de 2023.

PACHECO, Eliezer. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**, 2011. Brasília: Editora Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer. **Os IFETS e o projeto nacional**, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_ifets_eliezer.pdf. Acesso em: 24 de set. 2023.

PACHECO, Eliezer. Prefácio: Institutos Federais: um futuro em aberto. In: SOUZA, Eda Castro. Lucas; CASTIONI, Remi. **Institutos Federais: os desafios a institucionalização**. Brasília: EDU-UNB, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39920>. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

PAIXÃO, Marcia Valéria. Etnografia como orientação teórica e metodológica na EPT 2022. In: **A Metodologia da Pesquisa em EPT**. Brasília: Editora Nova Paideia, 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. Coleção Formação Pedagógica Volume V, IFPR-EAD Curitiba, 2014.

RIZZATTI, Ivanise. Maria.; et al. **Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de**

colaboradores. ACTIO, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 7 de out. de 2023.

RODRIGUES, Rodrigo Soares Guimarães. **Orientação de mestrado**, Sala virtual Google, 2023. Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT/ IFB *Campus* Brasília, 13 de out. de 2023.

SANDER, Isabella. Apesar de vagas ociosas, universidades e institutos federais do RS não planejam mudar formas de ingresso no Ensino Superior. **GZH Educação**, 2023. Disponível em: com.br/educacao/noticia/2023/04/apesar-de-vagas-ociosas-universidades-e-institutos-federais-do-rs-nao-planejam-mudar-formas-de-ingresso-no-ensino-superior-clgl8ljp005h015m50oy8y7t.html: Acesso em: 18 de mai. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez, 1977.

SILVA, Jeremias Rodrigues da; BORGES, Livia Freitas Fonseca. Políticas de acesso nos processos seletivos da Rede de Educação profissional no Brasil: Uma análise de desempenho. **Revista Ciências Humanas**, 2019, Vol. 12 (3) Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2019.v12.n2.a538>. Acesso: 18 de mai. de 2023.

SILVA, Thiago de Faria; BARBOSA, Xênia de Castro. Reflexões sobre as memórias da EPT: apontamentos teóricos-metodológicos e panorama das pesquisas desenvolvidas no ProfEPT (2019-2021, p. 101). In: SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos; FERREIRA, Marcos Ramon Gomes. **A Metodologia da Pesquisa em EPT**. Editora Nova Paideia, 2022.

SILVA, Denise Bianca Maduro. Estudo comparado sobre evasão escolar na educação profissional - Brasil e Argentina. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2018, 346f. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B46K7S>. Acesso em: 5 de jul. de 2023.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; & MEDEIROS NETA, Olivia Moraes. (2021). Educação Profissional e Tecnológica no Brasil no século XXI: Expansão e Limites. **Educação Profissional e Tecnológica Em Revista**. 5(2), 109-125. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v5i2.1222>. Acesso em: 17 de set. de 2023.

VELOSO, Valquiria da Rocha Santos et al. Ocupação de Vagas Disponíveis no Cursos de Graduação da Universidade Federal de Goiás de 2006 a 2013. In: COSTA, António Pedro et al. (Ed.). **Livro de Atas do “3º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa”**. Badajós: CIAIQ, 2015, p.277-280. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ/article/view/381/378>. Acesso em: 05 de jul. de 2023.

VITORETTE, Jacqueline Maria Barbosa. **A não consolidação do Proeja como política pública de Estado**. 2014. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3917>. Acesso em 18 out. 2023.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL (Versão final)

GUIA DO PROCESSO SELETIVO - PROEJA, IFB CAMPUS GAMA

Vídeo disponível em: <https://youtu.be/F0ge1mb0kfc>

INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO TÉCNICA/TECNOLÓGICA: Este produto educacional está associado à dissertação “**Desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, Campus Gama**”, apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

Área de conhecimento: Ensino.

Linha de Pesquisa: Organização e memórias de espaços pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Categoria deste produto: Mídias educacionais.

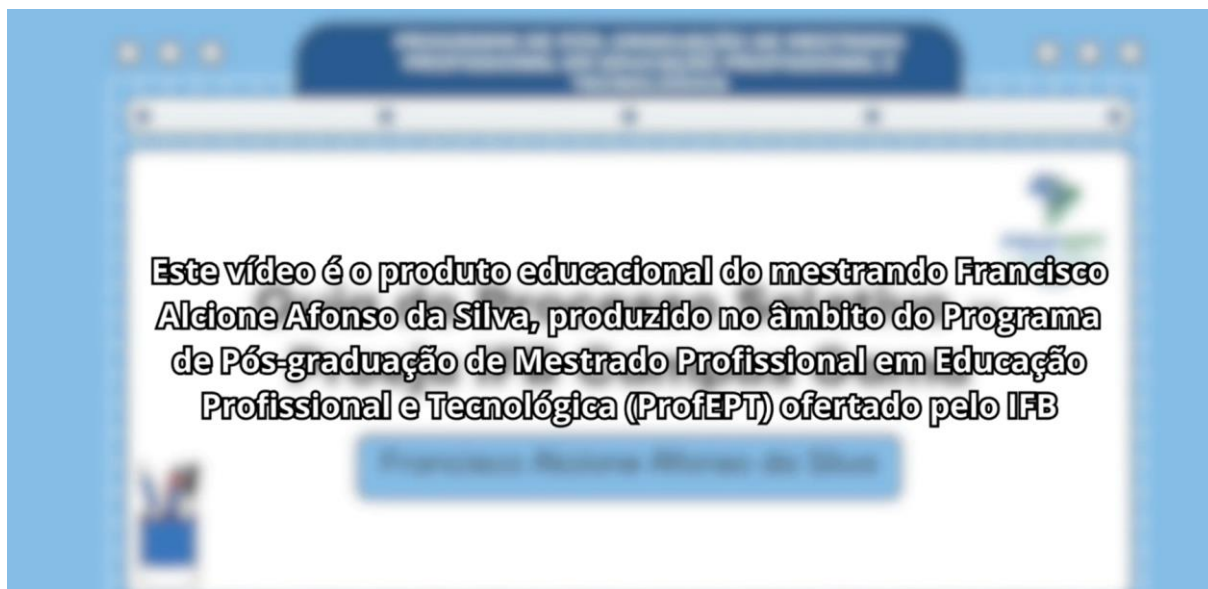
Finalidade: Orientar, ampliar e divulgar o processo seletivo do curso técnico integrado PROEJA do IFB *Campus* Gama.

Trata-se uma intervenção para disponibilizar informações que possam auxiliar candidatos e estudantes (comunidade externa) e servidores e envolvidos no processo de seleção e ingresso no curso Técnico Integrado PROEJA do IFB, por meio de um Guia, em vídeo que conta com orientações e informações essenciais a partir do site do IFB, inscrição, forma de ingresso pelo sorteio, legendas constantes no edital para escolha das reservas de vagas, perfil profissional e *campus*.

Autores: Francisco Alcione Afonso da Silva (mestrando).

Prof. Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues (orientador).

Edição de vídeo: Sandonayte Junior



Este vídeo é o produto educacional do mestrando Francisco Alcione Afonso da Silva, produzido no âmbito do Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) ofertado pelo IFB

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do Processo Seletivo – Proeja IFB Campus Gama

Francisco Alcione Afonso da Silva

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



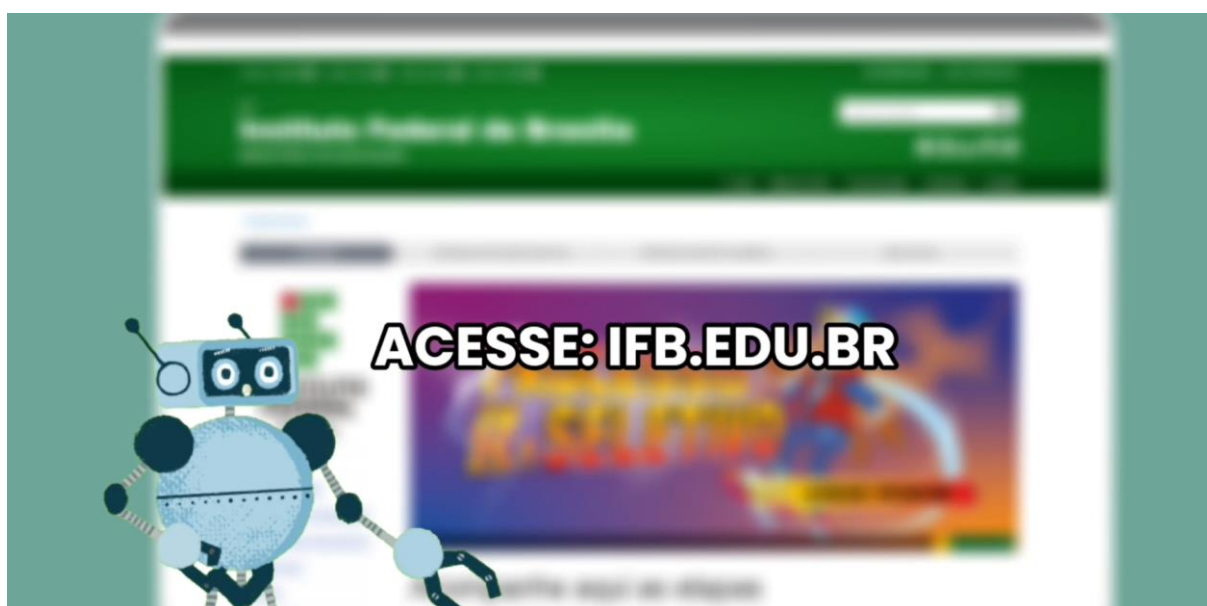
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

Instituto Federal de Brasília
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

E-mail Mapa de Site Comunicação Ouvidoria Contato

PÁGINA INICIAL > ESTUDE NO IFB

SISTEMAS SISTEMA DE PROCESSO SELETIVO SISTEMA DE GESTÃO ACADÊMICA BIBLIOTECAS

Estude no IFB

Grade: Terça, 17 de Dezembro de 2011, 13h22 | Publicado: Terça, 17 de Dezembro de 2013, 18h21 | Última atualização em Terça, 06 de Agosto de 2023, 87h11 | Assessor:

Portal IFB

- Estude no IFB
- Processo Seletivo 2025/1
- Formas de ingresso

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

ESTUDE NO IFB

Neste espaço, você terá informações sobre como estudar no IFB, as modalidades e cursos oferecidos, seleções passadas e aquelas com inscrições abertas.

- CONHEÇA ESOS CURSOS
- FORMAS DE INGRESSO
- INSCREVA-SE AQUI**
- SELEÇÕES EM ANDAMENTO
- ÚLTIMAS NOTÍCIAS
- EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
- PERGUNTAS FREQUENTES
- SELEÇÕES ANTERIORES

UNIDADES

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE

SISTEMA DE
Processo Seletivo
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Entrar Contato Portal IFB Conheça nossos cursos

Entrar

123.456.789-10

Me lembrar

Entrar

Recuperar Acesso
Não tenho cadastro. [Criar uma conta](#)

Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil
2103-2132

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

Processo Seletivo - IFB

INSTITUTO FEDERAL Brasília

[Início](#)
[Dados Pessoais](#)
[Minhas Palestras](#)
[Minhas Inscrições](#)
[Inscrições Abertas](#)
[Sair](#)

Para visualizar e conferir os dados da inscrição acesse ou imprima o comprovante de inscrição, clicando em **MINHAS INSCRIÇÕES**.

Para cancelar a inscrição, caso tenha escolhido o curso/turno ou tipo de vaga errado, basta clicar em MINHAS INSCRIÇÕES e depois em CANCELAR INSCRIÇÃO do curso desejado, durante o período de inscrições abertas, conforme visto no Edital desta Seleção.

O candidato só poderá alterar a opção de curso durante o período das inscrições, conforme estabelecido no cronograma deste edital; e, para isso, o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- acessar o endereço <https://processoseletivo.ifb.edu.br>;
- fazer o login utilizando seu CPF e senha;
- com a página logada, clicar em "Minhas Inscrições", coluna à esquerda;
- escolher o curso que deseja cancelar a inscrição e clicar em "Cancelar Inscrição".

Após realizar o cancelamento da inscrição, o candidato deverá realizar uma nova inscrição, conforme o Edital, com as alterações desejadas; e, assim, permanecer no processo seletivo.

Após cancelar a inscrição, para inscrever-se em curso/turno diferente, basta clicar em INSCRIÇÕES ABERTAS, escolher o curso desejado e realizar o procedimento de inscrição. Para escolher o tipo de vaga, clicar em MINHAS INSCRIÇÕES, buscar a inscrição cancelada do mesmo curso e clicar em COMPLETAR INSCRIÇÃO. Será possível inscrever-se em uma vaga disponível durante o período de inscrições em aberto.

No momento da inscrição, o candidato deverá aceitar e concordar com os termos que constam no Edital. O candidato declara que aceita que os seus dados, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a realização deste processo seletivo, com a aplicação dos critérios de seleção, autorizando expressamente a utilização de seus dados e resultados procedentes desta seleção, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos das Leis e normas vigentes.

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

SISTEMA DE
Processo Seletivo
INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Contato Portal IFB Conheça nossos cursos Sair

Inscrições abertas

INSTITUTO FEDERAL Brasília

Selecione a modalidade do curso

- Cursos Técnicos Subsequentes (Para quem já tem Ensino Médio)
- Cursos Técnicos Integrados - PROEJA (Ensino Médio + Curso Técnico - para maiores de 18 anos)
- Cursos Técnicos Subsequentes EaD (Para quem já tem Ensino Médio)
- Curso Técnico em Agroindústria - Regime de Aluno



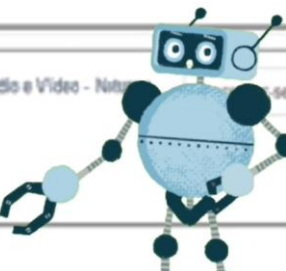
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

Inscrições abertas

INSTITUTO FEDERAL Brasília

Selecione a modalidade do curso

<p>NOITE - PROEJA Técnico Integrado em Administração Campus Gama</p> <p>Cursos Técnicos Integrado - PROEJA (Ensino Médio + Curso Técnico - para maiores de 18 anos)</p>	Inscriver-se
<p>NOITE - PROEJA Técnico Integrado em Audio e Video - Noite Campus Recanto da Emas</p> <p>Cursos Técnicos Integrado - PROEJA (Ensino Médio + Curso Técnico - para maiores de 18 anos)</p>	Inscriver-se



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

dabilidade do curso



NOITE - PROEJA Técnico Integrado em Administração
Campus Gama

Inscriver-se

NOITE - PROEJA Técnico Integrado em Audio e Video - Noturno
Campus Recanto da Emas

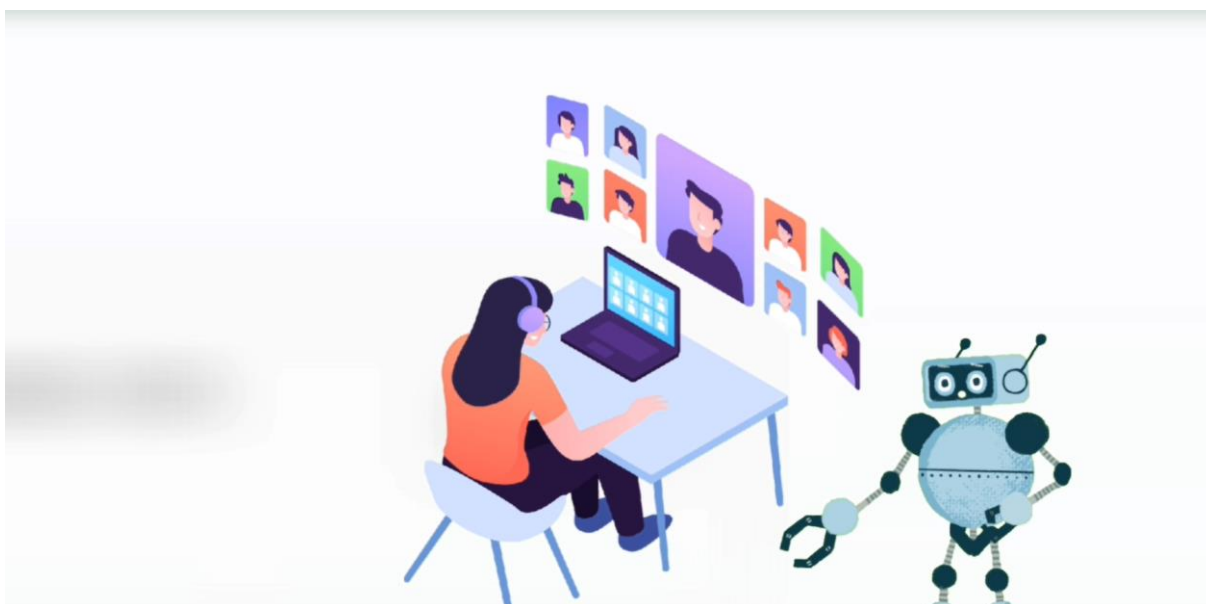
Inscriver-se

es
EJA
i +
DATA
nos)

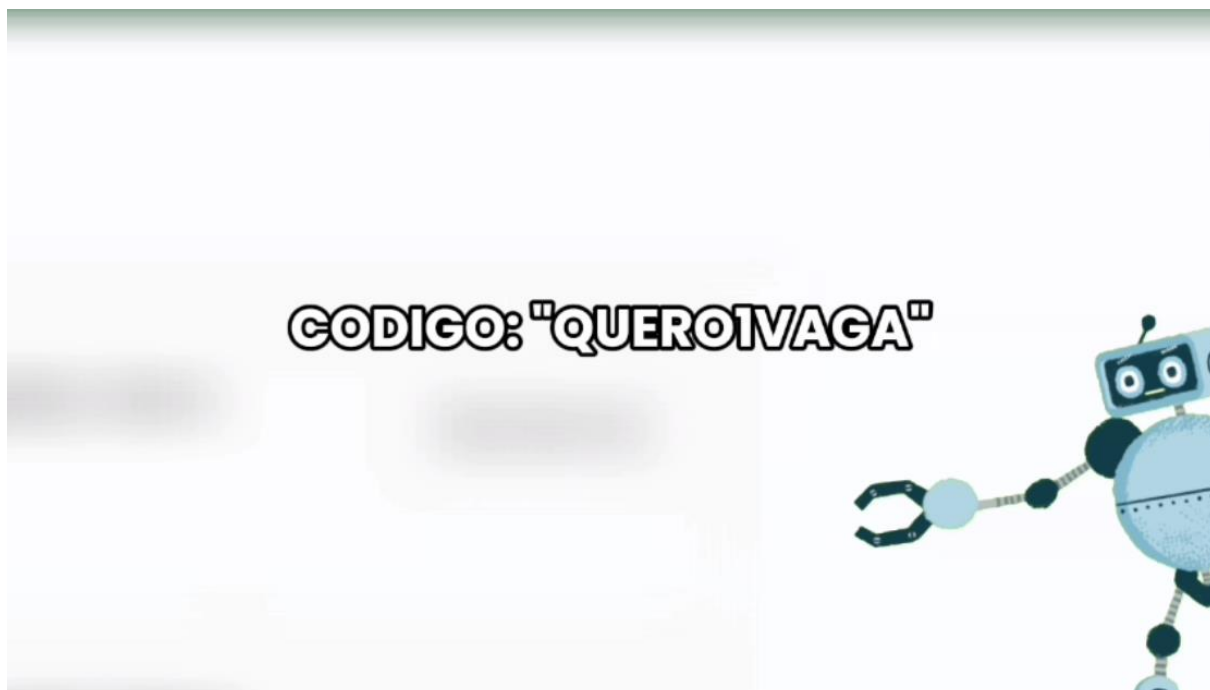
es
EJA

A blue robot character is positioned on the right side of the interface, pointing towards the 'Inscriver-se' buttons.

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



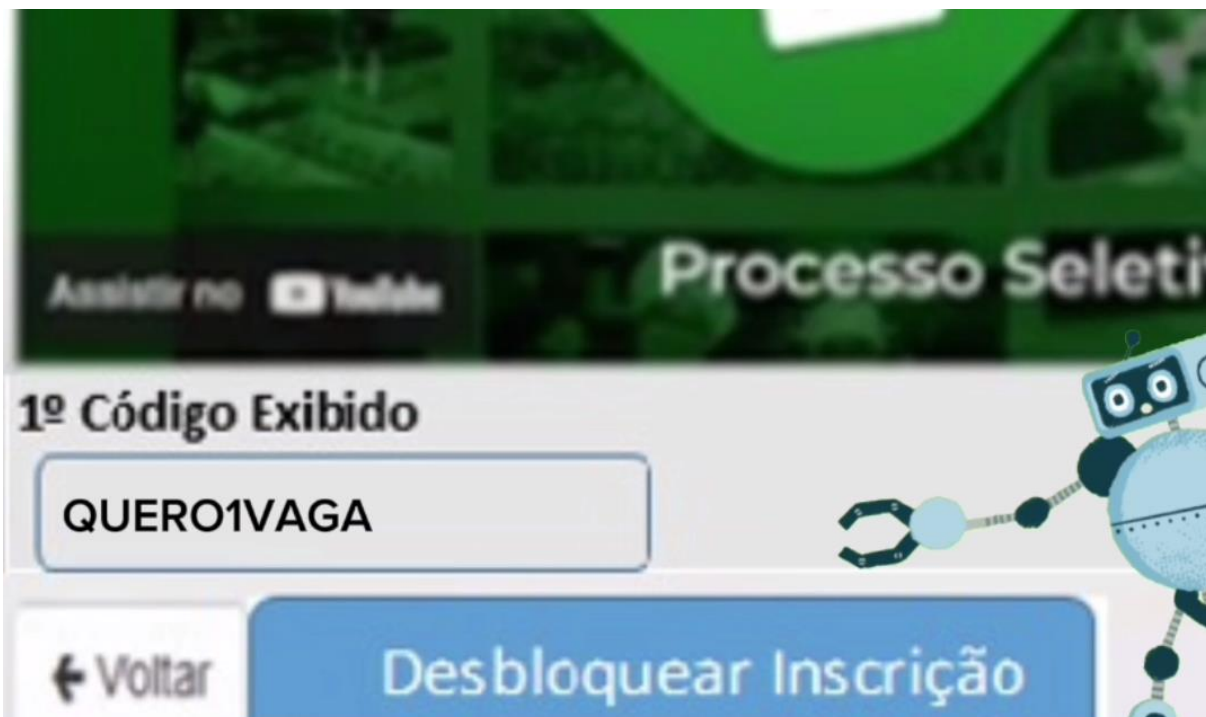
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo




Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo




Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Tipo de Vaga
<input type="radio"/> Ep8 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (ppi)
<input type="radio"/> Ep7 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que se autodeclararam quilombolas (q)
<input type="radio"/> Ep6 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que sejam pessoas com deficiência (pcd)
<input type="radio"/> Ep5 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep) e de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb)
<input type="radio"/> Ep4 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (ppi)
<input type="radio"/> Ep3 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que se autodeclararam quilombolas (q)
<input type="radio"/> Ep2 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que sejam pessoas com deficiência (pcd)
<input type="radio"/> Ep1 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep) e de reserva legal independente de renda (li)
<input type="radio"/> Pcd = vagas reservadas para pessoas com deficiência (pcd)
<input type="radio"/> Ac = vagas universais de ampla concorrência (ac)


Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Tipo de Vaga

- Ep8 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (ppi)
- Ep7 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que se autodeclararam quilombolas (q)
- Ep6 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que sejam pessoas com deficiência (pcd)
- Ep5 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep) e de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb)
- Ep4 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (ppi)
- Ep3 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que se autodeclararam quilombolas (q)
- Ep2 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que sejam pessoas com deficiência (pcd)
- Ep1 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep) e de reserva legal independente de renda (li)
- Pcd = vagas reservadas para pessoas com deficiência (pcd)
- Ac = vagas universais de ampla concorrência (ac)

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Tipo de Vaga

- Ep8 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (ppi)
- Ep7 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que se autodeclararam quilombolas (q)
- Ep6 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb) e que sejam pessoas com deficiência (pcd)
- Ep5 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep) e de reserva legal de baixa renda com renda familiar bruta igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo per capita (lb)
- Ep4 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (ppi)
- Ep3 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que se autodeclararam quilombolas (q)
- Ep2 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep), de reserva legal independente de renda (li) e que sejam pessoas com deficiência (pcd)
- Ep1 = vagas para candidatos egressos de escola pública (ep) e de reserva legal independente de renda (li)
- Pcd = vagas reservadas para pessoas com deficiência (pcd)
- Ac = vagas universais de ampla concorrência (ac)

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

Caso você não entregue a documentação ou entregue incompleta, no sorteio você disputará a vaga na ampla concorrência.

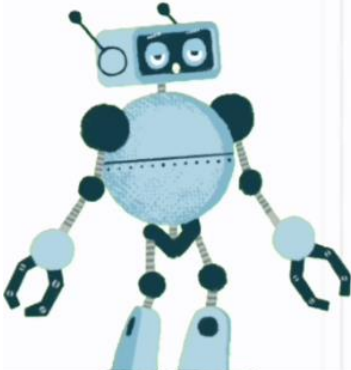
Questionário

1. Qual a sua faixa etária?

- Até 14 anos.
- De 15 a 17 anos.
- De 18 a 24 anos.
- De 25 a 29 anos.
- De 30 a 39 anos.
- De 40 a 49 anos.
- A partir de 50 anos.

2. Qual o seu grau de instrução?

- Ensino fundamental incompleto.
- Ensino fundamental completo.
- Ensino médio incompleto.
- Ensino médio completo.
- Superior incompleto.
- Superior completo.
- Especialização.
- Mestrado.



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

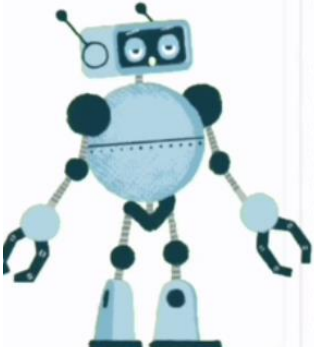
Doutorado.

3. Onde cursou o Ensino Fundamental?

- Escola Pública Urbana.
- Escola Pública Rural.
- Escola Particular com bolsa.
- Escola Particular sem bolsa.
- Parte em Escola Pública e parte em Escola Particular com bolsa.
- Parte em Escola Pública e parte em Escola Particular sem bolsa.
- Educação de Jovens e Adultos (EJA/Supletivo).
- Ainda está cursando.

4. Onde cursou o Ensino Médio?

- Escola Pública Urbana.
- Escola Pública Rural.
- Escola Particular com bolsa.
- Escola Particular sem bolsa.
- Parte em Escola Pública e parte em Escola Particular com bolsa.
- Parte em Escola Pública e parte em Escola Particular sem bolsa.
- Educação de Jovens e Adultos (EJA/Supletivo).
- Ainda está cursando.
- Nenhuma das alternativas.



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

Termo de Compromisso

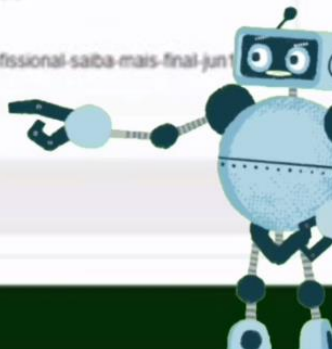
Envolve cursos destinados a pessoas que, independentemente do nível de escolaridade, tenham capacidade de aproveitamento em termos de desenvolvimento de aprendizagens profissionais para o mundo do trabalho. A duração mínima prevista é de 160 horas, conforme § 1º do Art. 3º do Decreto nº 5.154/2004, alterado pelo Decreto nº 8.268/2014, de forma a favorecer a continuidade da formação. Na mesma direção, espera-se que o perfil profissional de conclusão deva corresponder a perfis necessários ao exercício de uma ou mais ocupações com identidade reconhecida pelo mercado de trabalho.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2018-pdf/89181-1-qualificacao-profissional-saiba-mais-final-jun11/file>

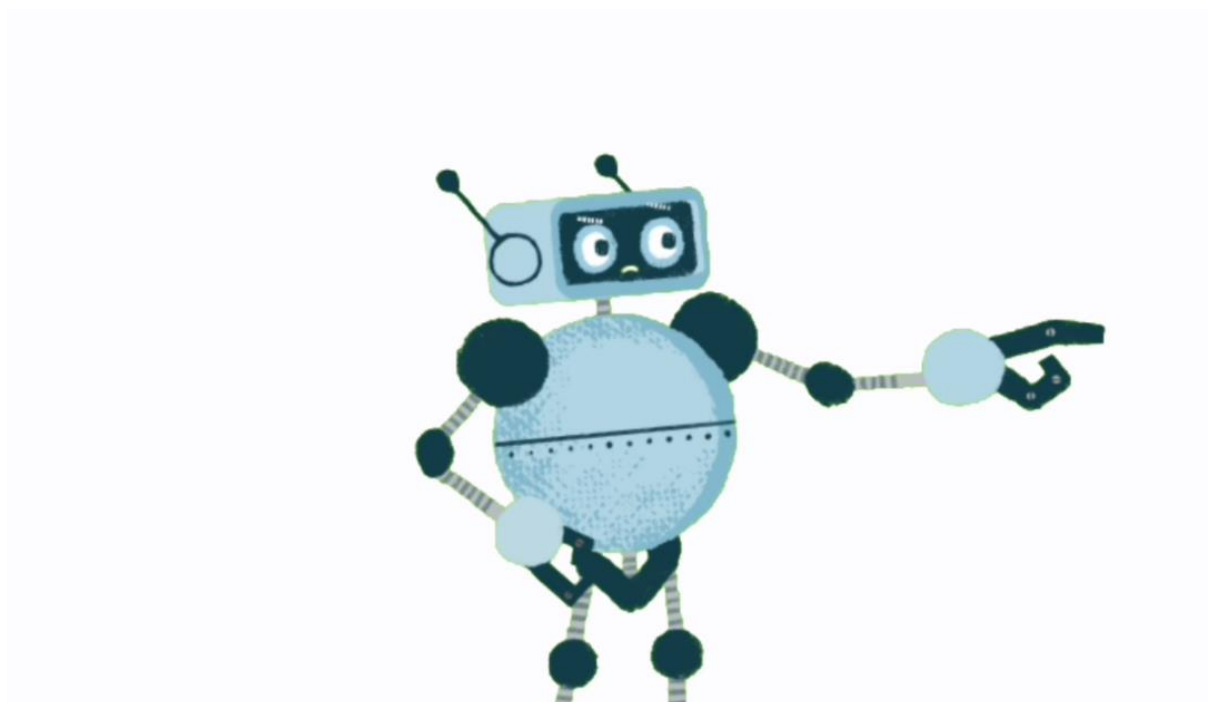
Li e aceito o Termo de Compromisso acima descrito.

[← Voltar](#) [➤ Concluir Inscrição](#)

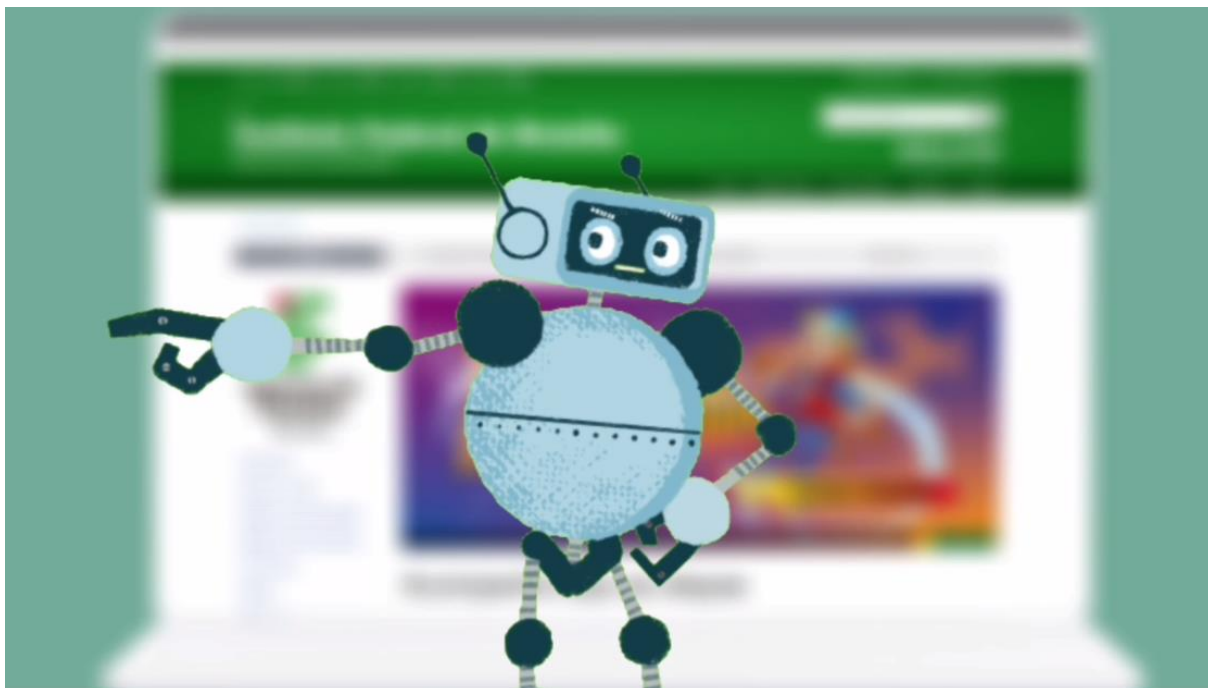
Coordenação de Acesso e Ingresso Estudantil
☎ (61) 2103-2132



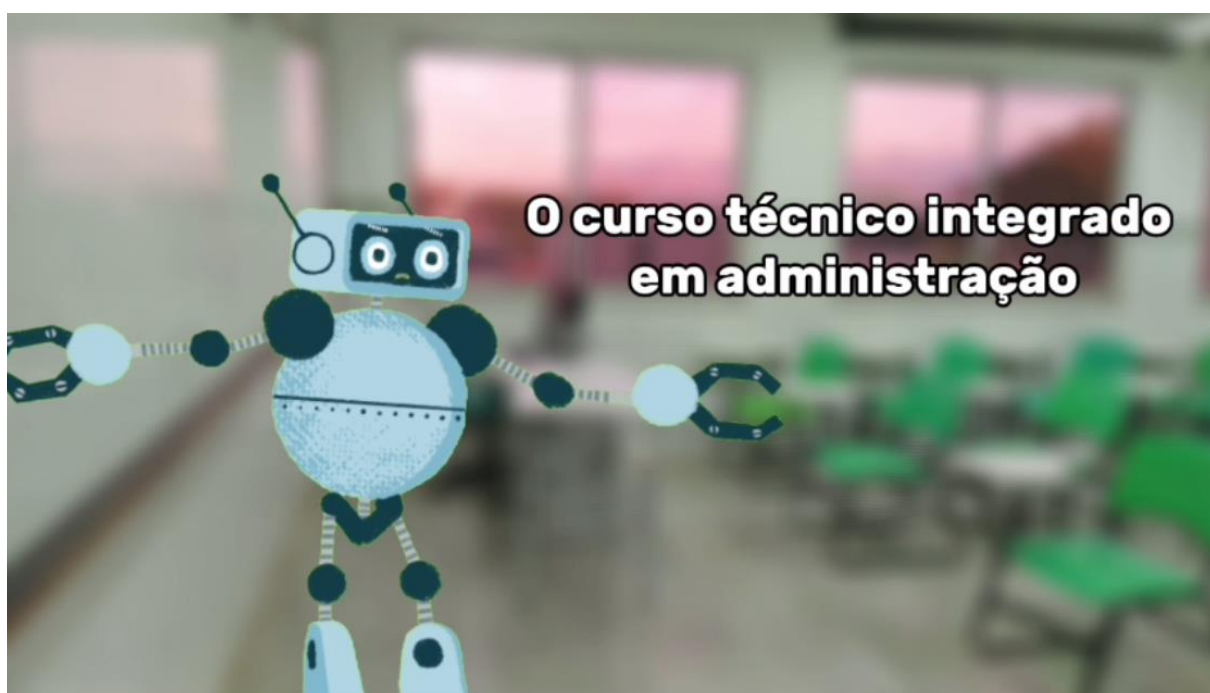
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



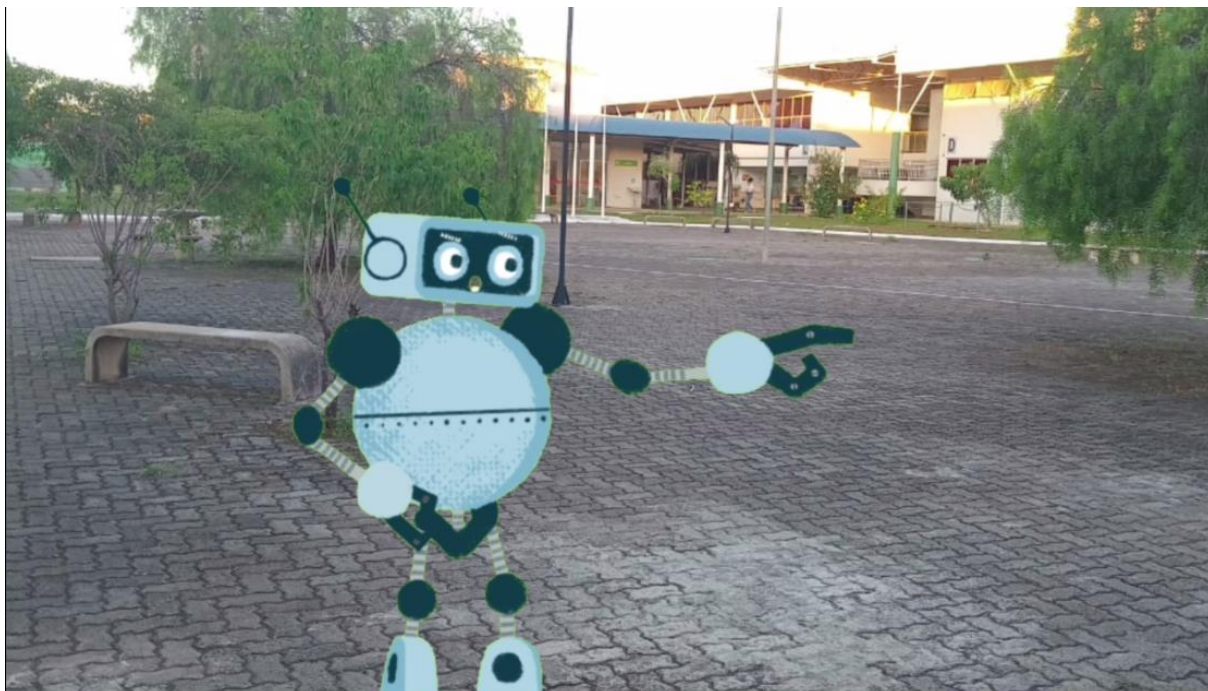
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



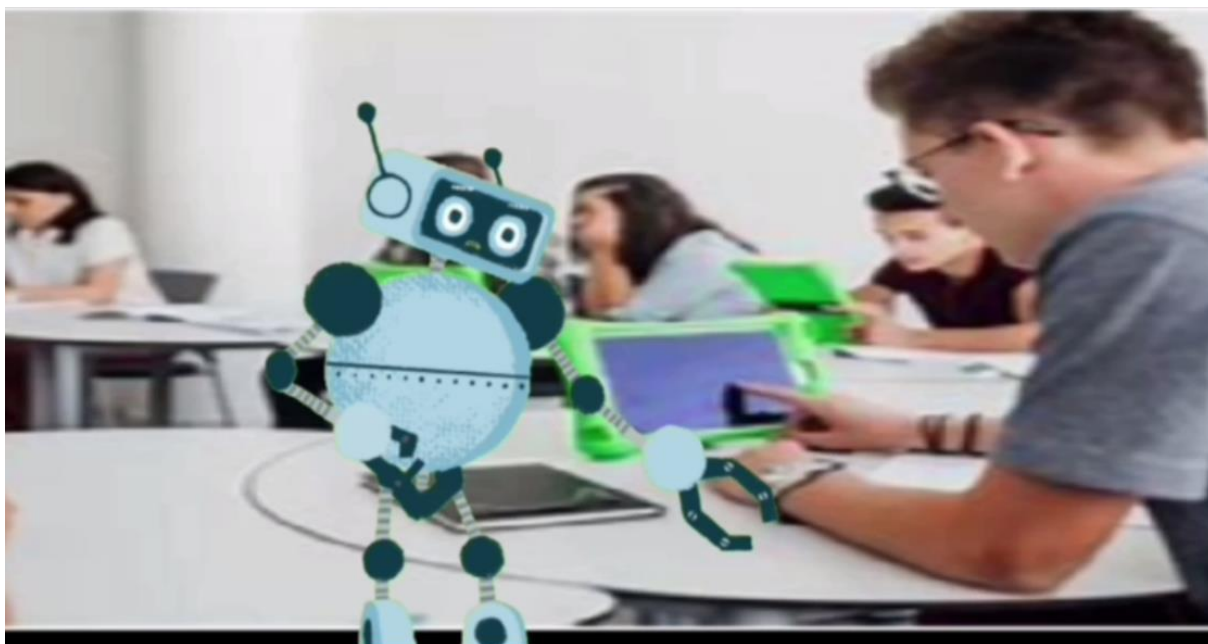
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



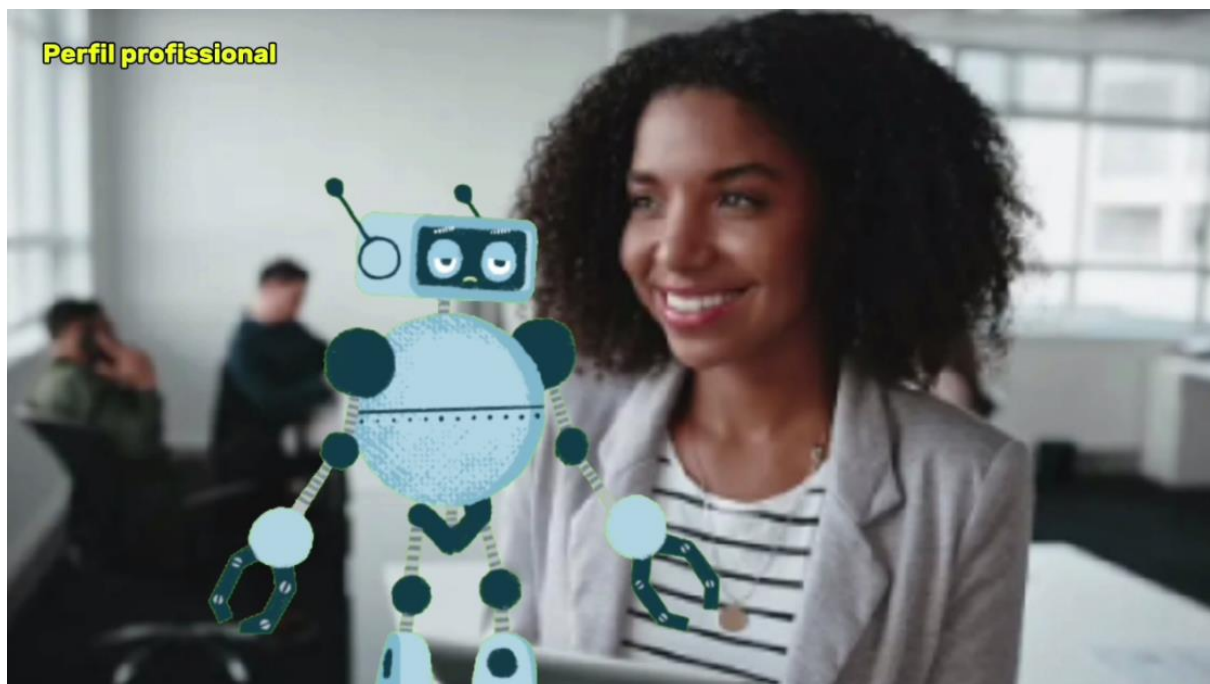
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



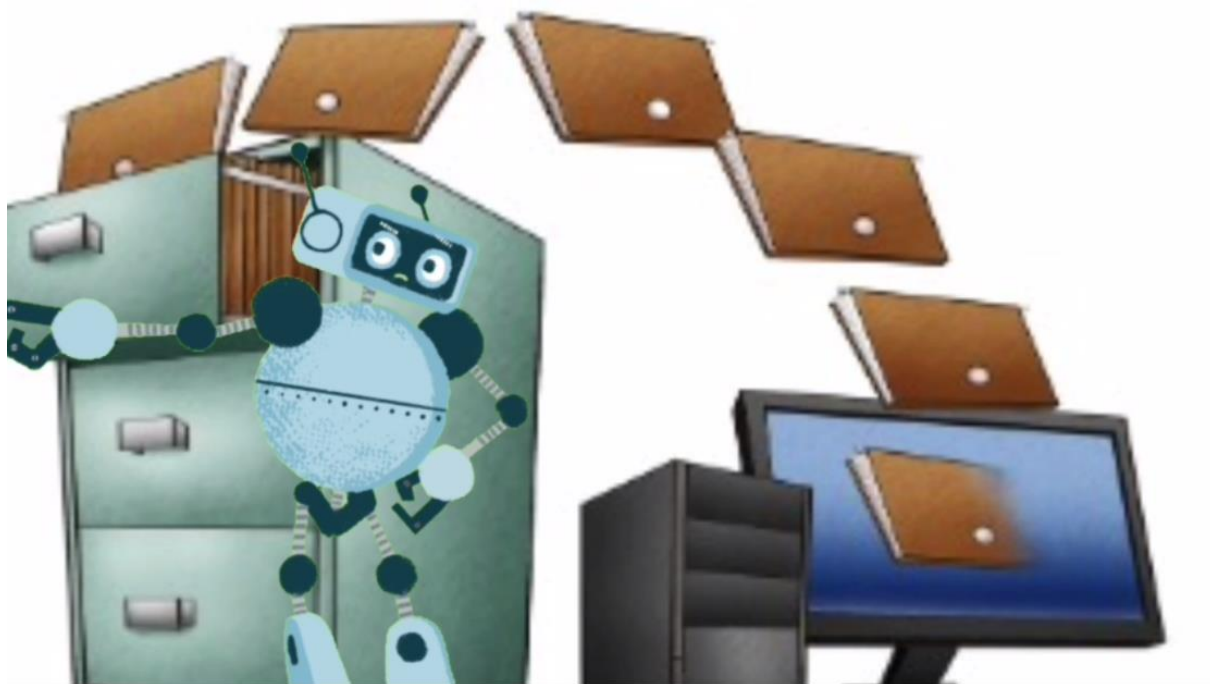
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



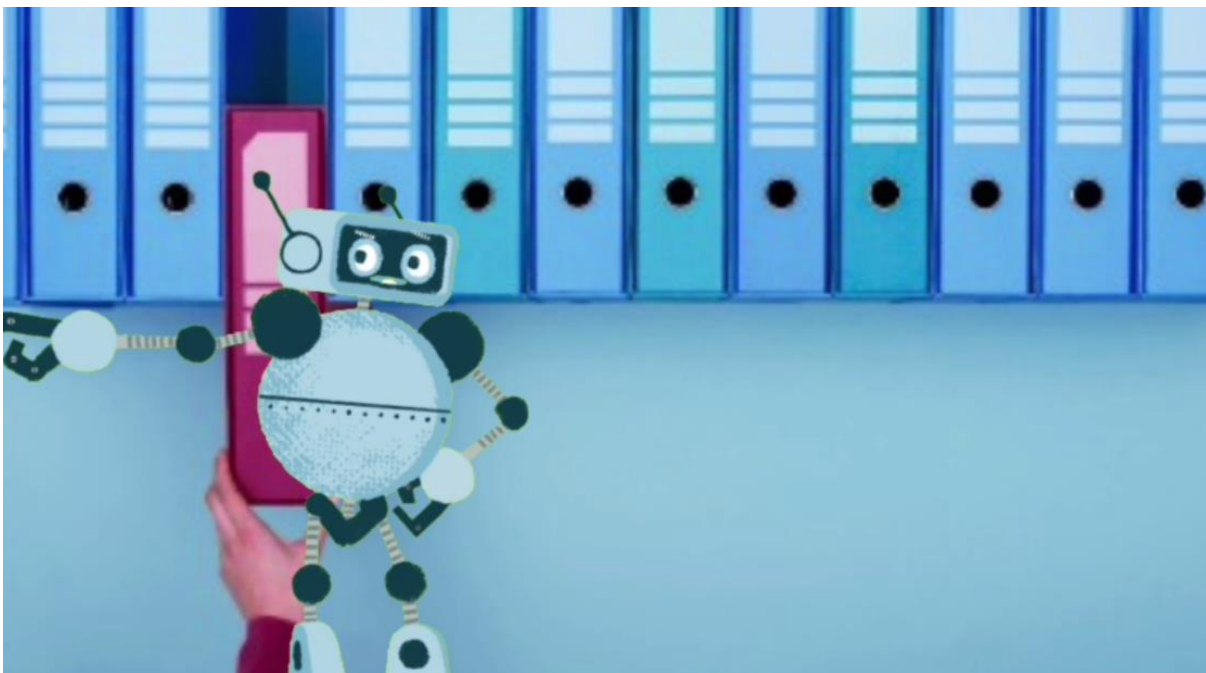
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



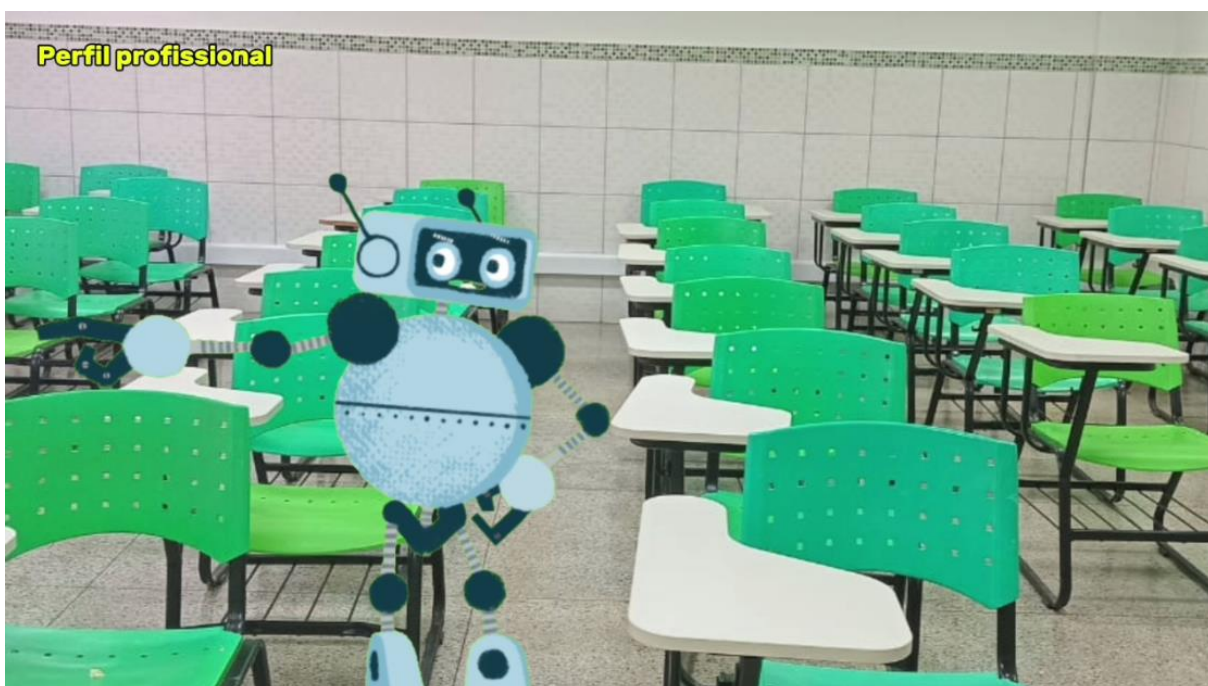
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



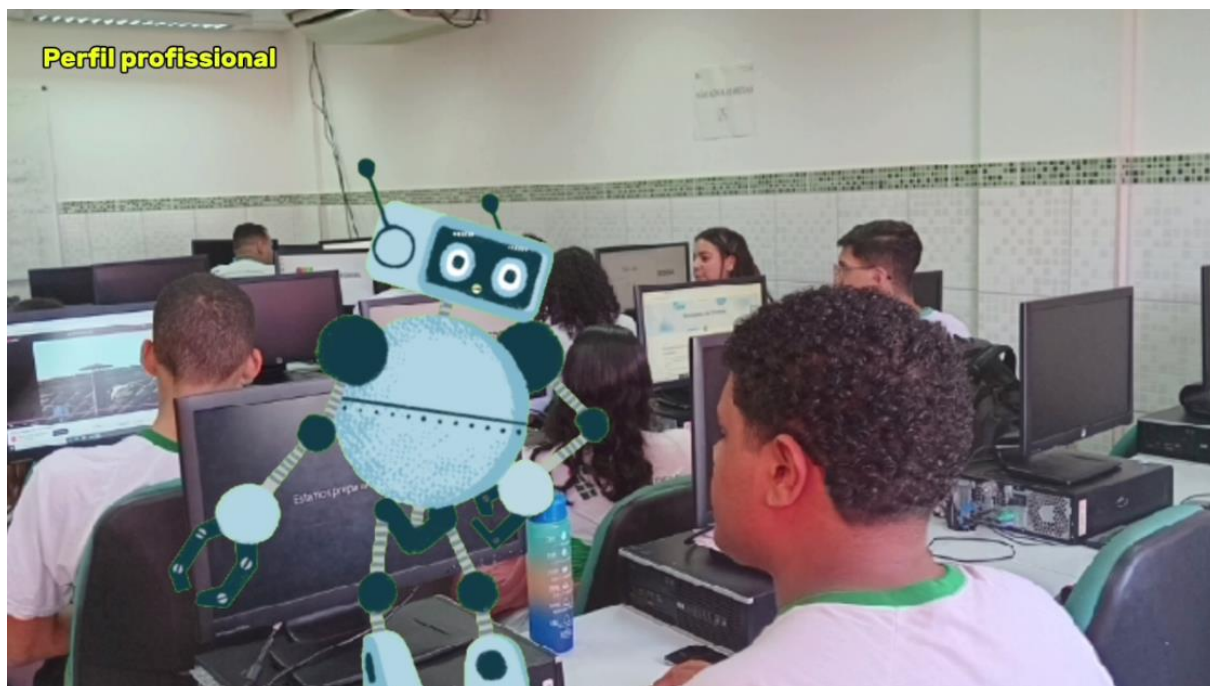
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



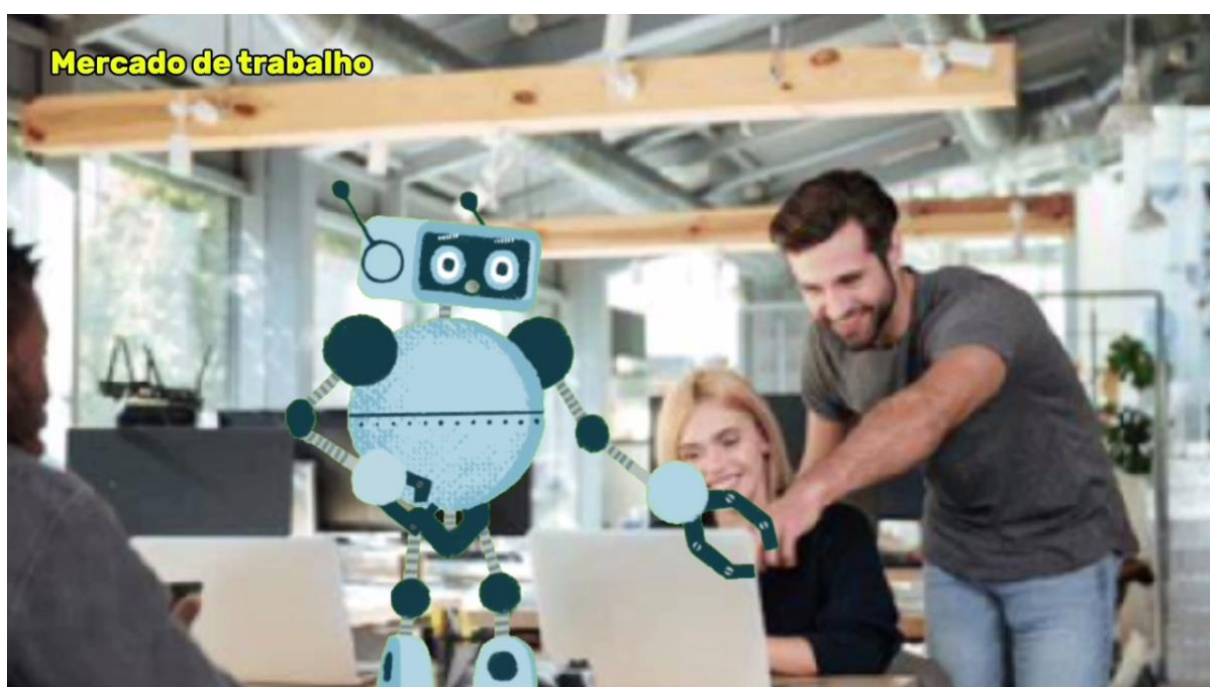
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



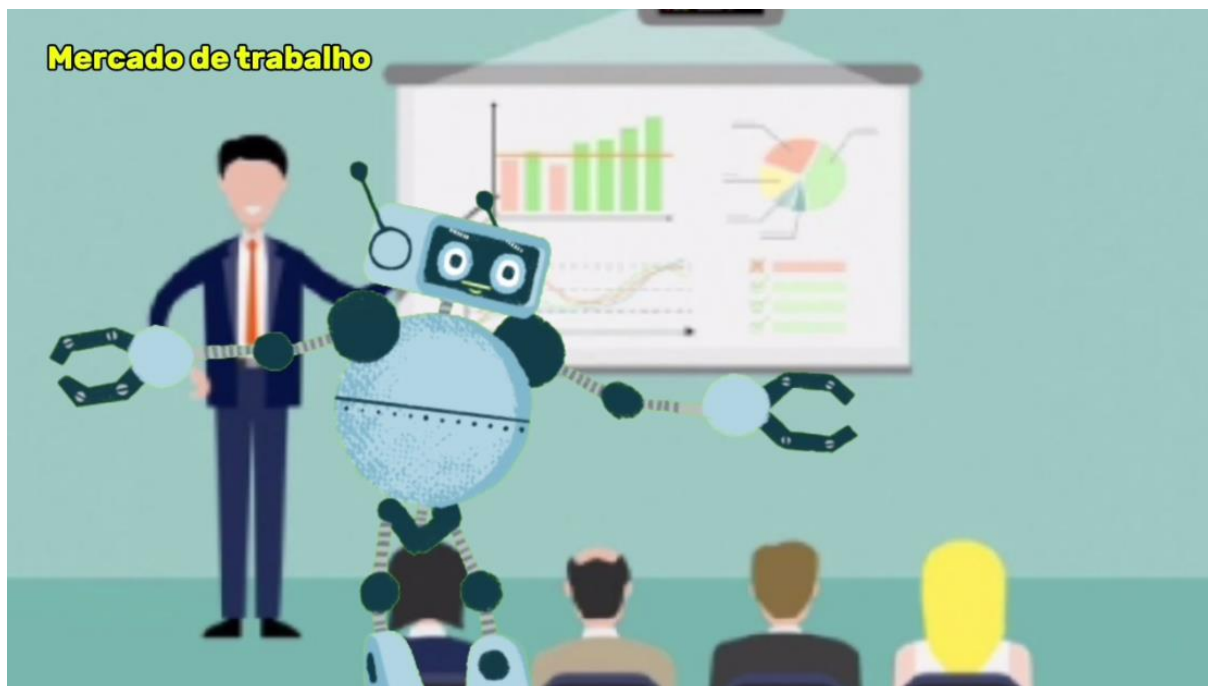
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



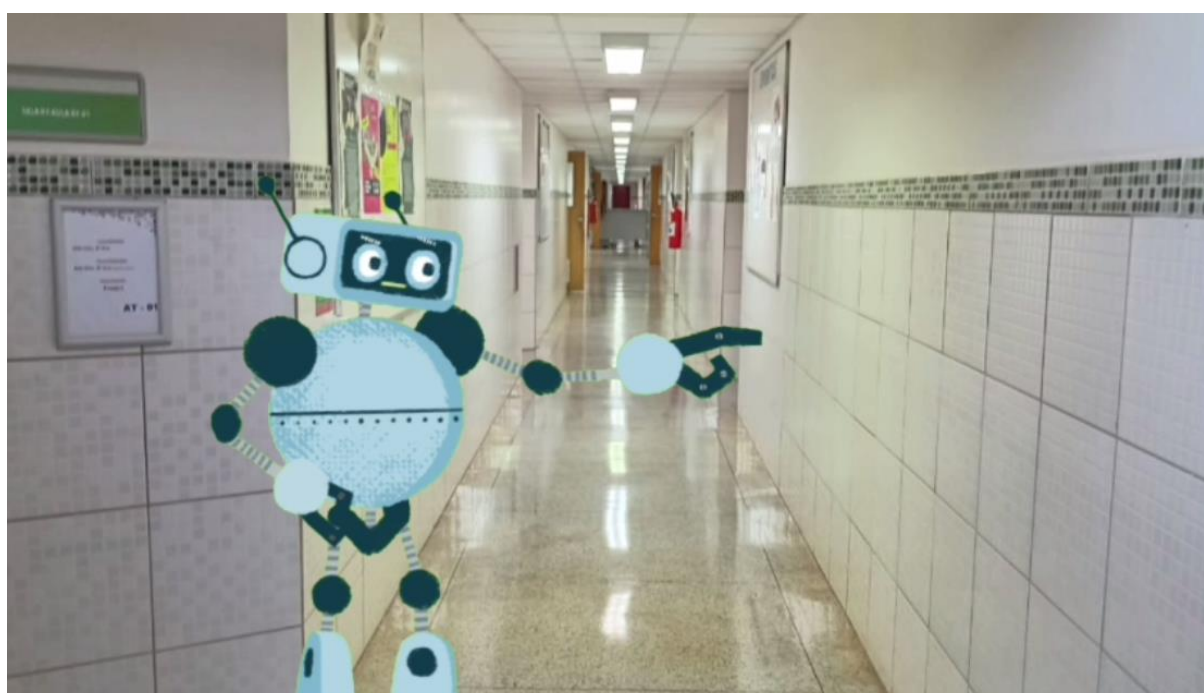
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



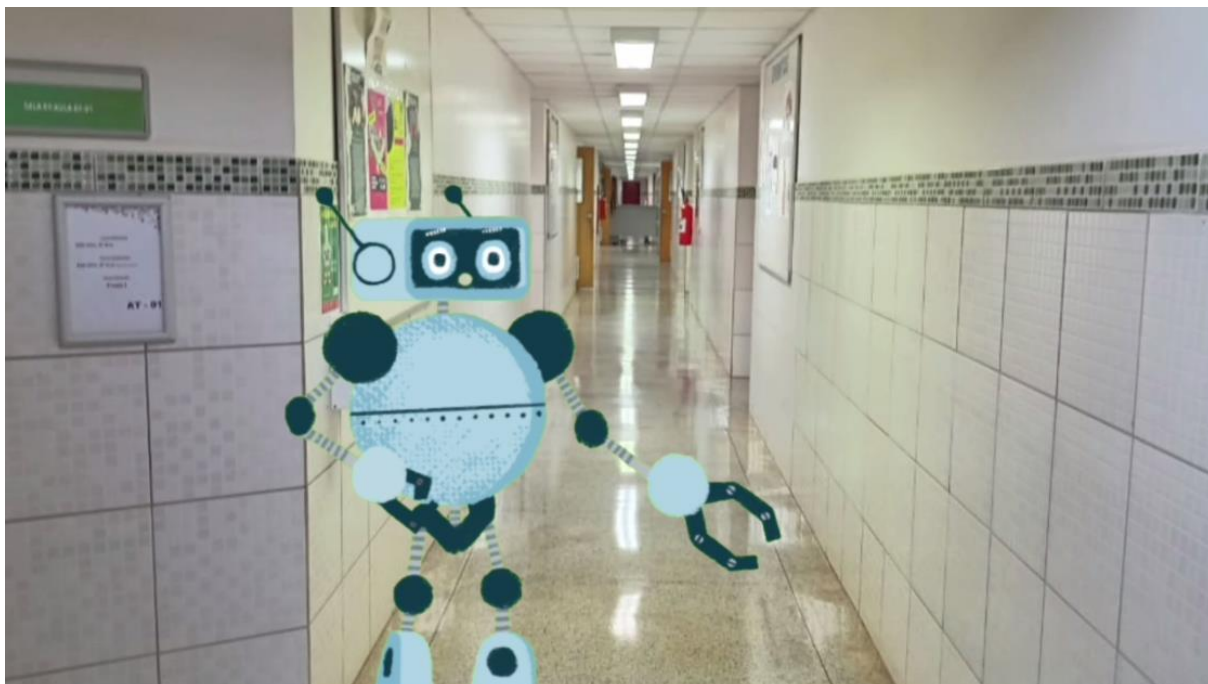
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



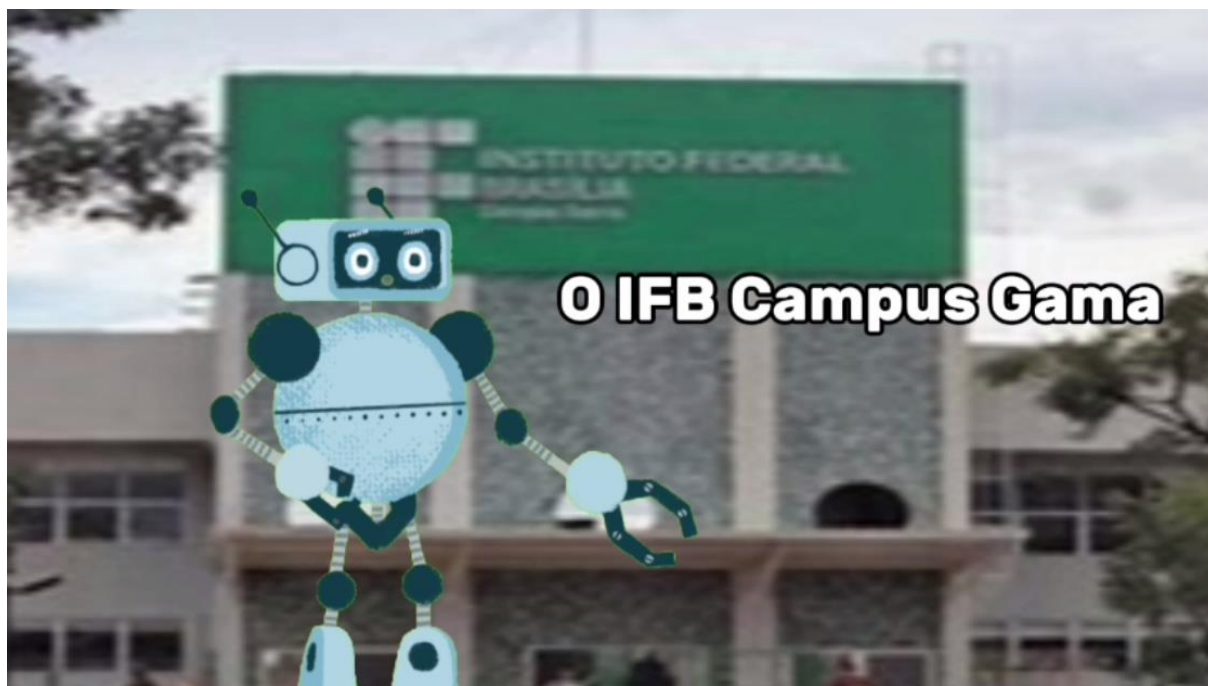
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



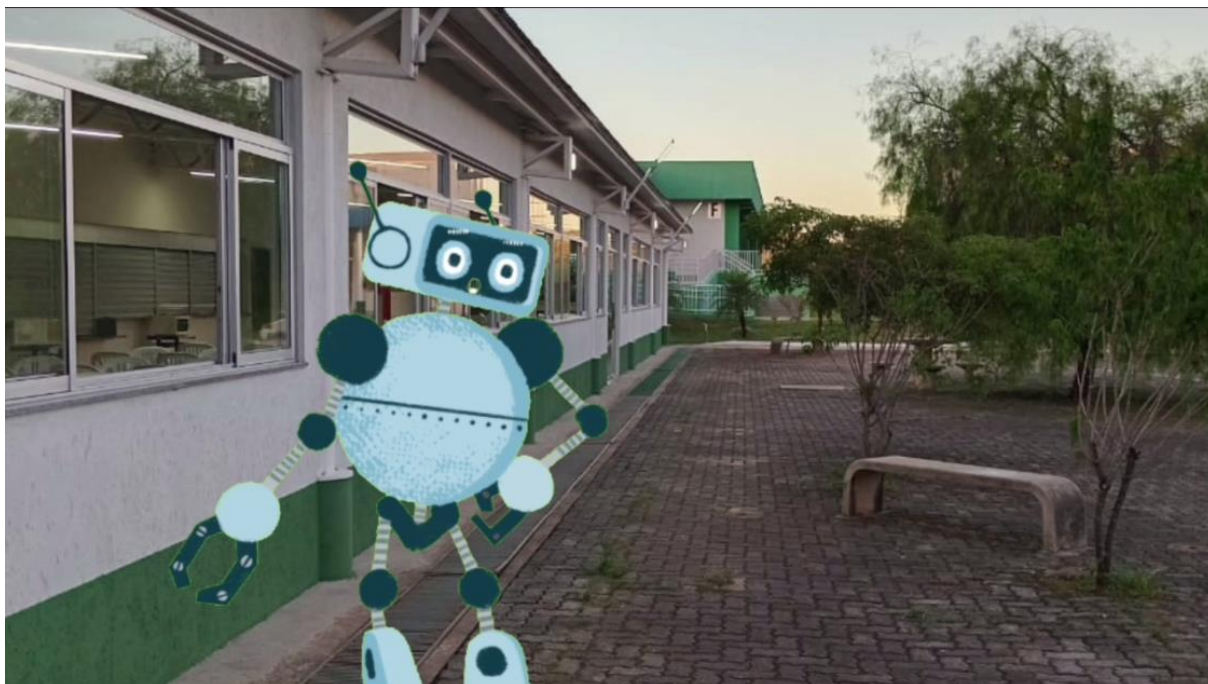
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



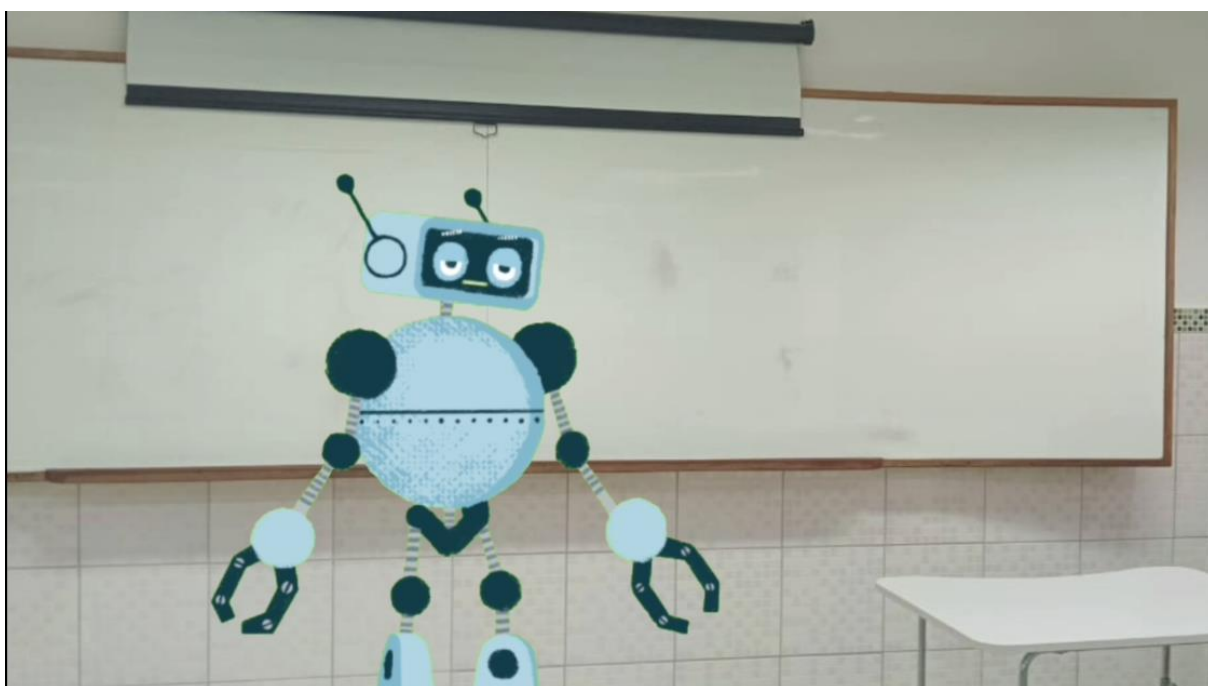
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



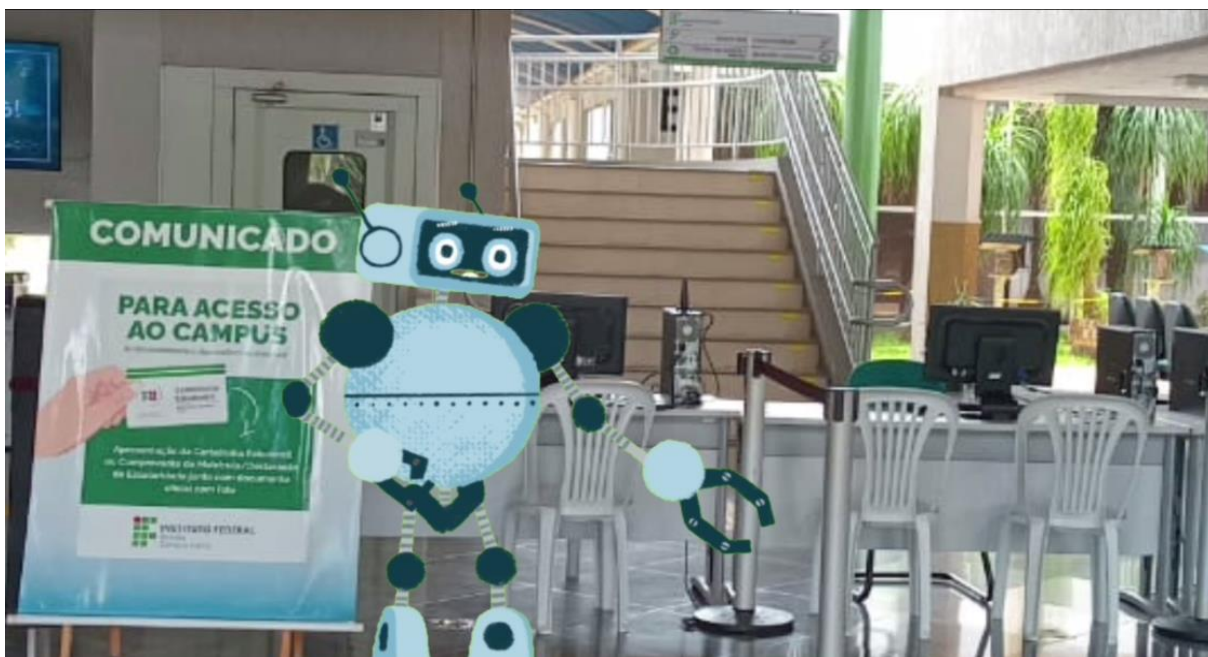
Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus Gama*, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo



Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

CRÉDITOS:**Roteiro: Francisco Alcione Afonso da Silva****Edição de vídeo: Sandonayte Junior****Apoio: IFB Campus Gama****Todas as imagens do IFB campus Gama e do sistema de inscrição
utilizadas são arquivos pessoais do autor e extraídas dos sites:****<https://www.ifb.edu.br/gama/pagina-inicial>****<https://processoseletivo.ifb.edu.br/auth/usuarios/entrar>****Outras imagens: banco de imagens gratuitas do site:****<https://pxhere.com/>**

Guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, em vídeo

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE



INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
Autarquia criada pela Lei n° 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para realização de Questionário

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto Processo seletivo no IFB: Origem, atual prática, perspectivas, alternativas, desafios e possibilidades, sob a responsabilidade do pesquisador principal Francisco Alcione Afonso da Silva.

O nosso objetivo é investigar o processo de seleção do Instituto Federal de Brasília e os movimentos que o constituem, com o propósito de descrever como ocorre hoje o percurso de acesso à instituição, com vistas a descrever falhas e potencialidades, bem como legitimar a melhoria da democratização do mesmo. Espera-se com esta pesquisa, identificar no processo seletivo possíveis vagas ociosas após as chamadas regulares no curso Técnico Integrado em Administração-Proeja do IFB campus Gama; realizar levantamento junto aos servidores que atuam ou atuaram em processo seletivo, sobre quais as maiores dificuldades e desafios dos trabalhos de seleção e ingresso.

O (A) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação será realizada por meio de aplicação de questionário, que consiste apenas que o (a) senhor(a) responda ao questionário. O tempo de resposta a esta etapa da pesquisa é de aproximadamente 15 dias. O questionário, será disponibilizado de forma eletrônica por meio da ferramenta Google Forms, de modo que o (a) senhor (a) terá acesso ao questionário a partir do e-mail, no caso, o questionário será encaminhado para o e-mail institucional. Assim, o (a) senhor(a) poderá responder o questionário da sua casa ou do trabalho. O tempo estimado para responder ao questionário está em torno de 15 a 20 minutos.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são cansaço ou aborrecimento. Para amenizar os riscos o pesquisador se compromete a: combinar o horário mais adequado e a critério do participante; as questões do questionário são em sua maioria objetivas (14 perguntas objetivas e 1 subjetiva); cumprir as exigências da lei geral de proteção de dados, lei

nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ([Link da Lei](#)), em especial os artigos que orientam quanto a proteção e tratamento dos dados:

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- I. o respeito à privacidade;
- II. a autodeterminação informativa;
- III. a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV. a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V. o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI. a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VII. os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- I. mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- II. para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- III. pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;
- IV. para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.

Se o senhor (a) aceitar participar, estará contribuindo para

1. Reflexões sobre melhorias do Processo Seletivo do IFB Campus Gama e Reitoria: que a forma de seleção aplicada no Instituto Federal de Brasília proporcione um maior número de ingresso de candidatos cotistas (pretos, pardos, indígenas) e estudantes de baixa renda;
2. Com a proposta do Produto Educacional (PE) espera-se deixar para os setores envolvidos no ingresso inicial, o atendimento à comunidade mais eficaz e ágil, facilitando, dessa forma, a rotina diária de atendimento dos servidores do setor;
3. A ampliação e divulgação do conhecimento, à comunidade acadêmica, gerando atualização para os servidores da instituição que atuam em processo seletivo.

Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, o (a) senhor(a) será indenizado, conforme determina a lei.

O (a) Senhor (a) pode se recusar a responder, ou participar de qualquer procedimento e de qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o (a) senhor (a).

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo os procedimentos a serem realizados com o questionário. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação, que será voluntária. Se existir qualquer despesa adicional relacionada diretamente à pesquisa (tais como, passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa, exames para realização da pesquisa, procedimentos como consequência da pesquisa) a mesma será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão divulgados no Instituto Federal de Brasília Campus Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador.

Se o (a) Senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para o pesquisador responsável: Francisco Alcione Afonso da Silva no número (61) 99834-0362, ou professor orientador Rodrigo Soares Guimaraes Rodrigues, do Instituto Federal de Brasília-IFB campus Brasília no telefone Nº (61) 99664-6088, no horário 09 as 17h, disponível inclusive para ligação a cobrar. E-mails do pesquisador responsável: alcione.afonso@gmail.com; franciso.afonso@ifb.edu.br; professor orientador rodrigo.guimaraes@ifb.edu.br.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do (CEP/HFA). O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas sobre os direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas através do telefone: (61) 3966-2044 ou e-mail: cep@hfa.mil.br

O senhor (a) receberá uma via deste termo assinado onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Brasília, 28 de março de 2024.

Francisco Alcione Afonso da Silva

Pesquisador principal

Francisco Alcione Afonso da Silva

Qd. 8, lote 17, Residencial Angra do Reis, Setor Sul Gama DF.

CEP: 72415-400 Telefone: (61) 998340362

Eu,

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação na pesquisa e concordo com a publicação dos dados obtidos deste questionário conforme descrito neste termo.

Participante

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE



INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para a Realização da Entrevista

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto Processo seletivo no IFB: Origem, atual prática, perspectivas, alternativas, desafios e possibilidades, sob a responsabilidade do pesquisador principal Francisco Alcione Afonso da Silva.

O nosso objetivo é investigar o processo de seleção do Instituto Federal de Brasília e os movimentos que o constituem, com o propósito de descrever como ocorre hoje o percurso de acesso à instituição, com vistas a descrever falhas e potencialidades, bem como legitimar a melhoria da democratização do mesmo. Espera-se com esta pesquisa, identificar no processo seletivo possíveis vagas ociosas após as chamadas regulares no curso Técnico Integrado em Administração-Proeja do IFB campus Gama; realizar levantamento junto aos servidores que atuam ou atuaram em processo seletivo, sobre quais as maiores dificuldades e desafios dos trabalhos de seleção e ingresso.

O (A) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação será realizada por meio de aplicação de entrevista, que consiste apenas que o (a) senhor(a) responda ao roteiro da entrevista. A entrevista será realizada de forma virtual ou presencial. Na forma virtual se dará via sala de reunião pela plataforma Google meet a partir do e-mail, institucional do IFB do pesquisador ao e-mail institucional do participante. Assim, o (a) senhor (a) poderá responder a entrevista da sua casa ou do trabalho. Na forma presencial ocorrerá no campus do participante. A data da entrevista será previamente agendado e de acordo com as disponibilidades e mais conveniente ao participante. O tempo estimado desta etapa está em torno de 30 a 40 minutos.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são cansaço ou aborrecimento ao responder à entrevista. Para amenizar os riscos o pesquisador se compromete a: combinar a data e horário mais adequados a critério do participante; a entrevista tem o total de 9 perguntas norteadoras para não sobrecarregar o participante; cumprir as exigências da lei geral de proteção de dados lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ([Link da Lei](#)), em especial os artigos que orientam quanto a proteção e tratamento dos dados:

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

- I. o respeito à privacidade;
- II. a autodeterminação informativa;
- III. a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;
- IV. a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;
- V. o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;
- VI. a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e
- VII. os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- I. mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;
- II. para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- III. pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;
- IV. para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.

Se o senhor (a) aceitar participar, estará contribuindo para

1. Reflexões sobre melhorias do Processo Seletivo do IFB Campus Gama e Reitoria: que a forma de seleção aplicada no Instituto Federal de Brasília proporcione um maior número de ingresso de candidatos cotistas (pretos, pardos, indígenas) e estudantes de baixa renda;
2. Com a proposta do Produto Educacional (PE) espera-se deixar para os setores envolvidos no ingresso inicial, o atendimento à comunidade mais eficaz e ágil, facilitando, dessa forma, a rotina diária de atendimento dos servidores do setor;
3. A ampliação e divulgação do conhecimento, à comunidade acadêmica, gerando atualização para os servidores da instituição que atuam em processo seletivo.

Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, o (a) senhor(a) será indenizado, conforme determina a lei.

O (a) Senhor (a) pode se recusar a responder, ou participar de qualquer procedimento e de qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o (a) senhor (a).

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo os procedimentos a serem realizados com e entrevista. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação, que será voluntária. Se existir qualquer despesa adicional relacionada diretamente à pesquisa (tais como, passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa, exames para realização da pesquisa, procedimentos como consequência da pesquisa) a mesma será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

Os resultados da pesquisa serão divulgados no Instituto Federal de Brasília Campus Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador.

Se o (a) Senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para o pesquisador responsável: Francisco Alcione Afonso da Silva no número (61) 99834-0362, ou professor orientador Rodrigo Soares Guimaraes Rodrigues, do Instituto Federal de Brasília-IFB campus Brasília no telefone Nº (61) 99664-6088, no horário 09 as 17h, disponível inclusive para ligação a cobrar. E-mails do pesquisador responsável: alcione.afonso@gmail.com; franciso.afonso@ifb.edu.br; professor orientador: rodrigo.guimaraes@ifb.edu.br.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do (CEP/HFA). O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas sobre os direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas através do telefone: (61) 3966-2044 ou e-mail: cep@hfa.mil.br

O senhor (a) receberá uma via deste termo assinado onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador principal e do CEP, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Brasília, 28 de março de 2024.

Francisco Alcione Afonso da Silva

Pesquisador principal

Francisco Alcione Afonso da Silva

Qd. 8, lote 17, Residencial Angra do Reis, Setor Sul Gama DF.

CEP: 72415-400 Telefone: (61) 998340362

Eu,

_____ Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação na pesquisa e concordo com a publicação dos dados obtidos desta entrevista conforme descrito neste termo.

Participante

ANEXO C – TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM E/OU VOZ



Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Termo de cessão de uso de imagem e/ou voz Para fins de pesquisa

Eu, --_____, CPF _____ participante do estudo Processo seletivo no IFB: Origem, atual prática, perspectivas, alternativas, desafios e possibilidades, de forma livre e esclarecida, cedo o direito de uso da voz e ou imagem adquiridos durante a realização do estudo/pesquisa, e autorizo o(s) pesquisador(es), Francisco Alcione Afonso da Silva, do Instituto Federal de Brasília -IFB *Campus* Brasília, responsável pelo trabalho a:

1-- utilizar e veicular as fotografias, vídeos e/ou a voz obtidas durante sua participação em estudo/pesquisa no trabalho: dissertação de mestrado do programa de Pós - graduação em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT, para fim de obtenção de grau acadêmico (e/ou divulgação científica), garantido a ocultação de identidade (mantendo-se a confidencialidade e a privacidade das informações);

2- no caso da voz, executar livremente a edição e montagem do trecho, realizando cortes e correções necessárias, assim como de gravações, sem alterar a sua veracidade, utilizando-as exclusivamente para os fins previstos neste termo e responsabilizando-se pela guarda e pela utilização da obra final produzida.

O participante declara que está ciente que não haverá pagamento financeiro de qualquer natureza neste ou em qualquer momento pela cessão das fotografias, dos vídeos e/ou da voz, e que está ciente que pode retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, salvo os materiais científicos já publicados.

É vedado ao(s) pesquisador(es) utilizar as fotografias, os vídeos e/ou a voz para fins comerciais ou com objetivos diversos da pesquisa proposta, sob pena de responsabilização nos termos da legislação brasileira. O(s) pesquisador(es) declaram que o presente estudo/pesquisa será norteado pelos normativos éticos vigentes no Brasil.

ANEXO D - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



IFB – INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA PROFEPT – MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - *CAMPUS BRASÍLIA*

Olá, meu nome, Francisco Alcione Afonso da Silva, sou servidor do IFB, Assistente de Aluno e discente do Programa PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília, *Campus Brasília*. Você está sendo convidado para participar dessa pesquisa que pretende investigar o processo seletivo no Instituto Federal de Brasília e os movimentos que o constituem com o propósito de descrever como ocorre hoje o percurso de acesso à Instituição, bem como legitimar a melhoria da democratização do mesmo.

Espera-se com essa pesquisa propor um produto educacional que contribua para o processo seletivo no IFB.

Você responderá a um questionário com 15 perguntas.

QUESTÕES

Abaixo encontram-se 14 questões objetivas obrigatórias e 1 questão subjetiva que subsidiarão a construção da tese e do produto educacional da minha pesquisa. Desde já agradeço imensamente sua presteza e disposição para responder as questões.

1. Sexo:

Masculino Feminino Não binário Prefiro não declarar

2. Faixa etária:

Entre 18 e 23 anos Entre 24 e 30 anos Entre 31 e 40 anos Entre 41 e 54 anos Acima de 55

3. Escolaridade:

Ensino Fundamental completo Ensino Médio completo Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo Especialização incompleta Especialização completa Mestrado incompleto Mestrado completo Doutorado.

4. Qual cargo você ocupa no IFB:

Docente EBTT

- Técnico Administrativo em Educação - Administração (Assistente em Administração, etc.)
- Técnico Administrativo em Educação - Ensino (Assistente de Aluno, etc.)
- TAE Assistente Social
- TAE Pedagogo(a)
- TAE Técnico em Assuntos Educacionais
- Outro

5. Qual seu *Campus* de lotação?

- Reitoria *Campus* Gama *Campus* Planaltina *Campus* Brasília *Campus* Ceilândia *Campus* Estrutural *Campus* São Sebastião *Campus* Taguatinga *Campus* Recanto das Emas *Campus* Samambaia *Campus* Riacho Fundo

6. Na sua opinião qual a melhor forma do processo seletivo discente do IFB ?

- Por prova
- Por sorteio
- Por análise curricular
- Misto

7. Na sua opinião, a forma de seleção do IFB pelo sorteio eletrônico pode ser visto como um facilitador e promotor de um acesso mais democrático?

- Sim
- Não

8. Você tem recebido capacitação satisfatória para a realização do sorteio eletrônico?

- Sim
- Não
- Não se aplica

9. No decorrer do processo seletivo há possíveis vagas ociosas após as chamadas regulares no curso Técnico Integrado em Administração-PROEJA do IFB *Campus* Gama?

- Sim
- Não
- Não sei opinar

10. Na sua percepção, o que tem causado a baixa demanda para o preenchimento das vagas do curso técnico integrado na modalidade PROEJA do *Campus* Gama? (você poderá marcar mais de uma opção).

- Falta de interesse pelo curso
- Seleção por sorteio

- () Dificuldades financeiras e desemprego
- () complexidade do processo seletivo
- () Outros

11. Na sua opinião qual etapa do processo seletivo os candidatos do curso PROEJA apresentam mais dúvidas?

- () Manifestação de interesse pelas vagas remanescentes
- () Autodeclaração
- () Entrega da documentação de reserva de vaga
- () Escolha da reserva de vaga
- () Banca de heteroidentificação
- () Resultado do sorteio

12. Na sua opinião, após os editais de vagas remanescentes, quanto ao curso modalidade PROEJA são preenchidas todas as vagas?

- () Sim
- () Não
- () Em parte
- () Prefiro não opinar

13. Você acredita que se o IFB criasse um documento norteador voltado para otimizar a orientação de ingresso aos candidatos do curso técnico integrado PROEJA, contribuiria para um maior número de ingressos no processo seletivo?

- () Sim
- () Não
- () Em parte

14. Qual opção abaixo seria uma estratégia de divulgação, traria um panorama e contribuiria para que o processo seletivo discente no IFB atinja melhor seus objetivos institucionais?

- () Manual, Guia
- () Vídeo tutorial
- () Palestra
- () Documentário
- () Outro

15. Quais dificuldades organizacionais você identifica no trabalho que envolve o processo seletivo discente na instituição?

ANEXO E - ROTEIRO DE ENTREVISTA



IFB – INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA PROFEPT – MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - *CAMPUS BRASÍLIA*

Olá, meu nome, Francisco Alcione Afonso da Silva, sou servidor do IFB, Assistente de Aluno e discente do Programa PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília, *Campus Brasília*. Você está sendo convidado para participar dessa pesquisa que pretende investigar o processo seletivo no Instituto Federal de Brasília e os movimentos que o constituem com o propósito de descrever como ocorre hoje o percurso de acesso à Instituição, bem como legitimar a melhoria da democratização do mesmo.

Espera-se com essa pesquisa propor um produto educacional que contribua para o processo seletivo no IFB.

Roteiro para entrevista com o servidor(a):

Entrevista aos Servidores – IFB.

Objetivo: Identificar a percepção do servidor em relação ao Processo Seletivo do IFB.

Sujeitos: servidores que atuam ou atuaram na presidência da Comissão de Processo Seletivo do IFB *Campus Gama*

Perguntas norteadoras:

1. Fale sobre sua atuação na Comissão de Processo Seletivo, ou Coordenação. Quais as atividades que você desenvolve ou desenvolveu nessa comissão ou coordenação?
2. Qual sua percepção geral sobre a forma de ingresso dos estudantes na instituição?
3. Quais dificuldades organizacionais você identifica no trabalho que envolve o processo seletivo discente na instituição?
4. Na sua opinião, a forma de seleção do IFB pelo sorteio eletrônico pode ser visto como um facilitador e promotor de um acesso mais democrático? Explique sua resposta.

5. Quais são os aspectos positivos e quais os aspectos negativos que você observa no processo seletivo por sorteio?
6. Você acredita que se o IFB criasse um documento norteador voltado para otimizar a orientação de ingresso aos candidatos do curso técnico integrado PROEJA, contribuiria para um maior número de ingressos no processo seletivo? Justifique.
7. Na sua opinião que recurso (exemplo: curso, vídeo, palestra, manual, guia, etc) seria necessário para instruir/capacitar os servidores que atuam no processo seletivo para a realização do sorteio eletrônico no IFB?
8. Na sua opinião, após as chamadas das vagas remanescentes do processo seletivo referente ao curso técnico Integrado PROEJA do IFB *Campus* Gama, todas as vagas são ocupadas?
9. Quais sugestões você teria para melhorar a orientação que a instituição fornece aos candidatos sobre o processo de ingresso discente?

ANEXO F - INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Avaliação do produto educacional intitulado “Guia do processo seletivo - PROEJA do IFB, *Campus Gama*”.

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*
Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Descrição: Produto Educacional desenvolvido como parte integrante da Dissertação de Mestrado intitulado “Desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, *campus Gama*”.

Mestrando Pesquisador: Francisco Alcione Afonso da Silva

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues

Prezado Servidor(a),

Você está sendo convidado para participar da avaliação do produto educacional intitulado Guia do processo seletivo - PROEJA do IFB, *Campus Gama* em vídeo. Trata-se de um vídeo resultante de observações constatadas durante a pesquisa da dissertação e tem por objetivo orientar, ampliar e divulgar o processo seletivo do curso técnico integrado PROEJA do IFB *Campus Gama*.

Questionário de Avaliação do Produto Educacional

Objetivo: Identificar a percepção do servidor sobre o Produto Educacional Guia do Processo Seletivo-PROEJA, *Campus Gama* em vídeo.

Sujeitos: Servidores que atuam ou atuaram na comissão de processo seletivo do IFB *Campus Gama* bem como servidores do referido campus diretamente ligados com as ações inerentes a esse processo.

1. Como você avalia a apresentação/estética (disposição das imagens, narração do vídeo)?

Marcar apenas uma opção.

Ótimo

Bom

Regular

Insatisfatório

2. Como você avalia a apresentação do personagem/robô (movimentos e vocalizações apresentados no vídeo?)

Ótimo

Bom

Regular

Insatisfatório

3. Você avalia que este vídeo ajuda a ampliar e a divulgar a forma de ingresso do público de jovens e adultos ao curso técnico integrado em Administração PROEJA do IFB *Campus* Gama?

Ajuda totalmente

Ajuda parcialmente

Não ajuda

Não avaliei, pois ainda não tive oportunidade de verificar a sua praticidade

4. Partindo do objetivo do guia em forma de vídeo, que era de ampliar e divulgar a forma de ingresso ao curso técnico integrado em Administração PROEJA do IFB *Campus* Gama, para maior participação no processo seletivo, como você avalia a informação veiculada pelo vídeo?

Ótimo

Bom

Regular

Insatisfatório

5. A partir do vídeo, como você vê a compreensão dos candidatos com relação à estrutura do processo seletivo do IFB (inscrição, sorteio, cotas e demais regramentos)?

Ótimo

Bom

Regular

Insatisfatório

6. Na sua opinião, o guia do processo seletivo PROEJA, IFB *Campus* Gama, trouxe melhorias na comunicação entre Campus Gama e o candidato, ou seja, você acredita que o vídeo contribuiu para uma melhor compreensão dos candidatos sobre como participar do processo seletivo além dos editais?

Concordo totalmente

Concordo parcialmente

Não concordo

Não avaliei, pois ainda não tive oportunidade de verificar a sua praticidade

7. Conteúdo apresentado no vídeo

Se o conteúdo do vídeo Guia abordou os temas principais referentes ao processo seletivo do integrado PROEJA, do IFB *Campus* Gama, marque na escala abaixo a sua opinião:

Excelente

Satisfatório

Regular

Insatisfatório

8. Na sua avaliação, quais modificações poderiam ser feitas no vídeo para melhorar a efetivação do objetivo pretendido?

ANEXO G - TERMO DE CIÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

TERMO DE CIÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

Declaro estar ciente do interesse na execução, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, do projeto de pesquisa intitulado “**PROCESSO SELETIVO NO IFB: Origem, atual prática, perspectivas, alternativas, desafios e possibilidades**”, de responsabilidade do pesquisador Francisco Alcione Afonso da Silva, estudante do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do IFB, Campus Brasília, realizada sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues após revisão e aprovação do Comitê de Ética.

Nossa instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição participante no presente projeto de pesquisa e requer, por parte do pesquisador proponente envolvido, o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, em consonância com as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

A execução deste projeto no Instituto Federal de Brasília fica atrelada ao prévio parecer consubstanciado de aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O IFB dispõe de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do projeto e aplicação da pesquisa, sendo obrigatória a prévia verificação de disponibilidade e prévio agendamento com os participantes e as unidades envolvidas. Quando necessário utilizar qualquer infraestrutura, a verificação de disponibilidade e agendamento deverão ser realizados pelo pesquisador, respeitando-se a disponibilidade de cada unidade. Esclarecemos que a participação dos entrevistados deverá ser totalmente voluntária e consentida, e que a organização e a aplicação da pesquisa são de inteira responsabilidade do pesquisador responsável pelo projeto.

Brasília, 18 de março de 2024

Documento assinado digitalmente
ANDRESA CRISTINA DE ANDRADE
 Data: 18/03/2024 14:21:11-0300
 Verifique em <https://validar.it.gov.br>

ANDRESA CRISTINA DE ANDRADE
 Direção-Geral Campus Gama

ANEXO H - TERMO DE CIÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

TERMO DE CIÊNCIA DE INSTITUIÇÃO PARTICIPANTE

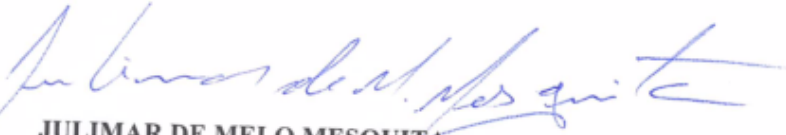
Declaro estar ciente do interesse na execução, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB, do projeto de pesquisa intitulado “**PROCESSO SELETIVO NO IFB: Origem, atual prática, perspectivas, alternativas, desafios e possibilidades**”, de responsabilidade do pesquisador Francisco Alcione Afonso da Silva, estudante do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do IFB, Campus Brasília, realizada sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues após revisão e aprovação do Comitê de Ética.

Nossa instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição participante no presente projeto de pesquisa e requer, por parte do pesquisador proponente envolvido, o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, em consonância com as Resoluções nº 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

A execução deste projeto no Instituto Federal de Brasília fica atrelada ao prévio parecer substanciado de aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

O IFB dispõe de infraestrutura necessária para o desenvolvimento do projeto e aplicação da pesquisa, sendo obrigatória a prévia verificação de disponibilidade e prévio agendamento com os participantes e as unidades envolvidas. Quando necessário utilizar qualquer infraestrutura, a verificação de disponibilidade e agendamento deverão ser realizados pelo pesquisador, respeitando-se a disponibilidade de cada unidade. Esclarecemos que a participação dos entrevistados deverá ser totalmente voluntária e consentida, e que a organização e a aplicação da pesquisa são de inteira responsabilidade do pesquisador responsável pelo projeto.

Brasília, 18 de março de 2024


JULIMAR DE MELO MESQUITA
 Coordenador de Acesso e Ingresso Estudantil - CAIE



MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | PROFEPT
COORDENAÇÃO ACADÊMICA NACIONAL | CAN - GESTÃO 2022/2025

IDENTIFICAÇÃO

Instituição Associada:	Instituto Federal de Brasília IFB -Campus Brasília
Discente:	Francisco Alcione Afonso da Silva
Produto/Processo Educacional:	Guia do processo seletivo – PROEJA IFB, <i>campus</i> Gama
Dissertação:	Desafios e perspectivas enfrentados no processo seletivo do IFB, <i>campus</i> Gama
Orientador (a):	Prof. Dr.: Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues
Área de Concentração:	Educação Profissional e Tecnológica - EPT
Linha de Pesquisa:	Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
Macroprojeto	Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos da EPT

TIPOS DE PRODUTOS TÉCNICO TECNOLÓGICOS

X	PTT1: Material didático/instrucional
	PTT2: Curso de formação profissional
	PTT3: Tecnologia social
	PTT4: Software/Aplicativo
	PTT5: Evento Organizados
	PTT6: Relatório Técnico
	PTT7: Acervo
	PTT8: Produto de comunicação
	PTT9: Manual/Protocolo
	PTT10: Carta, mapa ou similar

CRITÉRIOS

		Sim	Não
Aderência	À projeto de pesquisa	X	
	À linha de pesquisa do Programa	X	
	À área de concentração do Programa	X	

	Ao macroprojeto	X	
Replicabilidade	O PE pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido?	X	
Registro	Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual		

IMPACTO	
X	Alto - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
	Médio - PTT gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.
	Baixo - PTT gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.
IMPACTO - DEMANDA	
X	Demanda espontânea
	Demanda contratada
	Demanda por concorrência (ex. Edital)
IMPACTO - OBJETIVO DA PESQUISA	
	Experimental
	Sem um foco de aplicação inicialmente definido
X	Solução de um problema previamente identificado

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	
	Local
X	Regional
	Nacional
	Internacional
INOVAÇÃO	
X	Alto teor inovativo (desenvolvido com base em conhecimento inédito).
	Médio teor inovativo
	Baixo teor inovativo
	Sem inovação aparente
COMPLEXIDADE (Mais de um item pode ser marcado)	
X	O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação.
X	A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE



X	Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação.
	Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.
APLICABILIDADE	
	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.
X	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.
	PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.
ESTÁGIO DA TECNOLOGIA	
	Piloto/protótipo
	Em teste
X	Finalizado/implantado
	Não se aplica
ACESSO	
	PE sem acesso.
	PE com acesso via rede fechada.
X	PE com acesso público e gratuito.
X	PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.
X	PE com acesso por Repositório institucional com acesso público e gratuito.

PANORAMA SOBRE A ABRANGÊNCIA E/OU A REPLICABILIDADE DO PTT




Trata-se de um produto educacional que disponibiliza informações que possam ajudar os candidatos e servidores e envolvidos no processo seletivo de ingresso no curso Técnico Integrado PROEJA do IFB. Possui o formato de um Guia em vídeo e tem o objetivo de orientar, ampliar e divulgar o processo seletivo do curso técnico integrado PROEJA do IFB *Campus* Gama. O vídeo conta com orientações e informações essenciais a partir do site do IFB, inscrição, forma de ingresso pelo sorteio, legendas constantes no edital para escolha das reservas de vagas, perfil profissional e *campus*. O Produto Educacional da pesquisa emerge no contexto: o de enfrentar os desafios e perspectivas que atravessam o ingresso discente no contexto do Proeja integrada à EPT no IFB.

Até 255 caracteres

DESCRIÇÃO DO TIPO DE IMPACTO DO PTT

O produto possui alto impacto do PTT, pois fundamentou-se em uma pesquisa que utilizou uma perspectiva de triangulação de dados, análise documental e pesquisa aplicada cuja abrangência foram o processo seletivo discente e os servidores que atual em comissão de processo seletivo do Instituto Federal de Brasília campus Gama. A pesquisa envolveu um levantamento da dificuldade no preenchimento das vagas no curso modalidade PROEJA no IFB campus Gama bem como a percepção dos servidores que atuam nas atividades de processo seletivo e perspectivas com foco na forma de ingresso inclusivo pelo sorteio no âmbito do IFB. A proposta do produto educacional em forma de um vídeo, resultante desta pesquisa pode ampliar o alcance da comunicação institucional do IFB. Além disso, serve como alternativa viável por ser um recurso que se conecta com a linguagem digital e visual, bastante valorizado no tempo atual, facilitando a compreensão para o público de candidatos/estudantes do ensino médio na modalidade PROEJA que apresenta dificuldade com a leitura dos editais e de consulta e atualização para servidores do IFB.

Até 255 caracteres

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA	
Presidente da banca	 Documento assinado digitalmente RODRIGO SOARES GUMARAES RODRIGUES Data: 30/09/2025 15:09:08-0300 Verifique em https://validar.ifb.gov.br
Membro interno ProfEPT/IA	 Documento assinado digitalmente THIAGO DE FARIA E SILVA Data: 01/10/2025 11:34:27-0300 Verifique em https://validar.ifb.gov.br
Membro externo	 Documento assinado digitalmente ZORA YONARA TORRES COSTA Data: 01/10/2025 15:57:41-0300 Verifique em https://validar.ifb.gov.br
Data da defesa	31 de Julho de 2025

Ficha elaborada a partir de:

1. Documento de Área Ensino CAPES. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ORIENTACOES_REGISTRO_PRODUCAO_TECNICA_TECNOLOGICA_ENSINO.pdf. Acesso em 08 nov. 2022.
2. RIZZATTI, et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *ACTIO*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: http://profqui_sites_uff.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf. Acesso em 08 nov. 2022.